



Revista Brasileira de
História
Militar



Ano XV - Nº 33
Maio 2023

EXPEDIENTE

A Revista Brasileira de História Militar (RBHM) é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade semestral, com o objetivo de divulgar artigos de história militar, geopolítica e metodologia da pesquisa nas áreas de interesse, produzidos por acadêmicos e pesquisadores, brasileiros e estrangeiros.

Os ensaios publicados estão dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. A RBHM destinase também a divulgar eventos acadêmicos de história militar e geopolítica, a publicação de anais relacionados à assuntos militares.

ISSN 21766452

FUNDADOR

César Machado Domingues

EDITOR-CHEFE

Ricardo Cabral

EDITOR ASSOCIADO

Pedro Drummond

César Machado Domingues

CONSELHO CONSULTIVO

Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)

Paulo André Leira Parente (UNIRIO)

Luiz Carlos Carneiro de Paula (IGHMB)

Francisco Eduardo Alves de Almeida (EGN)

César Campiani Maximiano (USP)

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (IMM/ECEME)

CONSELHO EDITORIAL

Alair Figueiredo (UERJ)

Bruno Melo de Oliveira (UNIFA)

Carlos Roberto Carvalho Daróz (Universo)

Dennison de Oliveira (UFPR)

Leonardo Costa Ferreira (Escola Naval)

Manuel Rolph Cabeceiras (UFF)

Marcello José Gomes Loureiro (Escola Naval)

Sandro Teixeira Moita (ECEME)

Wellington Amorim (Escola Naval)

Imagem da capa: “O Milagre de Empel”.



“El milagro de Empel” do pintor espanhol Augusto Ferrer-Dalmau Nieto (Barcelona, 1964)

Em dezembro de 1585, durante a Guerra dos Oitenta Anos, na qual as Províncias Unidas (Holanda) se tornaram independentes da Espanha, três tercios de infantaria espanhola foram cercados nas cercanias do Monte Empel, na ilha de Bommel, por uma força naval holandesa numericamente muito superior. Acossados, famintos e desabrigados no frio do inverno, seu comandante o Mestre de Campo Francisco Arias de Bobadilla recebeu uma proposta de rendição, a qual teria respondido que: "A infantaria espanhola prefere a morte à desonra". Diante dessa negativa, o comandante holandês, utilizando uma tática comum mandou abrir os diques para alagar o terreno, só restando seco o próprio Monte Empel.

Nessa ocasião, segundo as crônicas, um soldado espanhol cavando o solo encontrou uma mesa flamenga com a imagem da Imaculada Conceição. Os espanhóis então colocaram a imagem num altar improvisado pedindo proteção divina. Naquela mesma noite, teria soprado um vento intensamente frio que congelou as águas, permitindo aos espanhóis marchar sobre o gelo e atacar de surpresa os navios holandeses obtendo uma vitória arrasadora.

Mais de três séculos depois, em 1892, a pedido do Inspetor de Armas de Infantaria do Exército Espanhol de Terras, a Rainha Regente Dona Maria Cristina de Habsburgo ordenou que Nossa Senhora da Conceição Pura e Imaculada fosse declarada Padroeira da Arma de Infantaria.

EDITORIAL

A edição 33, da Revista Brasileira de História Militar terá como novidade, artigos sobre um tema atual, o conflito entre Rússia e a Ucrânia. Na atual edição, temos a participação do professor Alair Figueiredo Duarte, que retrata a História Marítima na Antiguidade, através de preceitos teóricos, que contribuíram para as políticas estatais e identidades marítimas de reinos e poleis, assim como, sua inserção na esfera geopolítica. O pesquisador Matheus Boina Coltro, trata dos Mitos e História dos Tercios e sua atuação nos conflitos do século XVI e XVII. Em seguida, o pesquisador Carlos Henrique Arantes de Moraes, apresenta a Batalha de Jenipapo no Piauí, como um dos conflitos após a declaração de Independência do Brasil que contribuíram para a manutenção do território e a centralização política. Os autores Shirley Maria Silva Nogueira, Matheus Seixá Souza, Valdiron Bastos da Silva abordam a temática sobre o recrutamento brasileiro nos tempos de Paz, durante o final do século XIX, na região do Pará. Contamos também com o trabalho do autor Claudio da Silva Costa (in memoriam), que desenvolve a temática sobre as questões simbólicas envolvidas nos ataques aos monumentos dedicados aos heróis soviéticos na Ucrânia, antes da Guerra que teve início em 2022. Para finalizar, os pesquisadores Rodolfo Queiroz Laterza e Ricardo Pereira Cabral, abordam a Guerra da Ucrânia, destacando os principais eventos do conflito, durante o primeiro ano de guerra.

Na seção livros em destaque, é feita uma resenha sobre o livro, “A Combinação das Armas. A Guerra no Século XX” de Jonathan M House. O livro apresenta a evolução histórica dos combates terrestres e a coordenação das armas na batalha. Na seção filmes, o longa indicado é Narvik, lançado em Janeiro de 2023, no Brasil. O filme retrata a história de um casal separado após a invasão da Alemanha em Narvik, o marido faz parte do exército da Noruega, que luta contra a invasão alemã, e sua esposa trabalha no hotel que serve de moradia para os militares invasores. A história da invasão em Narvik é baseada na história real da conquista alemã na Noruega em 1940.

Pedro Silva Drummond
Editor Responsável

SUMÁRIO

História Marítima: Uma Reflexão entre Nautocracias e Thalassocracias na Antiguidade	6
Prof. Dr. Alair Figueiredo Duarte (PPGH/UERJ-NEA/UERJ)	
Tercios, Mito e História de um dos Exércitos mais poderosos da Europa Moderna (séc. XVI – XVII)	20
Matheus Boina Coltro	
A contribuição da Batalha do Jenipapo para a manutenção territorial brasileira	42
Carlos Henrique Arantes de Moraes	
Recrutamento em Tempos de Paz (1870-1874)	53
Shirley Maria Silva Nogueira Matheus Seixá Souza Valdiron Bastos da Silva	
Movimento Iconoclasta: A Guerra Simbólica antes do Conflito Armado entre Rússia e Ucrânia	72
Claudio da Silva Costa	
Um ano de Guerra na Ucrânia	81
Ricardo Cabral Rodolfo Laterza	
Livro em Destaque	93
<i>A Combinação das Armas. A Guerra no Século XX</i>	
Filme em Destaque	95
<i>Narvik</i>	

História Marítima: Uma Reflexão entre Nautocracias e Thalassocracias na Antiguidade

Prof. Dr. Alair Figueiredo Duarte
(PPGH/UERJ-NEA/UERJ)¹

RESUMO: Como podemos analisar a História Marítima na Antiguidade? O ambiente marítimo, de modo singular, pode muito bem ser compreendido como uma espécie de “guardião da História”, pois através do ambiente marítimo, pessoas, grupos e povos desde Antiguidade não apenas se conectam, mas, também dividem interesses. Não é difícil notar que tal prática foi uma atividade muito comum na Antiguidade e se mantém nos dias atuais. Buscamos apresentar neste artigo, alguns preceitos teóricos que definem as políticas estatais e as identidades marítimas de reinos e poleis na Antiguidade e como sua atuação estava inserida na esfera geopolítica. Para tanto, o uso dos meios navais e a configuração geográfica figuram como elementos fulcrais para definição da política estatal adotada.

Palavras-chave: Thalassocracia; Nautocratacia; Sea-Power; Seapower.

ABSTRACT: How can we analyze Maritime History in Antiquity? The maritime environment, in a singular way, can very well be understood as a kind of “guardião da História”, because through the maritime environment, people, groups and peoples from Antiquity hardly connect, but they also divide interests. It is not difficult to note that such a practice was a very common activity in Antiquity and is maintained today. We seek to present in this article some theoretical rules that define state policies and the maritime identities of kingdoms and poleis in Antiquity and how their performance was inserted in the geopolitical sphere. For this, the use of navais means and the geographical configuration appear as fulcrum elements for the definition of the adopted state policy.

Keywords: Thalassocracy; Nautocracy; Sea-Power; Seapower.

Como podemos analisar a História Marítima na Antiguidade? Primeiramente é necessário nos conscientizarmos que o concurso dos eventos contemporâneos não se encontram desconectados do passado em sua plenitude. O ambiente marítimo, de modo singular, pode muito bem ser compreendido

¹ É Doutor em História Comparada (2017), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui estágio de pesquisa supervisionado pelo Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra (2014) e pela École Française D' Athenes (2015). É professor substituto da UERJ (Departamento de História). Dentre suas atividades acadêmicas é pesquisador do Núcleo de estudos da Antiguidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEA/UERJ); pesquisador no Núcleo de Estudos da História Medieval Antiga e Arqueologia Transdisciplinar da Universidade Federal Fluminense (NEHMMAT/UFF); integrou o Laboratório de Simulações e Cenários da Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil (LSC-EGN/MB) e faz parte do grupo de pesquisa: Uso Político e Estratégico do poder Marítimo na Atualidade (EGN/MB). Atua como professor nos Cursos de Especialização em História Antiga e Medieval da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CEHAM/UERJ) e, Curso de Especialização em Patrimônio Educação e Cidadania (CEPEC-CMCN/NEA-UERJ). Atualmente realiza pesquisa de pós-doutoramento pelo Programa de Pós Graduação em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ), com a Pesquisa Intitulada: A figura do trierarcha na rede de contatos políticos atenienses no mar egeu entre 378 a 357 a.C.: uma análise sobre a arqueologia do comando marítimo através dos argonautas de Apolônio de Rodas. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3504667242183711> - Orcid id: <https://orcid.org/0000-0001-8199-0445>

como uma espécie de “guardião da História”, pois o ambiente marítimo ainda é uma das maiores vias de contato entre os homens. Através da plataforma marítima, pessoas, grupos e povos não apenas se conéctam, mas, também dividem interesses. Não é difícil notar que tal prática foi uma atividade muito comum na Antiguidade e se mantém nos dias atuais. A partir da História Marítima, podemos revisar fatos já ocorridos, bem como projetar cenários futuros envolvendo trocas comerciais, alianças políticas, conectividades de culturas, conflitos e migrações populacionais.

Da Antiguidade aos dias atuais, eventos marítimos protagonizam a ordem global. A exemplo desses fatos, recentemente, março de 2021, um navio encalhou no Canal de Suez ensaiando uma crise de dimensões globais nas relações comerciais entre os países, como nos noticiou o portal BBC News Brasil (BBC NEWS, Brasil, 20 de Junho, 2021). Noutro momento, um conflito no leste europeu, envolvendo Rússia e Ucrânia iniciado em fevereiro de 2022, tencionou a ordem geopolítica mundial. Nesse evento, logo se colocou em evidencia, a importancia em deter controle do tráfego marítimo no Mar Negro. Além do posicionamento estratégico sob perspectiva militar, da necessidade em manter o fluxo contínuo do escoamento de grãos para o restante do mundo. Esse conjunto de fatores contemporâneos, não seriam menos importantes na Antiguidade, em cujo várias sociedades visavam exercer comércio ou domínio político, articulando-se para deter o controle sobre as rotas marítimas e sobre os portos que davam acesso a essas mesmas rotas.

Na Antiguidade, o território marítimo era um importante meio de contato e, talvez, o mais adequado para analisar e compreender as relações políticas/culturais. O ambiente marítimo, como define Jean-Nicolas Corvisier, embora não fosse o ambiente natural de muitos povos, como os gregos por exemplo, eram impelidos a se arrisarem em explorá-lo. Afinal, a *thalassa* (o mar), era o recurso mais propicio e rápido para manter contatos e obter recursos de subsistência. Por isso, as água marinhas – com todos os riscos de intepéries climáticas e discursos de potencial encontro com criaturas monstruosas - deveria ser uma barreira a ser superada pelas populações costeiras (CORVISIER. 2008, p. 18). Assim, o mar, ao mesmo tempo que figura como elemento integrador era também recurso para exercer domínio.

Dominar ou controlar as rotas marítimas, tornou-se fundamental para assegurar a paz, garantir a subsistência, bem como, punir adversários negando-lhe o uso e a circulação. A análise de políticas marítimas adotadas por diversos povos e sociedades nos permitem compreender fatos ocorridos na Antiguidade, os quais podemos identificar e definí-los através de conceitos ou verbetes, tais como: *sea-power*, *seapower*, *thalassocracia* e *nautocracia*.

O controle sobre o ambiente marítimo no traço da história, sempre refletiu poder a quem detém controle sobre o mar. A ideia da existência de um *poder marítimo*, *sea-power*, sempre teve por finalidade atender o domínio dos vetores políticos que compõem a geopolítica, seja ela regional ou global e um dos primeiros a se debruçar de maneira sistemática, visando compreender os elementos que compõem o *sea-power*, foi o historiador Alfred Tayer Mahan ao final do século XIX na obra: *The Influence of Sea Power upon History, 1660–1783*, em 1890.

A. T. Mahan buscou destacar seis elementos que afetavam o *poder marítimo*, sendo eles: a posição geográfica, a conformação física, a extensão territorial, o tamanho da população, o caráter nacional e

o tipo de política governamental; definindo que o conceito seria integrado por dois elementos de natureza distinta, os interesses marítimos e o *poder naval*. Enquanto os primeiros congregavam valores econômicos e sociais, o segundo, volta-se para valores políticos e militares (ALMEIDA, 2008, p. 5-6).

Tal qual nos destaca Alexandre Rocha Violante, os objetivos centrais da teoria de Mahan, tinha por finalidade três pontos principais: primeiramente demonstrar a importância que o mar detém para o desenvolvimento das nações ou grupos comunitários; depois, compreender os princípios que regem a guerra do mar desde a Antiguidade; e em terceiro despertar nos grupos que controlam a política estatal, a necessidade em centralizar esforços que estejam voltados de modo prioritário às políticas navais. Torna-se mister compreender que o conceito de *sea-power*, visto como elemento unificador de políticas voltadas às questões marítimas, abarca todo o potencial político e econômico em relação ao mar. Por outro lado, o poder naval, trata-se de um dos seus “tentáculos”, atuando especificamente sobre o campo bélico (VIOLANTE, A. R. 2015. p, 227). A relação, comércio e exercício do poder militar, sempre foi tema presente entre as sociedades e grupos comunitários. Fato este, que pode ser constatado ou exemplificado através de reinos e poleis da Antiguidade.

Ao nos voltarmos para a Antiguidade Clássica, especificamente para a pólis de Atenas, se sobressalta os esforços de Temístocles para transformar a comunidade em uma potência marítima. Embora, apontar o protagonismo de Temístocles na política marítima ateniense seja um lugar comum entre historiadores, é interessante analisarmos cada ato seu: elevou as muralhas atenienses, unindo a cidade e porto; convenceu seus concidadãos a investir na aquisição de centenas de embarcações de guerra do tipo *trieres*, meios navais que lhe permitiu dar espírito combativo no estreito de Artemísio e na Baía de Salamina contra os persas. Tais ações, não se tratou apenas de atos administrativos, como documenta Plutarco (*Temist.* 19). Temístocles lançou estruturas a um projeto político que detinha estreita relação cultural às práticas marítimas, ou seja, ampliou os vínculos da comunidade ateniense com o mar, modificando a postura dos seus cidadãos junto aos aliados e adversários.

A pólis de Atenas no século V a.C. propôs uma *política marítima ou projeto marítimo* que visava à inserção dos seus cidadãos *thetes* – os financeiramente menos favorecidos - na sua esquadra, preparando-os desde a infância para tripularem os *trieres* na condição de remadores (DUARTE, 2021, 29). A medida não oferecia apenas meios de subsistência a massa cidadãos pobres, também inseria todo o corpo cívico em uma nova ordem de *mentalidade de marítima*², pois além de tripular as embarcações, houve necessidade de reestruturar o seu complexo portuário. O Porto do Pireu, principal porta de acesso a polis dos atenienses, assumiu o protagonismo marítimo, comercial e naval na Hélade, através de três ancoradouros: *Kantaros*, *Munichia* e *Zea* (GARLAND, 1987, p. 82-83). O fato de Atenas tornar-se uma Cidade-Estado regida por uma *política marítima*, atendia a nova ordem política comercial da Hélade.

A zona portuária do Pireu – atracagem principal da pólis – diante das reformas abrangentes que sofreu, exigiu alargamento das suas vias de acesso ao complexo portuário e, as construções na região, não poderiam mais crescer de maneira aleatória e desordenada. As vias que davam acesso ao porto

² Postura que se sedimentou principalmente após a metade do século V a.C., quando o Tratado Paz de Calias, firmados entre atenienses e persas, reconhecia a autoridade ateniense sobre zonas litoraneas da Ásia Menor e de ilhas inseridas dentro do Mar Egeu. Nesse momento, todo o território marítimo do antigo Mar Jônico, passou a ser concebido como uma linha de defesa contra potenciais ameaças e a integrar o território geografico marítimo de Atenas (Ver, DUARTE, 2021, p. 102)

deveriam ser capazes de ligar a zona portuária a *Ágora* central da pólis. A finalidade era que fossem capazes de realizar o escoamento das cargas e carregamento das embarcações atracadas; atendendo ao fluxo das embarcações que chegavam a Atenas, bem como, lhes oferecer condições de tornar diligente, o fluxo de material e pessoas especializadas, que iriam realizar reparos nos seus barcos e ancoradouros. Portanto, a zona portuária do Pireu, passou a projetar o poder da polis. Através de suas muralhas e embarcações de guerra, estendia segurança aos cidadãos.

Por meio do mar e do porto do Pireu, o governo poliade ateniense, fornecia maior estabilidade aos habitantes da área urbana (*asty*), para as trocas comerciais na *Ágora* e nas assembleias que ali eram realizadas. Ou seja, para os atenienses, o porto simbolizava e oferecia defesa, pois a projeção do *poder marítimo* dissuadia inimigos, os impedindo de se aproximarem livremente da zona administrativa da polis, lugar onde se localizavam os edifícios governamentais (DUARTE, 2019. p. 11).

Através do exemplo ateniense, é possível perceber que os preceitos teóricos inseridos na obra de A. T. Mahan não devem ser ignorados, mesmo aplicado a eventos e vetores geopolíticos da Antiguidade. Torna-se interessante identificar o quanto sua teoria nos permite realizar estudos de casos. Sua perspectiva de preceitos teóricos torna viável analisar a ação de outros reinos e comunidades da Antiguidade, além de Atenas, podemos citar: fenícios, cretense ou cartagineses.

No entanto, A. T. Mahan não foi o único historiador a conceituar políticas e culturas marítimas. Há entre os teóricos da geopolítica, os defensores dos processos *político exógeno marítimo*, ou seja, aqueles que identificam a necessidade de se estreitar as relações com as práticas marítimas. Assim, a proximidade com o mar é planejada, tendo a prática e embrião cultural externa - se desenvolvem através de planejamento e que gradativamente vai adentrando à cultura do grupo, transformando, a mente e as práticas sociais. Mas, há também sistemas *endógenos marítimos*; que detém origem através de inatismo marítimo que culturalmente se amplia. Portanto, somente se torna projeto político, diante da expressão natural da sua cultura.

O inglês Julian Stafford Corbett (1854-1922), foi outro historiador naval que se preocupou em desenvolver ideias sobre a concepção do *poder marítimo* ao final do século XIX. Ele foi tocado pelos escritos do historiador John Knox Laughton, um dos precursores em delinear a importância dos assuntos da História Naval como um campo independente nos estudos históricos e, seus escritos, sem dúvida, projetaram sombra sobre historiadores e estrategistas navais de sua época, dentre eles, o próprio Alfred T. Mahan.

As obras de S. Corbett, projetaram grande influência sobre os estrategistas da Marinha da Grã-Bretanha (ALMEIDA, 2009a), e sua principal obra, "*Some Principles of Maritime Strategy*", escrita em 1911, visava estruturar uma teoria que fosse capaz de que congregar princípios de guerra naval, com variações teóricas de guerras terrestres, nas quais muitas das ideias já haviam sido desenvolvidas por Carl Von Clausewitz, um defensor do fortalecimento da tríade: poder militar, povo e governo (VIOLANTE, A. R. 2015. p. 226-228). Desse modo fica evidenciado que a maior das preocupações dos intelectuais do século XIX, era encontrar os meios que motivassem os corações e as mentes da população, a apoiar uma política estatal expansionista, capaz de oferecer respostas a necessidade de controlar territorialidades cada vez mais distantes da base central de gravitação de poder. Em razão da

territorialidade marítima deter maior espacialidade na esfera global, se justifica o fato de que Estados, reinos e comunidades com extensa costa voltadas para o mar, busquem tirar vantagem da sua geografia para estabelecerem sua política estatal. Esse propósito, não seria adverso a ação de reinos e pólis da Antiguidade, a exemplo da ação realizada pela ilha de Creta, na era minoica, ou mesmo Atenas, na era clássica, nas quais devido a sua geografia privilegiada em relação ao ambiente marítimo, adotaram políticas hegemônicas através do mar, da *thalassa*.

Na era Moderna e Contemporânea, tanto a Inglaterra, localizada na ilha da Grã-Bretanha, quanto os Estados Unidos da América na contemporaneidade, por razões análogas as já mencionadas em relação a Creta e Atenas na Antiguidade, voltaram-se para políticas de hegemonia marítima, obtendo sucesso em consonância com suas propostas. Tais fatores, tem fomentado ainda mais o debate acadêmico em prol das políticas marítimas e como governos ao longo da História, tornaram-se hegemônicos ao optar por voltar sua Política Estatal para os interesses marítimos. Nesses debates, temos acompanhado os emissores do discurso historiográfico, no qual os historiadores de origem anglo tem se mostrado maioria.

Inserido na linhagem de historiadores navais ingleses, Andrew Lambert compõe o grupo de historiadores com projeção acadêmica, que nos seus escritos expõe críticas ao seu homônimo estadunidense, Alfred Tayer Mahan. Lambert afirma que Mahan não teria compreendido a alma do *poder marítimo*, mas sim a disposição da sua estratégia a partir da política de seu país (LAMBERT, 2018, p. 02).

Nas perspectivas de A. Lambert, Alfred T. Mahan, detinha uma visão restrita sobre o que seria a *sea-power*. Seus escritos, refletia a gênese da *política marítima* de sua própria pátria e não a amplitude do poder marítimo, pois Mahan teria feito a divisão entre as atividades de cunho marítimo, que envolvem valores econômicos e sociais, em contraposição aos valores políticos e militares. Lambert ao analisar a teoria conceitual de Mahan, oferece uma releitura conceitual do que seria o poder marítimo em sua essência. A. Lambert propõe unir lexograficamente o termo *sea-power*, passando a sua representação gráfica para *seapower*, visando demonstrar que a representação gráfica detém implicitamente a maneira como o *sea-power* é percebido e se operacionaliza entre os agentes sociais.

A. Lambert diverge da forma gráfica hifenizada, exatamente para destacar que a mentalidade naval deve estar amalgamada a sua prática. Desse modo, para este pesquisador, teria existido ao longo da História apenas cinco potências que poderiam ser classificadas como *seapower*, são elas: Atenas, Cartago, Veneza, Holanda e por fim da Grã-Bretanha. A centralidade da proposta de uma leitura alternativa a teoria de Alfred T. Mahan, proferida por A. Lambert, repousa no fato os Estados Unidos da América possuir uma poderosa e vasta força naval, mas, no entanto, agir com a mentalidade de um poder terrestre (LAMBERT, 2018, p. 309).

As divergências conceituais no debate envolvendo Alfred Tayer Mahan e Andrew Lambert demonstram que a depender da postura política exercida pelos vetores, uso dos meios existentes e exercício do poder através do mar, temos a possibilidade não apenas de analisar a tomada de decisões, mas identificar a tipologia das hegemonias marítimas desde a Antiguidade. A esse propósito, o exercício *sea-power/seapower* na Antiguidade, poderia muito bem, se manifestar de modo *hard* ou *soft-power*.

Tais meios podem ser representados ou descritos em duas terminologias singulares, as quais identificamos como: *nautocráticas* e *thalassocracias*. Ambas as identidades se tornam mais evidenciadas quando voltamos nosso olhar sobre sociedades Antigas e nos predispomos a estudar, o modo como as hegemonias se utilizaram do mar para atingir seus fins políticos. Desse modo, propomos uma breve análise a partir de sociedades, como os cretenses.

Sob nossa ótica, embora minoicos fossem incontestavelmente exímios marinheiros, nunca exerceram ou foram uma força *thalassocrática*. Isso, deve-se ao fato de a ilha de Creta no domínio da sua hegemonia marítima, nunca deteve uma força naval própria. Cretenses, através de uma ampla rede de alianças, que se inseria na prática ritual da *xenia*³, mantinha suas rotas marítimas protegidas por aliados. Nesse processo, aristocracias adeptas da pirataria marítima protegiam a navegabilidade dos aliados em território marítimo sob sua influência minoica e retaliavam, aqueles que estavam fora dos contatos *xenos* de Creta. Nesses termos, cretenses embora fossem bons *nautai* (marinheiros), detinham identidade amalgamada a uma política e cultura marítima, e optando por não exercer liderança por meio das armas, mas sim, por via de seu prestígio e potencialidade em oferecer porto seguro a navegadores que singravam o Mar Egeu. Devido a ser uma ilha, com posicionamento geográfico privilegiado, podia oferecer proteção aqueles buscavam abrigo, evitando que os aliados praticantes da pirataria pudessem sofrer retaliação decorrente dos seus atos, conferindo-lhes carta de *asyla*⁴. Cretenses criavam com isso, uma relação de interdependência em *dom* e *contra-dom*, envolvidos por interesses mútuos. Logo, cretenses desempenhavam o que denominamos de *nautocracia*, exatamente por ausência de uma força militar marítima própria (DUARTE, 2021, p. 88).

O sistema *nautocrático*, não encontra-se coconfigurado como um projeto fim a ser exercido, não foi um projeto idealizado de fora para dentro, *exógeno marítimo*. O mar, figura como elemento fundamental da sua identidade e, por isso, a *sociedade nautocrática*, não está condicionada a deter ou a fazer uso de um poder naval próprio para exercer liderança ou, projetar influência sobre determinado território. Em uma *nautocracia*, o espírito marítimo se manifesta e se perpetua, não em razão da sua força bélica (força naval), mas através dos diversos elementos que compõem sua identidade: artes, arquitetura, narrativa social de origem, perspectivas futuras, enfim, seu conjunto de normas morais e, por consequência, sua formação tecnológica educacional.

Nautocracias, visto como política estatal, refere-se ao espírito marítimo por ele mesmo, nos quais a capacidade de mobilizar aliados e enfraquecer adversários, se relaciona a fatores antropológicos que envolvem prestígio atrelado ao uso dos meios marítimos. Inserido nesse processo, identificamos que Creta, por ocasião da sua hegemonia política entre os séculos XX a XV a.C., se tratou de uma força marítima respaldada por sua expertise e cultura náutica, ou seja, tratava-se de um poder exercido pela cultura marinheira (*nautocracia*).

³ Ritos de hospitalidade e amizade que – sob observância e proteção divina – visam assegurar à reciprocidade entre aqueles que possuem laços de interdependência, nas quais os iguais devem se ajudar e respeitar mutuamente.

⁴ O *Sylon* (substantivo singular) e *syla* (no seu plural) — representava a retaliação da prática do corso na Antiguidade helênica e era muito comum no período Arcaico, se intensificando no século IV a.C. Pesa favor da aplicabilidade do *sylon* e da obtenção de carta de *asyla*, o fato de a pirataria se tratar de uma atividade bastante antiga, difundida e, até valorizada em determinados períodos. Recorrer a piratas para retaliar seus inimigos tratava-se de prática comum na era do Bronze entre Minoicos e Micênicos (SESTIER, 1880, p. 7-8). A punição com o *sylon* normalmente recaía sobre os estrangeiros onde eles estivessem, mesmo estando na sua comunidade de origem. A finalidade era reparar o prejuízo, e a penalidade recairia sobre o próprio acusado sofrendo o arresto da sua pessoa — submetendo-o à escravidão — ou o sequestro de seus bens (GARLAN, 1991, p. 169-170). No primeiro caso, a punição é autorizada por um magistrado local, no segundo, pela assembleia. A manobra para evitar um sequestro da pessoa (androlepsia), seria obter uma *asyla*, recorrendo à justiça local da cidade visitada. A *asyla* era válida em tempo de paz tanto quanto em tempo de guerra, período no qual recebia a denominação de *asphaleia* (GARLAN, 1991, p. 169-170).

A relação de prestígio a qual Creta gozava junto aos seus aliados, eram motivados por sistema antropológico que mesclava política e funções religiosas. Os aliados de Creta, mostravam-se dispostos a apoiar e proteger a ilha em deferência a Minos, seu lendário soberano. Sob nossas perspectivas, diante de um pragmatismo político mais comum aos períodos nos quais o comércio e a tecnologia marítima haviam se aperfeiçoado sistêmico na *Hélade*, as *thalassocracias* emergiram nas décadas finais do século VIII a.C., quando é mais factível falar de guerra no mar. Anteriormente a isso, temos mais ações de pirataria que *Marinhas Estatais*, com vetores bélicos destinados à defesa.

Diante do advento do sistema poliade, potencias marítimas como: Corinto, Cócira, Égina, Samos e mais tardiamente, atenienses; perceberam a necessidade de investir em uma esquadra de guerra devido ao crescimento do fluxo comercial nas suas rotas marítimas. É nesse período que ocorrem significativos avanços dos meios navais buscando reprimir a prática da pirataria, bem como, o recolhimento sistemático de tributos em colônias localizadas em territórios longínquos, em cujo a rapidez de contato e acesso, torna-se mais viável através da *thalassa*. Desse modo, fica evidenciado que *thalassocracia*, pode ser compreendido como um sistema no qual, a força bélica dissuasória é um dos seus principais fundamentos, enquanto as *nautocracias*, configura-se por uma mentalidade marítima amalgamada ao exercício da civilidade, sem que haja necessidade de meios navais próprios.

Nos termos apresentados, *nautocracias* podem servir para alicerçar, ou não, sistemas *thalassocráticos*, pois, além da tênue relação da sua população com os assuntos marítimos, exige emprego de meios navais próprias, tripulado - em sua maioria - por seus cidadãos (DUARTE, 2021, p. 88). Portanto, o modo como nos referimos ao exercício do poder através dos meios marítimos, pode revelar implicitamente, a sua identidade.

As diferenciações na logografia envolvendo *sea-power*, definida por Alfred Tayer Mahan (1890) e *seapower*, referenciada por Andrew Lambert (2018), trazem em seus fundamentos, os *imaginários sociais*⁵ que denotam a civilidade e o modo como o homem percebe sua própria identidade. Ou seja, a *thalassa* pode ser um meio, uma ferramenta para exercício do poder, ou apenas, parte de uma relação sociopolítica homogênea. A compreensão desses elementos toma relevância, principalmente, quando buscamos identificar reinos e poleis da Antiguidade que assumiram postura de liderança ou ação análoga a um *império*.

A pesquisadora Maria Regina Candido na obra, *Atenas liderança unipolar no Mar Egeu*, 2016; aponta para a necessidade de se ater ao cuidado em se referir adjetivamente à polis de Atenas no seu exercício de poder durante a Liga Délica Ática, no século V a.C., como *império ateniense*. M. R. Candido opta por usar o termo *liderança unipolar*, para se referir a Atenas na Antiguidade Clássica, pois o termo império não era comum ao discurso e mentalidade política da pólis no período citado, muito embora, sua postura e prática política, detivesse traços que poderiam muito bem ser caracterizados por práticas imperialistas e que foram adotadas por hegemonias póstumas (CANDIDO, 2016: passim). Portanto, há necessidade em se atentar para o contexto social de produção do período, quando voltamos nosso olhar sobre o uso do *espaço geográfico marítimo*. Desse modo, podemos citar outras potências marítimas na Antiguidade, a exemplo dos fenícios.

⁵ Dispositivo simbólico que influencia as práticas coletivas; atua em toda a vida coletiva, em especial a política. Os imaginários sociais não podem ser controlados de maneira intencional, ao circular entre determinado grupo comunitário: percebe, divide e elabora seus próprios objetivos (Cf. BACZKO, 1985, p. 302-309).

A excelência náutica dos fenícios é historicamente incontestada, apesar de, como nos informa Maria Cristina Nicolau Kormikiari Passos, termos poucas informações de como eles se autodescreviam. Fenícios não nos deixaram textos literários, históricos, religiosos ou geográficos onde possamos analisar, como eles viam a si próprio e que tipo de união experimentavam entre si. Isso acontece, não pelo fato de não as terem produzido, mas sim, porque a produção não sobreviveu aos percalços do tempo. O que sabemos sobre os fenícios é legado por outros povos, dentre eles: gregos, latinos, mesopotâmicos, assírios ou egípcios (PASSOS, 2018, p. 174-175).

Lionel Casson, compõem o grupo de renomados pesquisadores que corroboram para sedimentar o fato de que é difícil apresentar detalhes sobre os fenícios, pois até mesmo seu nome se origina de um quebra-cabeça geográfico. Eles se denominavam *sidônios*, em referência a cidade que foi seu maior centro comercial marítimo, até ser ultrapassada por Tiro nestas atividades, ao início do primeiro milênio a.C. Sua terra era denominada Canaã e teriam sido os gregos quem os denominaram de *Phoinikes*; termo que alguns linguistas afirmam ser originário de uma raiz que significa "mar", mas que a maioria conecta com o adjetivo *phoinos*, "vermelho escuro" (CASSON, 1991, p. 67).

Os fenícios se especializaram no tingimento de tecidos, usando certa espécie de marisco marinho, *Murex*, que possui uma secreção glandular capaz de produzir vários tons de vermelho e roxo (CASSON, 1991, p. 67). Peculiarmente, a utilização dessa tonicidade sobre tecidos, acentuou o fluxo comercial fenício no mediterrâneo, contribuindo para solidificar sua identidade como mercadores marítimos.

O conjunto de Cidades-Estados que compunham a Fenícia, eram geograficamente privilegiadas em situarem-se com costas para o mar e estarem, convenientemente, na rota de diversas caravanas de trocas, tanto em um eixo norte-sul, quanto na rota Leste-Oeste. Além de tecidos, outros recursos naturais da região proviam os fenícios de realizarem boas relações comerciais com outros povos, tais como hebreus, assírios, egípcios, hititas. A exemplo do fluxo de matérias primas comercializadas, citamos a madeira de cedro, oriunda das suas florestas e que eram muito adequadas à construção naval. Afora a substância essencial para a produção de embarcações - bem como os já mencionados tecidos tingidos de púrpura - havia artefatos artesanais de vidro, marfim e metais preciosos que compunham o rol de produtos que faziam a economia das cidades fenícias girar (PASSOS, 2018, 177). Portanto, o comércio figurava o epicentro da política exercida pelos fenícios. As rotas marítimas nas quais seus barcos singravam, eram "trunfos" por meio dos quais fenícios exerciam influência, sem que necessitassem exercer sua hegemonia marítima recorrendo a um vetor belicista, ou seja, uma esquadra de guerra própria. Logo, fenícios exerciam uma política *nautocrática* e nesse processo, sua rede de contatos, projetava sombra cultural influxo a vários aspectos da relação com outros povos, sistematização que podemos interpretar como hegemonia política *soft-power*.

Além do comércio marítimo e mentalidade *nautocrática*, outros elementos serviam para caracterizar a unidade fenícia, a partir de 1200 a.C., como citamos: a sistematização e a difusão do alfabeto; a emergência de novos elementos linguísticos, além da incidência no componente egípcio de produção artesanal (PASSOS, 2018, 175-178). Constritos geograficamente e politicamente por forças sociais que se organizam em seu entorno oriental - eixo de localização regional dos assírios - os fenícios realizavam a única saída possível, se lançando em um processo de colonização/expansão, em direção

ao Ocidente se utilizando das suas rotas marítimas. Esse processo pode ser subdividido em dois momentos: o *pré-colonial*, e *colonial*. Assim, o conceito de pré-colonização fenícia pode ser definido como visitas frequentes a novos territórios, iniciando um conjunto de contatos e trocas com populações nativas, enquanto, *colonização fenícia* se definiu como a formação de assentamentos estáveis (PASSOS, 2018, 175-178)

Diante do movimento de *colonização fenícia*, por volta de 800 a.C., Tiro fundou a colônia de Cartago no norte da África. A expedição foi representada por meio de uma narrativa mítica, a qual o ato fundacional teria sido liderado pela rainha Dido. Em dados materiais, o novo assentamento rapidamente tornou-se um centro de operações comerciais ultrapassando Utica, uma outra colônia fenícia, fundada no século XI a.C. Fazendo uso das habilidades marinheiras de seus habitantes, Cartago não tardou para realizar um programa de colonização próprio; enviando expedições para explorar e ocupar novos sítios e converter antigos entrepostos de passagem, em comunidades estavelmente nucleadas. Por volta de 700 a.C., Cartago ampliou seus domínios até a Sardenha, fundando várias colônias na região da Sicília e expandindo sua influência sobre outras regiões da costa mediterrânea, na Ibéria. (CASSON, 1991, p. 72).

Cartago geograficamente estava posicionada em uma região privilegiada. Situado na costa africana, próximo onde atualmente se encontra Tunis. O local tratava-se de um ponto de passagem para quem desejava manter comércio entre o Mediterrâneo ocidental e oriental. Desse modo, Cartago aquece a rivalidade com gregos situados na região da Magna Grécia e se sobressai, passando a exercer também, a hegemonia sobre as povoações fenícias ocidentais. Em eventos concomitante, no século VI a.C., houve o enfraquecimento da metrópole fenícia devido a expansão do domínio babilônico. Neste período, cartagineses tiveram a oportunidade de sedimentar alianças com outros povos da própria África do Norte, como as tribos da Numídia (Maces, Massesilos e Massilos) e da Mauritânia que, desde este período, vinham se constituindo em reinos (BUSTAMANTE, 2009, p. 4).

Apesar do sucesso expansionista, assentado na força bélica das suas embarcações, Cartago não detinha a exclusividade hegemônica na região mediterrânica. Desse modo, necessitava de contingente militar e objetivando garantir supremacia nesse campo, erigiu a base de seu efetivo guerreiro por meio de forças mercenárias, pois o contingente de seus próprios cidadãos, mostrava-se insuficiente para a vigilância do extensivo território que devia administrar. Nessa toada, em diferentes ocasiões, Cartago arregimentou mercenários da África do Norte, da Espanha, da Gália, da Itália e da Grécia (BUSTAMANTE, 2009, p. 08).

Em relação a sua marinha, Adrian Gosdeswolf nos ressalta que os cidadãos cartagineses podem ter sido incorporados à sua tripulação em maior escala que nas forças terrestres. Embora as evidências que temos sobre o recrutamento de marinheiros cartagineses seja bastante pequena, quando comparamos os dados ao efetivo dos exércitos em terra, fica evidenciado que a marinha detinha um estatuto mais permanente. Isso, devido a necessidade de proteger as rotas comerciais que traziam riquezas à cidade (GOLDSWORTHY, 2002, p. 31).

Não nos esqueçamos que uma frota eficiente, somente mantém sua excelência, se a tripulação for regularmente exercitada no mar. Por isso, a política marítima cartaginesa acabava sendo priorizada

pelo governo cartaginês e, desse modo, um número considerável de esquadrões era mantido permanentemente, mesmo em tempos de paz. Para manter seus vetores navais operando de modo eficiente, o porto naval de Cartago, em formato circular, fornecia rampas capazes de servir como berço a cerca de 180 navios, com todas as instalações necessárias à sua manutenção. As escavações no porto datam do século II a.C. e, embora haja dados imprecisos, esse é o período mais provável da sua reconstrução, no qual muitos cidadãos cartagineses com pouco recursos ganhavam sustento como remadores da frota (GOLDSWORTHY, 2002, p. 31). A preocupação em manter um poder dissuasório naval próprio e permanente, demonstra um traço evidente de como Cartago se configurava como força *thalassocrática*. No entanto, mostrou-se ineficaz em oferecer respostas adequadas, quando Roma se viu impelida a investir na formação de uma esquadra.

Os primeiros traços de rusgas envolvendo romanos e cartagineses, ocorreram no final do século VI a.C., quando Roma era apenas mais uma, entre as numerosas comunidades existentes na Mágna Grécia. Cartagineses e romanos, estabeleceram tratado de amizade e aliança para combater ameaças gregas. O tratado envolvendo romanos e cartagineses foi renovado em meados do século IV a.C., regulamentando o comércio entre os dois povos. Nessa relação, Cartago figurava como maior beneficiado, pois, detinha o domínio das rotas marítimas e por consequência, o controle sobre o comércio. Em razão dos interesses comuns que os dois grupos detinham em relação aos gregos, romanos e cartagineses estreitaram ainda mais, sua aliança no início do século III a.C. A aliança romano-cartaginesa chegou a atuar contra a intervenção de Pirro (319/18 a 272 a.C.), rei do Epiro (atualmente, corresponde à parte da Grécia e Albânia), que auxiliava as cidades gregas na região meridional da Magna Grécia (atual Península Itálica), lideradas por Tarento (colônia grega no sul da Itália). A aliança romano-cartaginesa somente veio a se desfazer quando romanos iniciaram sua expansão na Sicília (BUSTAMANTE, 2009, p. 12).

Em 264 a.C., Roma aceitou o pedido de auxílio da cidade siciliana de Messina, que fora tomada do domínio grego, Cartago reagiu a intervenção romana na Sicília, eclodindo assim a Primeira Guerra Púnica, que durou até 241 a.C. A história do conflito entre cartagineses e romanos foi narrada por diversos autores antigos, dentre eles: Políbius, *História* e, Tito Lívio *História de Roma* (BUSTAMANTE, 2009, p. 12).

No conflito contra os romanos, a esquadra Cartaginesa mostrava-se eficiente diante dos desafios que lhe eram apresentados na primeira Guerra Púnica. No entanto, Roma identificou que não bastava ser forte em terra, pois a defesa das cidades localizadas na costa do Lácio exigia forças navais adequadas, capazes de garantir segurança à navegação na região, sempre ameaçada pela pirataria. Embora a conquista do litoral tenha sido efetivada por meio de operações terrestres, a manutenção dos territórios costeiros pedia por parte de Roma, a ação de uma força naval permanente (MANTAS. 2013, 65).

Pouco se conhece dos navios utilizados pela marinha romana antes do eclodir a Primeira Guerra Púnica, provavelmente suas embarcações eram semelhantes às que equipavam as forças navais das cidades marítimas italianas. Ou seja, eram menores que os utilizados pelos grandes reinos e Cidades-Estados helenísticas. Diante desse cenário, o Senado Romano se conscientizou de que o domínio do mar era imprescindível para que Roma se tornasse grande e, reuniu esforços para estruturar e manter forças navais, capazes de garantir sua nova política expansionista (MANTAS. 2013, p. 17-18).

Roma iniciou a Primeira Guerra Púnica com almirantes improvisados, através de comissões temporárias e que poderiam não ser renovadas. Esses comandantes acabaram saindo vitoriosas sobre as forças navais cartaginesas em batalhas nefrágicas, tais como: Milas, Ecnomo e Ilhas Egatas. Essa última batalha, foi responsável por obrigar Cartago a pedir a paz em 241 a.C. Documentações do período, dentre elas Políbius, nos permitem verificar que diante do êxito da campanha naval romana, suas embarcações conseguiam se deslocar, quase sempre, sem que a esquadra inimiga conseguisse impedir seus movimentos. Desse modo, romanos conseguiram arrastar a guerra até o solo africano e triunfaram, não em razão da sua força terra, mas sim graças a sua estratégia naval, cujo cartagineses não conseguiram neutralizar (MANTAS. 2013, p. 17-18).

Diante das vitórias obtidas, o domínio do Mediterrâneo se abriu definitivamente à Roma e sua postura foi bastante dura nos acordos da paz concedida aos cartagineses. Excluíram qualquer hipótese de recuperação do poderio naval cartaginês, ainda que a potencialidade de reconstrução do seu parque naval, tenha alarmado os romanos numa visita de inspeção feita por Catão. Após sair vitoriosa na Segunda Guerra Púnica, as potências helenísticas, quase todas dotadas de marinhas poderosas, não conseguiram impedir o movimento de tropas e a linha de abastecimento romano. Em 146 a.C., ano da destruição de Cartago, ao final da Terceira Guerra Púnica, e da cidade de Corinto, grande centro económico e político grego, romanos tiveram caminho aberto para dominar o Mediterrâneo. Após estes fatos, Roma estendeu sua ação intervencionista a todo o Mediterrâneo, significativamente denominado *Mare Nostrum* (MANTAS. 2013, p. 17-18). Dentro desse contexto é importante ressaltar que Roma somente ganhou epíteto de grande potência da Antiguidade, tornando-se uma *liderança unipolar*, quando deliberou exercer controle sobre as rotas marítimas e os meios navais. A breve descrição desse cenário geopolítico demonstra o protagonismo do mar, no cotidiano dos grupos comunitários e das pessoas. Em razão disso, não é absurdo reconhecer que os povos na Antiguidade se movimentavam em prol do Mar Mediterrâneo.

Fernando Braudel é um dos intelectuais que identificou a importância do mar nas relações interpessoais, diplomática e migratória dos grupos localizados nas regiões costeiras do Mar Mediterrâneo. O pesquisador demonstrou perspicácia ao realizar a análise da geografia do Mar Mediterrâneo identificando, o quanto sua paisagem sofria alterações diante das transformações do tempo e das migrações que o circundavam. A partir de uma análise histórico e arqueológica marítima, F. Braudel focou a análise de seus estudos em como a população circundava o Mar Mediterrâneo, promovia migrações e acabava sendo afetada por essas variações geográficas (GUILAINE, Jean e ROULIARD, Pierre, in: BRAUDEL, F., 2001, p. 8). Assim, tornou-se mais evidente o protagonismo que a *thalassa* sempre possuiu ao longo da História. Da Antiguidade até era Moderna, o mar sempre se manteve imponente na geografia, interligando passado e presente.

Jean Guilaine e Pierre Rouliard buscaram destacar na construção do prefácio das *Memórias do Mediterrâneo*, que embora a obra tenha sido escrita em 1969, com dados que abordam tantas temporalidades do passado, nos permitindo realizar generalizações muito atuais no que diz respeito a relação da população com Mar Mediterrâneo (GUILAINE, Jean e ROULIARD, Pierre, in: BRAUDEL, F., 2001, p. 8). A observação dos eminentes pesquisadores a propósito da obra de F. Braudel, demonstra que pensar a *história marítima* sob a perspectiva de longa duração, possibilita repensar problemas

geopolíticos, tecnológicos ou culturais, ainda que estejam em temporalidades distintas.

Inserido em um processo analítico de grande duração, as relações políticas, comerciais e religiosas que visam referendar o uso dos espaços territoriais marítimos, ganham novos contornos, criando interseções entre campos distintos de conhecimentos. Desse modo, tanto a *história marítima* quanto a *história naval* ao dialogarem com os estudos arqueológicos marítimos, permitem identificar que não era por razões gratuitas que as sociedades antigas que obtiveram sucesso em deter controle sobre ambiente marinho prosperaram. Não é também por coincidências aleatórias, que a rivalidade envolvendo reinos e comunidades políades acabaram por levar os homens a superarem as dificuldades e - apesar dos seus temores - transformar a *thalassa* em um meio de: obter prosperidade, exercer domínio, realizar contatos e alianças (CORVISIER, 2008, p. 18) Deter recursos para navegar, se tratava de uma necessidade.

Enfim, dentre as motivações que moldam identidades das políticas estatais, privilegiar os meios que permitirão domínio e controle sobre o mar, não é elemento que deva ser desprezado. Ao se deter os meios que os conduzirão a ocupar a hegemonia marítima, a postura com seus aliados ou adversários, poderão optar por políticas de cooperação (*soft-power*) ou de imposição da força (*hard-power*), seja através de uma *thalassocracia* ou *nautocracia*. A exemplo dessa inferência, podemos mais uma vez apontar Creta. A ilha exerceu hegemonia entre os séculos XX a XV a.C., no Mar Egeu, adotando um sistema nautocrático, pois, se identificava com uma política de colaboração junto aos seus aliados (*soft-power*). No entanto, se utilizava desse mesmo sistema cooperativo para fustigar seus aliados a retaliarem, aqueles que não cooperassem com seus interesses. Noutra perspectiva, Atenas, adotava um sistema *thalassocrático* que lhe conferiu a *lidrança unipolar* no Mar Egeu. Durante todo o século V a.C., desde a criação da Liga Délica em 478 a.C., exerceu um modelo *hard-power* sobre inimigos e aliados confiando na força dos seus meios navais.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves. **O Poder Marítimo segundo a concepção de Sir Herbert William Richmond (1871-1946):** uma análise comparada com Alfred Thayer Mahan. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2008.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. **Alfred Thayer Mahan - O Homem.** Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.129, n. 04/06-abr/jun. 2009a.

BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social.** In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem.* Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BBC NEWS, Brasil. **Navio encalhado no canal de Suez: por que incidente pode piorar a economia global.**

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56535868> Acesso em 20/06/22 às 15:14.

BRAUDEL, Fernand. **Memória do Mediterrâneo: pré-história e Antiguidade.** Edição

estabelecida por Roselyne de Ayala e Paule Braudel. Tradução de Teresa Antunes Cardoso, José M. Lopes, Isabel Aubyn, Amélia M. Joaquim. RJ: Multinova, 2001.

BUSTAMANTE, R. M. da C. **Império Cartaginês, a luta pela hegemonia no Mediterrâneo Ocidental**. In: SILVA, F. C. T. da; CABRAL, R. P.; MUNHOZ, S. J. (Org.). Os impérios na história. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009, p. 15-26.

CANDIDO, Maria. **Atenas liderança unipolar no Mar Egeu**. Rio de Janeiro: UERJ/ NEA – Letras e Versos, 2016.

CASSON, Lionel. **The Ancient Mariners: seafarers and sea fighters of the mediterranean in Ancient times (2ª ed.)**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1991.

CORBETT, Julian. **Some Principles of Maritime Strategy**. London: Longmans, Green and Co, 1911.

CORVISIER, Jean-Nicolas. **Les Grecs et la mer**. Paris: Les Belles Lettres, 2008.

DUARTE, Alair Figueiredo. **Os remadores e as fronteiras marítimas de Atenas no século V a.C.**, 2021 1. ed. - Curitiba: Appris, 2021.

_____ **Pireu: a “Cidade-Porto” da Atenas Clássica?**. NEARCO: Revista Eletrônica de Antiguidade 2019, Volume XI, Número II – ISSN 1982-8713 Núcleo de Estudos da Antiguidade -NEA Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

GARLAND, Robert. **The Piraeus: from the fifth to the first century B.C**. London: Duckworth, 1987.

GARLAN, Yvon. **Guerra e Economia na Grécia Antiga**. Campinas: Papirus, 1991.

GOLDSWORTHY, Adrian. **The fall of Carthage the Punic Wars 265–146 b. C**. London: edition published Casell, 2003.

HOMERO. **A Ilíada**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2001. HOMERO. **Odisseia**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2000.

KOWALSKI, Jean-Marie. **Navegation et Geographie dans l’Antiquité Greco-Romaine: La terre vue de Le mar**. Paris: Picard, 2012.

LAMBERT, Andrew. **Seapower States: Maritime Culture, Continental Empires and the conflict that made the Modern World**. New Haven and London: Yale University press, 2018.

MANTAS, Gil Soares. **O valor do poder naval na Antiguidade Clássica. O exemplo romano**. Academia de Marinha, XI Simpósio de História Marítima, Lisboa, 2013, pp.53-95.

OLIVEIRA, Francisco de; THIERCY, Pascal; VILAÇA, Raquel (coord.). **Mar Greco-Latino**. Coimbra: Universidade de Brest/ Universidade de Coimbra, 2006.

PASSOS, Maria Cristina Nicolau Kormikiari. **Fenícios pelo mediterrâneo: formas de contato**

diversificadas. Cadernos de Lepaarq. Vol. XV, n°29, ICH, 2018.

PLUTARCO. **Vidas Paralelas: Theseo, Rômulo, Licurgo, Numa, Sólon, Púbicula, Temístocles, Camilo Péricles, Fábio Máximo.** 1. v. São Paulo: editora Paumape S.A, 1991.

SESTIER, Julie Marie. **La Pireterie dans L' Antiquité.** Paris: Librairie de A. Maresq. Ainé Editeur, 1880. VIOLANTE, Alexandre da Rocha. A teoria do poder marítimo de Mahan: uma crítica a luz dos autores contemporâneos. R. Esc Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 223 – 260, jan./jun. 2015.

Tercios, Mito e História de um dos Exércitos mais poderosos da Europa Moderna (séc. XVI – XVII)

Matheus Boina Coltro¹

RESUMO: A História de Espanha é cercada de mitos, estereótipos e até anacronismos. Entre os detalhes também se encontram no seu exército durante a sua Era de Ouro e Colonização das Américas. Esse artigo propõe desvendar e refutar esses principais mitos do exército espanhol (os Terços), cujo exército fora formidável nas suas atuações nas guerras religiosas por exemplo. Mitos que ainda perpetuam na historiografia anglo-saxã e tem seus reflexos até na historiografia brasileira.

Palavras-chave: Terços, Mitos, Historiografia.

Resumen: La Historia de España está rodeada de mitos, estereotipos e incluso anacronismos. Entre los detalles también se encuentran en su ejército durante su Edad de Oro y la Colonización de las Américas. Este artículo se propone desentrañar y desmentir estos principales mitos del ejército español (los Tercios), cuyo ejército fue formidable en sus actuaciones en las guerras religiosas, por ejemplo. Mitos que aún se perpetúan en la historiografía anglosajón y tienen sus reflejos incluso en la historiografía brasileña.

Palabras clave: Tercios, Mitos, Historiografía.

INTRODUÇÃO

Os Tercios (Terços) tiveram a sua participação de dois séculos (XVI – XVII) e de diversos conflitos, desde do período da colonização até nas guerras religiosas que estraçalharam os diversos países europeus, principalmente na Alemanha onde a guerra se alastrou diversas vezes. Mas segundo os mitos perpetuados nas propagandas bélicas, que é o tema do tópico da próxima parte, tentaram minimizar os feitos dos espanhóis e da sua maquinaria bélica, assim também como colocar o Império Espanhol atrasado e decadente. Para desvendar esses mitos, foi utilizado a obra de María Elvira Roca Barea (2022) e outros diversos artigos espanhóis sobre a Espanha e a sua Leyenda Negra (Lenda Negra). Sobre os Tercios em si foram as obras buscadas pelos diversos autores espanhóis de grande parte como: Julio Albi de la Cuesta (2018) cuja obra foi importantíssima sobre os Tercios, Hugo A Cañete (2014 e 2016) sobre as principais campanhas dos Tercios na Europa, Cristina Borreguero Beltrán (2018) sobre a Guerra dos Trinta Anos, e há o autor inglês William P Guthrie que mostrou ter uma análise bem equilibrada e neutra do mesmo conflito mencionado. Todos eles foram fundamentais para o artigo.

¹ Bacharel e licenciado em História na PUC Campinas, e pós graduado em História Militar na UNISUL. Pesquisador na Associação Pró-Memória de Sumaré-SP.

Depois de explicar sobre a Leyenda Negra, como ela surgiu e como ela foi repercutida nos Tercios, as próximas partes explicam sobre a origem e conclusão das Guerras dos Oitenta e dos Trinta Anos, e em seguida sobre os Tercios (e onde se começa a desvendar os mitos sobre eles), e como eram as suas estruturas, as táticas; suas atuações nos cercos, batalhas e suas ações nos mares; suas manobras nas Ações Indiretas e suas atuações no Brasil durante as invasões holandesas no Nordeste Brasileiro.

LEYENDA NEGRA

A origem da Leyenda Negra, começa na Itália, mas a sua expressão se iniciou a partir do ano 1898². Ela é marcada pelo conflito entre Holanda e Espanha. Por exemplo, o uso da ferramenta dos holandeses foi a obra Batolomé de Las Casas ³ como difamação para a reputação da Espanha e espanhóis durante a Conquista nas Américas, onde fazem inúmeras edições e de diversas línguas e modificam até a obra se necessário (tais obras, por exemplo, foi a do italiano Jerónimo Benzoni)⁴, para conseguir o objetivo desejado. Há também por exemplo a obra do irlandês e ex-católico Thomas Gage (1597-1655), que segundo o autor, o continente Americano deveria ser governado pela Inglaterra⁵. Dessas obras há os relatos dos detalhes das crueldades dos espanhóis e matanças contra os indígenas nativos. As diversas obras foram circuladas principalmente na região de Flandres e só teve seus momentos de pausa nos anos de 1630, pois o movimento já não interessava para os propagandistas e foi quando a Holanda estava conseguindo se tornar um estado independente. Mas teve essas obras retomadas no século XIX ao XX⁶.

Tais exemplos das crueldades dos espanhóis não eram só mencionados durante a Conquista, mas também durante a Guerra dos Oitenta Anos como por exemplo no cerco de Amberes (1576), onde uma das forças espanhola conseguiu expulsar os soldados holandeses que faziam o assédio na cidadela e no meio do confronto os soldados fizeram pilhagem e uns cem civis foram massacrados em meio ao caos. Guilherme de Orange daria notícias exageradas na qual não foram cem civis mortos, mas sim 18 mil cujo objetivo era propagandista político e religioso, de manchar a reputação dos soldados espanhóis e da Monarquia. Dando a informação clara que a Revolta Armada era a única saída nessa guerra.⁷

Desses detalhes destacam o sentimento anticatólico (como a obra de Marmontel), e entrelaçado no movimento independentista batavo. Por tanto eram armas ideológicas durante a Guerra dos Oitenta Anos. Tais efeitos deram as destruições de templos religiosos, e execuções em massa no calor da guerra. E para finalizar, também se destaca em colocar a Espanha como um país intolerante e onde se encontra seu povo fanático que era o grande mal da Europa. Não é à toa que isso seria um grande impacto para a fama da Espanha.

²ROCA BAREA, 2022, pp. 23-24, 35, 148.

³Segundo suas visões, os indígenas eram generosos e dóceis diante dos sanguinários e conquistadores soldados espanhóis (CARBIA, 2004, p. 100). Sobre os mitos que envolvem indígenas pacíficos e unidos, recomenda-se a obra de Lawrence H Keeley, A Guerra antes da Civilização – O Mito do Bom Selvagem (2011).

⁴CARBIA, 2004, pp. 69-73, 75-76.

⁵CARBIA, 2004, pp. 88-89, 96-97.

⁶CARBIA, 2004, pp 70-73, 81, 100

⁷CAÑETE, 2016, pp. 36-37.

Portanto, a *Leyenda Negra* nasceu nesses momentos turbulentos, pois além das disputas religiosas havia também movimentos políticos independentistas.⁸

Não só na guerra contra os holandeses como também na Guerra dos Trinta Anos, cronistas e propagandistas protestantes e calvinistas sempre ganhavam na disputa ideológicas em seus panfletos em meio ao desenrolar da guerra. Muito mais distribuídos em diversas línguas, enquanto a disputa de seus opositores fora pouca ou praticamente nula, pois a Monarquia espanhola considerava isso desnecessário. Tais efeitos dariam essas notícias como verdades e de figuras estereotipadas.⁹

De acordo com Roca Barea, “a propaganda antiespanhola criada pela Grã-Bretanha, mas não sozinha, teve um sucesso esmagador durante séculos, a ponto de se tornar uma verdade histórica”.¹⁰

Outros efeitos da *Leyenda Negra* que deram grandes marcas para a reputação da Espanha até aos dias de hoje, como por exemplo: a História da Espanha mal comentada na História no mundo internacional, ou se tem há imagens retorcidas em colocar o exagero de um país fanático ao extremo, país da Inquisição e o povo ser contra o progresso, marcada por violências e guerras civis e etc.

Mal mencionam que a Espanha foi um grande império e de suas famosas capitânias no atlântico, de muitas escolas e universidades (como Toledo e Salamanca), os grandes pensadores (como Menéndez Pelayo, Luís Vives e até Cervantes), pintores (como El Greco, Dalí, Velázquez, Picasso) e há até poesias marcantes no tempo da invasão árabe e outros povos na idade média, e muito mais.¹¹

REPERCUSSÕES DA LEYENDA NEGRA NOS TERCIOS

Ao longo do tempo, historiadores da língua anglo-saxônica explicaram o contexto bélico da Europa Moderna de diferentes formas, mas quando se refere aos Tércios, quase sempre estão as mesmas explicações repetitivas, com isso deram os mitos que conhecemos até na historiografia militar brasileira. Vejamos os principais autores e de seus mitos repetitivos.

Na incrível obra de Antony Beevor, “A Batalha pela Espanha” (2007), logo no início e explicação do contexto histórico da Espanha, antes de se aprofundar na Espanha no século XX e da guerra civil, Beevor cita brevemente como o poder bélico espanhol se passava na Idade Moderna e nas Grandes Navegações: era um grande Império Marítimo de vastas terras e que sua força ao entrar em guerra contra a França no norte da Itália, as Guerras dos Oitenta e Trinta anos e a destruição da famosa Armada Invencível em 1588 na tentativa de invadir a Inglaterra anglicana que fizera o poder espanhol entrasse em declínio.¹²

⁸ CARBIA, 2004, pp. 81, 102-103, 105.

⁹ BELTRÁN, 2018, pp. 47-48; BAREA, 2022, p. 191

¹⁰ ROCA BAREA, 2022, p. 126.

¹¹ BALTÉS, 2021, pp.1-6;

<https://www.exteriores.gob.es/Embajadas/varsovia/es/Comunicacion/Noticias/Documents/Raz%C3%B3n%20y%20pas%C3%B3n%20en%20la%20Espana%C3%B1a%20de%20los%20albores%20del%20Siglo%20XXI.pdf>, 2018, pp. 6-12. Acesso em 11 nov, 2022.

¹² BEEVOR, 2007, p. 42

Já a famosa obra de Liddel Hart, “As Grandes guerras da história” (1967), o autor não cita os Tercios no contexto da Guerra dos Oitenta Anos, é irrelevante para as suas análises sobre as Ações Indiretas pois segundo ele a guerra não dava resultados decisivos, manobras feitas bem limitadas e muito padronizadas e marcadas por guerras de sítios. E para finalizar, cita a batalha de Lutzen, a única de toda essa guerra que fora mencionada.¹³

A obra de James Lacey, “As Batalhas mais decisivas da História” (2017), menciona os Tercios e coloca seus principais comandantes do século XVII (Tilly e Wallenstein) como competentes, mas incapazes de revolucionar o modo de lutar por mais de um século nas guerras europeias. Explica seus métodos de combates na seguinte forma:

Era uma força de três mil soldados armados de piques e arcabuz, exército pesado e que precisava diminuir seus soldados para conseguir manobrar nos terrenos europeus, eram de grandes tamanhos e até exagerados na rigidez.¹⁴

E conclui para finalizar a explicação:

O tercio não era muito mais do que um rolo compressor feroz que, uma vez apontado numa certa direção, podia esmagar quase tudo em seu caminho. Mas tinha pouca capacidade de fazer frente a ameaças vindas de direções inesperadas (LACEY, 2017, p.181)

Aponta a grande reforma de Maurício de Nassau em treinar e disciplinar seus soldados graças à influência romana para deixar seu exército mais flexíveis e aumentar o poder de fogo. Enquanto a de Gustavo Adolfo, desenvolveu a sua artilharia ligeira para o campo de batalha e exército experiente e também bastante cadencia de fogo e flexibilidade para a sua força bélica além de uma cavalaria mais armada para apoiar seus infantes.¹⁵

Para finalizar, o autor conclui que a Batalha de Breitenfeld foi uma batalha decisiva e que manteve as novas religiões europeia e suas liberdades não serem extintas pela Igreja Católica, além também das pesquisas científicas que desenrolava na época¹⁶ como foi o caso de Galileu e outros pensadores ameaçados pela Inquisição.¹⁷

Já na historiografia brasileira, na coletânea de diversos autores na obra “História das Guerras” (2006), novamente os Tercios nem sequer são mencionados e o assunto vai direto às reformas de Maurício de Nassau e Gustavo Adolfo. E novamente, colocam o Império Espanhol como um animal pré-histórico, medieval, que teve pouca influência do Renascimento e nada do Iluminismo e etc, cuja a origem desses problemas foram, na maior parte, nas batalhas perdidas na mesma guerra mencionada anteriormente.¹⁸

¹³ HART, 1967, pp. 101-103, 112-113.

¹⁴ LACEY, 2017, pp. 177, 180-181.

¹⁵ LACEY, 2017, p. 181, 183-184.

¹⁶ Apesar desse comentário, não havia liberdade e tolerância religiosa para os dois séculos (XVI-XVII) em muitos países europeus, portanto é um equívoco só apontar a Espanha como a única que perseguia esses diversos movimentos religiosos. A Espanha teve sim um movimento iluminista e científico na qual é raramente mencionado. Colocar a Espanha como um país contra o Renascimento, contra o Humanismo, contra o Iluminismo e ser um país ainda medieval, são outros clichês vindo da Leyenda Negra (ROCA BAREA, 2022, pp. 268, 382-386, 420).

¹⁷ LACEY, 2017, p. 193.

¹⁸ MAGNOLI, 2006, pp. 174-175, 181-184.

A obra de José Gerardo Barbosa Pereira, “A Restauração de Portugal e do Brasil” (2004) menciona os *Tercios*. Que tinham um efetivo de 3 mil soldados e eram habilidosos para lidarem contra inimigos de todos os lados (o contrário das afirmações de Lacey), mas atuavam em conjuntos. Mas Pereira dá mais ênfase às inovações de Nassau e de Gustavo Adolfo, na qual suas tropas eram flexíveis e de grande mobilidade ao dar formações de pequenas unidades, além disso eram mais independentes do que a dos *Tercios*. Com o aumento das frentes dos atiradores nessas unidades, também aumentara o seu poder de fogo, pois os mosqueteiros atiravam ao lado dos piqueiros e em seguida voltavam para trás e para a proteção dos piqueiros para a continuação do combate.¹⁹

Carlos Daróz, em seu belo livro “A Guerra do Açúcar” (2014), ao mencionar a Guerra dos Oitenta Anos, aponta que Guilherme de Orange o Taciturno na luta contra as forças espanhola, ele tentava evitar a enfrentar essas forças em uma batalha decisiva e atacar em regiões mais fracas de seus inimigos, ou seja era uma guerra de degaste.

Aponta que com a chegada do inverno, as campanhas paravam enquanto o tempo não melhorasse. Tudo isso deixava claro que eram campanhas desgastantes e exaustivas.

Sobre os *Tercios*, Daróz menciona que era uma força de 3 mil soldados que continha três coronelia e que cada uma continham mil soldados, mas que nos combates já vinham com números reduzidos. As armas dos piqueiros chegavam a quatro metros, e como muitos outros autores mencionados acima, também aponta a falta da flexibilidade para manobrar com exceção dos terrenos planos e abertos.

Daróz dá também bastante ênfase às reformas de Nassau também mencionada anteriormente com exceção do fogo contínuo das fileiras dos atiradores que enquanto um atira o outro recarregava a arma, diminuição dos piqueiros e mais atiradores ao longo do tempo. A batalha ganha de Nassau em 1600 (Batalha de Nieuport) foi essencial para a sua ascensão e infligir uma grande derrota aos *Tercios*. A cavalaria também sofrera uma grande mudança nas ações em ataque pelo fogo e choque ao mesmo tempo. Por fim Daróz cita o autor Ruas Santos ao revelar outro brilhantismo de Nassau e das forças holandesas: a guerra de sítio, onde a surpresa, audácia, astúcia e rapidez facilitava as conquistas das fortalezas ou cidades fortificadas, ao contrário dos seus inimigos que faziam cercos longos e desgastantes.²⁰

Antes de refutar muitas dessas informações, é essencial primeiro contextualizar as guerras que ocorreram na Europa (a causa que levaram e o desfecho) e também explicar melhor como eram os *Tercios* e como atuavam nas constantes guerras a seguir.

A GUERRA DOS OITENTA ANOS E A GUERRA DOS TRINTA ANOS

A causa da Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648) foi de inúmeros fatores, entre eles se destaca: disputa de poder político e econômico (Madri x cidades holandesas), Religioso (catolicismo x calvinismo e protestantismo), Língua (Espanhol x Flamengo) e entre outros.

¹⁹ PEREIRA, 2004, pp. 100-101.

²⁰ DARÓZ, 2014, pp. 25, 50, 62-67, 75-76.

O movimento foi comandado pela rica família Orange, entre os mais destacados foi Guilherme de Orange o Taciturno e seus irmãos como Luis e Enrique de Nassau. Mas com as sucessivas e implacáveis vitórias do Duque de Alba para abafar a revolta logo no início da guerra, fez essa guerra começar de grande frustração para os batavos.

Logo com a morte dos três líderes principais, Guilherme foi assassinato, e os outros irmãos mortos (como na batalha de Mook), então seu filho Maurício de Nassau sucedeu a campanha pela independência, declarada em 1581, e que foi confirmada na Paz de Westfalia em 1648.²¹

Já a Guerra dos Trinta anos (1618-1648) foi uma guerra religiosa e até uma guerra civil alemã que se alastrou por extensa e vasta região europeia. De um lado o Império Habsburgo e do outro os diversos estados alemães na busca de autonomia e na luta pelo calvinismo e protestantismo.

A guerra se estendeu no centro europeu para além, contando os Países Baixos, Dinamarca, Noruega e até a França onde se entrelaçava jogos políticos e interesses na luta contra o poderoso império Habsburgo. E no fim daria na fragmentação do Sacro Império Romano Germânico, lutas de facções entre estados e seus mercenários até surgimento de exércitos mais profissionais como o sueco e o francês.

A guerra foi finalizada com a Paz de Westfália que marcou a vitória da causa dos protestantes, fortalecimento comercial pelos vitoriosos e enfraquecimento político e militar de seus inimigos, os Habsburgos.²²

OS TERCIOS

Formações, táticas e patentes

Basicamente os Tercios eram exércitos profissionais compostos por arcabuzeiros ou mosqueteiros, alabardeiros e piqueiros. Os primeiros eram atiradores e os últimos eram armados com lanças, porém os piqueiros carregavam piques que chegavam próximo de cinco metros dependendo dos casos. E havia a cavalaria que estava obsoleta para a época. A espada era usada por todos os combatentes devido ser uma arma tradicional.

De origem espanhola, teve suas preparações e primeiros confrontos na Itália logo no início do século XVI contra os franceses. Segundo Albi de la Cuesta, o que torna problemático é que os três mil soldados que compunham um Tercio é falso, pois não havia um número fixo, eram meros números teóricos além de seus números sendo diminuídos ao longo da campanha. O número mais realista era no máximo mil e quinhentos soldados. Outro ponto que se deve destacar era que não havia um número rígido de atiradores e lanceiros. Houve casos de maiores números de atiradores do que piqueiros. Com

²¹ CAÑETE, 2016, pp. 17-42, 135-136, 173, 217; DARÓZ, 2014, pp. 25-26; CARBIA, 2004, pp. 73, 84.

²² MAGNOLI, 2006, pp. 163-187.

isso, já mostra que os Tercios eram mais flexíveis, manobráveis e menores, mas potencialmente ativos como veremos adiante.²³

Nas táticas os atiradores funcionavam para infligir perdas aos inimigos a certa distância, em seguida eles entravam para dentro da massa compacta dos piqueiros que os protegiam contra a cavalaria e piqueiros oponentes. Atiradores também podiam estarem nos flancos dentro da massa compacta e a continuar suas saraivadas mortíferas contra os oponentes. Atiradores eram também protegidos por soldados que portavam alabardas em terrenos difíceis em meio a peleja o que mostra a sua flexibilidade. Esses últimos ficavam dentro do escuadrón (o quadrado compacto) junto com as bandeiras. Em resumo, todas as armas apoiavam uma a outra em determinadas situações. E por fim a cavalaria aparecia para dispersar a força inimiga após os combates.

Existia três maneiras de portar os piques, a de colocar a arma fincada ao chão e as pontas para frente ou para cima contra a cavalaria em ataque, há também o uso similar ao portar a baioneta (segurando a arma na altura da barriga) ou posicionavam a arma na altura de seus ombros e a arma ficava paralela ao chão, cujo o uso servia contra os piqueiros oponentes. Juntos era uma massa compacta e impossível de ser destruída a não ser em constantes tiros ou por piqueiros oponentes.²⁴



Posição contra cavalaria
(<https://guerrayhistoria.wordpress.com/2014/12/22/1-a-batalla-de-rocroi-1643/>).



Piqueiro em posição contra infantaria na imagem à direita (ALBI DE LA CUESTA, 2018, p. 83).

Os exércitos espanhóis eram comandados por Mestre de Campo o chefe dos *Tercios*, que cada Regimento formava um *Tercio* comandados por Coronéis, abaixo deles eram os Capitães que comandavam Companhias, e dessas Companhias formavam os famosos *escuadrones*, a massa compacta que podia atuar em conjunto ou sozinha por diversas situações, em seguida haviam os Alferes que portavam as bandeiras e os Sargentos. Entre os *Tercios* mais famosos são os de Bobadilla, Bracamonte, Messía e outros.²⁵ De seus comandantes que se destacam e que serão analisados são: Duque de Alba, Francisco Verdugo, Ambrósio de Spínola e Gottfried Heinrich Pappenheim.

²³ ALBI DE LA CUESTA, 2018, pp. 1-6;35-37, 61, 77-78, 124; GUTHRIE, 2016, p. 19.

²⁴ ALBI DE LA CUESTA, 2018, pp. 75-110; GUTHRIE, 2016, pp. 20-21, 30-33; CAÑETE, 2016, p. 119.

²⁵ ALBI DE LA CUESTA, 2018, pp. 38-55, 373-376, 392; GUTHRIE, 2016, pp. 29-31; CAÑETE, 2014, p. 74.

Resumo das vidas de seus soldados

A idade dos homens que queriam se voluntariar nos *Tercios* era em torno de vinte à quarenta anos conforme as regras. Seja pela aventura, patriotismo e até conseguir dinheiro para o sustento, havia muitas oportunidades e probabilidades de situações que faziam muitos a lutarem nos *Tercios*.

Geralmente, os capitães recebiam a *Conducta* que autorizava recrutarem seus soldados em suas Companhias. Em seguida iam para um lugar escolhido, colocavam bandeira de San Andrés (Santo André) na mesa, papéis e tinta, anunciavam aos cidadãos e camponeses nas redondezas e esperavam fazerem filas para os homens que queriam voluntariar.

Se não havia guerras no momento (que podia ser bem comum em períodos de paz provisória ou em climas desfavoráveis), os soldados faziam jogos que muito se assemelhava aos combates. Servia tanto no entretenimento como também exercitar os soldados ficarem sempre ativos, o militarismo estava muito enraizado nessa época.

Na guerra os *Tercios* ou seus *escuadrones* iam para a guerra conforme as suas especialidades. E eram divididos por espanhóis, alemães, italianos de diversos estados, valões (antigos belgas), e tinham até irlandeses e ingleses que lutaram pela mesma religião. No caso dos espanhóis e italianos (especialmente os napolitanos e sicilianos) eram os melhores soldados para as guerras. Nos combates, geralmente os espanhóis pediam para estarem sempre nos lugares de honra: nas vanguardas, o que poderia ser um bom incentivo para o exército e também um assunto problemático, já que geralmente eram os melhores soldados e iam lutar numa frente mais acirrada. Todos tinham o seu melhor e qualidades para lutar em nome dos Habsburgos e da sua religião.

Por exemplo, os espanhóis eram hábeis no uso do arcabuz, assim também como os italianos e na luta contra os turcos (como foi o caso do cerco de Malta) e também ofereceram militares brilhantes como Ambrósio de Spínola. Já os alemães eram célebres no uso dos piques. Os valões podiam oferecer bons soldados e guias nas suas terras caso a guerra estava passando por lá. E muito mais.

Desde de antes e durante a existência dos *Tercios*, os soldados viviam o que as terras por onde passavam podiam oferecer, por isso era comum pilhar as terras e cidades inimigas. Era uma das melhores fontes de seu sustento e por isso era comum ocorrer excesso de violência e penalidades.

Na época os europeus tinham a mentalidade de que a honra era mais importante do que a vida, por isso também havia muito duelos de espadas e uma pedra no sapato dos generais. Para evitar que soldados se matassem por honra, os comandantes tinham que resolver esses problemas como se fossem juizes, e dar penalidades conforme não manchassem as reputações dos seus soldados. Mas também mantinham companheirismo, camaradagem e moral alta. Os Capitães tratavam seus subordinados como filhos e eles os viam como pais, e entre seus colegas como irmãos.

Outras penalidades de crimes graves podiam serem piores, como por exemplo ficar condenado a remar nas galeras (navio militar da época), lembrando que as condições de vida lá eram atroz e desumano. Outro era a forca, que eram reservadas aos líderes dos motins (que era iniciada pela falta

de pagamentos aos soldados e sempre foi um problema), e também para os desertores e até os que mudavam de lado.

Nos piores lugares que os soldados viviam, eram vigiar fortalezas onde a guerra pouco vinha ou nem sequer passavam por lá. Nas fortalezas de Honduras, os soldados morriam nas doenças, nas fortalezas do Magrebe (com exceção de fortalezas importantes como Orã e Argel) os soldados viviam na agonia do tédio e mortos pelos nativos sorrateiros e belicosos. E nas fortalezas de Flandres, o processo de cerco era lento, desgastante e viviam famintos e sem dinheiros, motivo de os motins serem comuns.

Havia o *Tercio Viejo* (Terço Velho) e o *Tercio Nuevo* (Terço Novo). O primeiro era composto por soldados veteranos calejados enquanto os outros eram bisonhos (ainda não haviam lutado ou por poucas vezes).

O seu processo ou a sua maquinaria bélica começava na Itália, eram lá que começavam seus primeiros combates contra os corsários, turcos e outros. Os *Tercios* ganhavam experiências conforme subiam geograficamente até irem nas terras alemãs, belgas e holandesas para lutarem contra o protestantismo e calvinismo. Tudo isso graças ao *Camino Español* (Caminho Espanhol) que era uma grande epopeia militar em levar soldados e suprimentos em lugares distantes, penosos e perigosos por onde passavam. A partir dessa transição do caminho pela Itália para Flandres se tornavam *Tercios Viejos* e experientes para lutar nos mares, fortalezas e vastas terras. E os *Tercios* sempre recebiam uma injeção de sangue novo, bisonhos sempre podiam suprir e substituir as baixas muitas vezes, e por isso eles sempre estavam prontos para os combates.²⁶



Caminho Espanhol (ALBI DE LA CUESTA, 2018, Mapas).

²⁶ ALBI DE LA CUESTA, 2018, pp. 14-334, 374; CAÑETE, 2014, p. 102, CAÑETE, 2016, p. 96.

OS TERCIOS EM AÇÃO

Os Cercos

Os cercos na época em que os *Tercios* dominavam a arte da guerra e na Europa, era uma tarefa complexa e custosa. Mas segundo os generais da época, eram os mais desejados.

No livro de Daróz há a referência que a guerra da independência holandesa (Guerra dos Oitenta Anos), onde os batavos não tinham a intenção de enfrentar os temíveis *Tercios*, então evitavam em aceitar batalhas campais e focar mais nas guerras de cercos para esgotar os espanhóis. Porém, segundo o historiador Júlio Albi de la Cuesta, revela que era a mentalidade de toda a Europa (e até ao poderoso Império Turco) em fazer cercos e evitar batalhas campais.

Generais evitavam batalhas campais pois podia ser custoso, soldados experientes e armamentos caros não brotavam simplesmente do chão. Um deslize, uma ordem mal distribuída para seus subordinados ou discrepância de interpretações de certas ordens, na plena peleja e gritaria, explosões, nervos em frangalhos e entre outros poderia ser uma catástrofe retumbante. Os comandantes não conseguiam comandar todo o seu exército, era uma deficiência da época, e próprio Gustavo Adolfo também não conseguia coordenar todos os setores de seu exército que lutavam de acordo com o combate local.

Para a mentalidade da época, era um meio mais “seguro” de se fazer guerra e infligir uma derrota mais concreta ao inimigo. Pois em batalhas campais, raramente eram decisivas ou podiam ser mais vitória pírrica.

Mas demorou um bom tempo para os generais perceberem que as guerras de cercos também não davam resultados conclusivos e a Guerra dos Oitenta Anos foi uma grande operação e experiências de cercos.

Sobre as guerras de cercos, eram complexas e complicadas. Havia presença de trincheiras, barricadas, bombardeios, minas explosivas, surtidas, alagamentos e outras maneiras bem criativas.

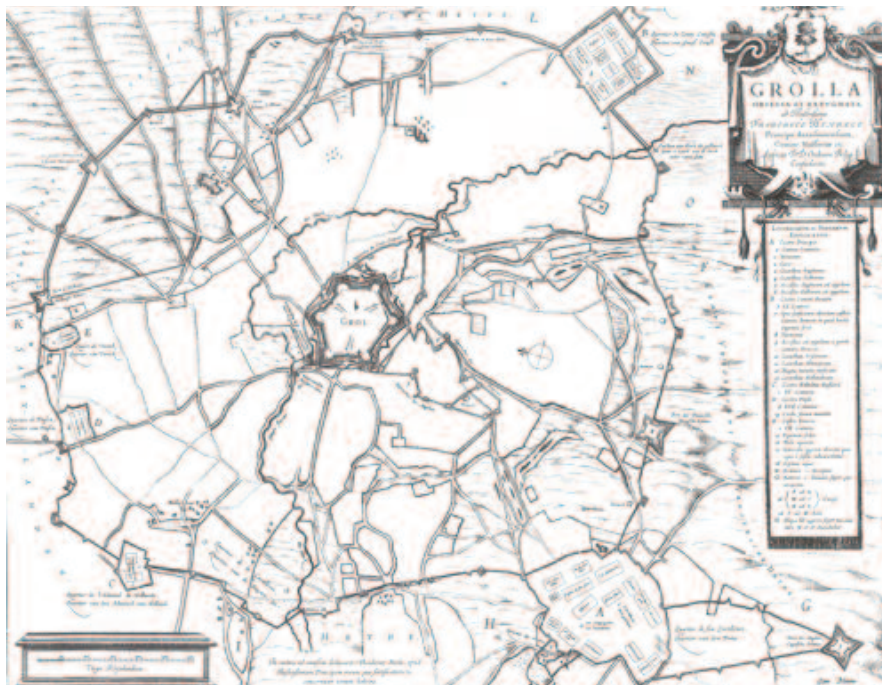
A escalada, na qual soldados achavam uma brecha nos muros e a noite usavam a escuridão e as escadas para tentar tomar parte do muro ou de uma plaza (fortificação). A surpresa era essencial e teriam que desprever de suas armaduras para um ataque rápido e silencioso. Dependendo da situação, pode dar bons resultados.

Outra maneira eram as surtidas, na qual era do mesmo modo da escalada, mas a intenção é silenciar as baterias inimigas. Muitas vezes os homens avançavam quase nus, saindo do rio ou nos pântanos, atacavam sentinelas inimigas e inutilizavam os canhões e logo fugiam.

Há os que se infiltravam se vestindo de camponeses ou usavam mulheres para reconhecer o local e seus pontos fracos, mas se fossem descobertos a morte era certa.

Ao contrário dos comentários de Ruas Santos, a rapidez, a audácia e a surpresa para tomar fortificações não era um monopólio dos holandeses comandados por Maurício de Nassau. Ambos os oponentes faziam inúmeras ações e planos astuciosos para tomar fortificações. Mas essa era uma raridade, era mais comum nos grandes cercos terem grande bombardeios e serem marcados pela fome. Até mesmo os holandeses passaram por essas guerras de desgastes durante e depois das ações de Maurício de Nassau pela mesma guerra citada. O cerco de Breda e na volta nos combates de 1621-1635 após um período de paz é também o grande exemplo.

Nos cercos as fortalezas eram cercadas por trincheiras e fortes interligados. Havia as trincheiras de circunvalação (contra os sitiados) e a contravalação (contra os reforços dos sitiados). A ideia era esgotar as munições dos sitiados ou comidas. A fome foi o maior flagelo dos cercos. Mas tantos os sitiados quanto os sitiadores, ambos tinham suas provisões ameaçadas de escassez. Os cercos esgotavam tudo o que a terra da região podia oferecer, e nessa época os comboios e as estradas eram precários.



Assédio de Groenlo 1627 (ALBI DE LA CUESTA, 2018, p. 265).

Mas trincheiras e bombardeios, eram trabalhos de engenharia. Os métodos de Vauban só apareceriam na metade do século XVII, e na época os italianos tinham o monopólio da engenharia das fortalezas e cercos.

Há também o uso de minas, eram tarefas desumanas e precárias, além de também o uso de armas potencialmente explosivas. As trincheiras geralmente eram sempre pantanosas, úmida e gelada, muito semelhante aos filmes da Primeira Grande Guerra.

Os cercos podem durar de meses e até anos, e os defensores podiam fazer mais defesas no interior das *plazas* quando um dos setores do muro era ameaçado em ruir, assim permitia continuar os combates pelas fortificações até que venha reforços.

Quando mais o cerco durar, mais é a chance das chacinas e vinganças explodirem, e para evitar isso, de preferência seria se render em um tempo razoável: não cedo demais para evitar suspeitas de seus aliados e contrerrâneos, e não tarde demais que poderá dar um massacre pelos vencedores.

Os holandeses e belgas sempre estavam em vantagem nesse tipo de guerra, pois um dos principais motivos são suas localizações geográficas e que estavam lutando pela sua própria terra. O exército espanhol sempre teria que passar na Itália e Alemanha para chegar ao destino, até lá homens e dinheiro se perderam.

A Inglaterra sempre estava por perto e atenta para mandar dinheiro aos holandeses, como também seus soldados e navios supridos de mantimentos. E nos cercos, os holandeses podiam abrir seus diques ou barragens para inundar as trincheiras dos católicos, fazendo o local um caos.²⁷

As Batalhas e motivos da decadência dos Tercios

Ao contrário no que foi dito anteriormente, Guilherme de Orange tinha intenções claramente ofensiva e que não dera muito sucesso. Ao exemplo na sua primeira campanha na década de 1560 contra três pontos de ataque, um contra Artois outra contra a região de Groninga (liderados pelos seus irmãos), e outra comandada pelo próprio Taciturno contra os arredores de Maastricht. Apesar de uma pequena vitória dos holandeses cujo alvo era Groninga, batalhas como Jemmingen (cujo o exército foi comandado pelo próprio Duque de Alba) e Jodoigne em 1568, onde os irmãos Orange (incluindo Guilherme) sofreram grande baixas, e Guilherme teve que fugir para a Alemanha para recuperar suas forças.²⁸

Guilherme volta a tomar ações ofensivas nos anos de 1570, um de seus irmãos atacam nas regiões vindo das proximidades da França, e o próprio Guilherme vindo da Alemanha. Mas novamente os holandeses são derrotados, como por exemplo no cerco de Haarlem pelo vitorioso Francisco Verdugo, que recebia o comando pelo Duque de Alba o general triunfante contra as forças batavas nesses primeiros anos da revolta. Outro exemplo dos implacáveis Tercios contra as forças de Guilherme, foi a batalha de Mook (1574), não só foi uma catástrofe das forças holandesas como também os dois irmãos Orange foram mortos (Luis e Enrique de Nassau).²⁹

E para finalizar, há a vitória dos espanhóis em 1578 nas proximidades Gembloux onde infligem 10.000 mil baixas contra os holandeses, em seguida tomam a capital e ficam em Amberes, mas os espanhóis continuam o avanço e recuperam numerosas cidades. Em 1584 Guilherme é assassinato por um francês e grande admirador de Felipe II.³⁰

²⁷ DARÓZ, 2014, pp. 25, 64, 76; ALBI DE LA CUESTA, 2018, pp. 35-37, 189-190, 231-284;

²⁸ DARÓZ, 2014, p. 25; CAÑETE, 2016, pp. 26-27.

²⁹ CAÑETE, 2016, pp. 29-32.

³⁰ CAÑETE, 2016, pp. 40, 173.

Portanto o que fez os espanhóis não conseguirem derrotar completamente a Holanda em revolta, foi a incapacidade de governar e abafar inúmeras revoltas que se espalhava por toda a Holanda, com exceção da Bélgica que fora mantida. Margarita de Parma (meia irmã de Felipe II), o Duque de Alba e até o próprio Dom Juan da Áustria (herói de Lepanto) não conseguiram acalmar os ânimos do povo holandês e a revolta se tornou irrefreável e que causou mais problemas do que a própria ação direta e ofensiva de Guilherme de Orange, o Taciturno.³¹

Outros detalhes do porquê os espanhóis não conseguiram lidar com a revolta e após o período do comando do Duque de Alba, a crônica de Francisco Verdugo explica muito bem. Verdugo escreveu sua obra expondo suas experiências na tumultuada Frísia nos anos 1579-1594, pois muitas vezes os fortes mudavam constantemente de lado. Também forças francesas e inglesas ajudavam os rebeldes a voltarem com novos ataques sucessivos e intermináveis. Os batavos faziam ataques frontais em meio ao sul da região, logo em seguida tentavam atacar o litoral norte, fazendo Verdugo tentar defender vastas regiões do que tentar uma iniciativa para um contra-ataque.

Outro detalhe era a falta de dinheiro para pagar os soldados que logo ameaçavam de motim. Para evitar isso, Verdugo tomou uma drástica ação de reduzir suas forças e enviá-las para longe do palco da guerra, além de dismantelar e reduzir aos escombros seus próprios fortes para evitar que seus inimigos os apossassem.

Outro problema foi a falta de recursos como pólvora e alimentos, soldados passaram fome, seja nos cercos e às marchas forçadas na penúria, chuvas e pântanos. Groninga (na qual era a capital da Frísia) foi sitiada duas vezes, e na última os rebeldes saíram vitoriosos no mesmo momento que Verdugo e suas tropas recuavam mais para o sul numa base amiga mais próxima.

E por fim, Verdugo foi vítima de calúnias, tanto pelos inimigos como pelos próprios conterrâneos seus. O objetivo de sua obra foi para provar a sua inocência. Calúnia foi a maior facada que ele recebera em todos os seus anos na ativa, expôs também na sua obra suas proezas e dificuldades em lidar com aquela região tão complicada e complexa. Verdugo era um brilhante comandante, venceu batalhas e tomou vastas terras, mas não conseguira lidar contra os holandeses nos seus vastos recursos de guerra enquanto suas tropas diminuía cada vez mais, seja nas ações da guerra ou nos motins, além da falta de apoio de seus superiores e ser vítima de calúnia pelo seu fracasso.³²

Quem de fato foi o precursor da manobra cautelosa de enfrentar os temíveis Tercios não foi Guilherme, e sim seu sucessor: Maurício de Nassau. Foi ele que raramente oferecia uma batalha campal e se limitava às guerras de fortificações pois Flandres era vastamente fortificada e sua maneira de manter na defensiva mantinha sempre as suas vantagens. Um grande exemplo que foi marcante para as forças batavas foi a batalha de Nieuport (1600), a única vitória clara dos holandeses contra os espanhóis (cujo os católicos estavam em inferioridade numérica). Mas a batalha não ofereceu grandes vantagens que era tomar a Bélgica (sob o domínio dos espanhóis) cuja a invasão nunca se consolidou. Nassau só

³¹ CAÑETE, 2016, pp 17-41.

³² CAÑETE, 2016, pp. 42-45, 106-313.

enfrentaria os Tercios em clara condições vantajosas devido também à grande capacidade de resistência dos exércitos dos Habsburgos, pois ainda eram temidos. E último detalhe, a força holandesa na batalha de Nieuport era uma mescla de soldados holandeses, escoceses, suíços, franceses e até alemães, o mesmo que vale às forças católicas de terem soldados de inúmeras nações.³³

E as campanhas militares nem sempre paravam no inverno, pois com a grossa camada de gelo permitia a continuação do conflito, mas era o período de verão que era a época mais desejada.³⁴

Sobre as análises do fogo contínuo e de profundidade dos arcabuzeiros e mosqueteiros, os historiadores apontados anteriormente mencionam que foi a genialidade de Nassau na sua reforma para ferir terrivelmente os Tercios, porém há menções onde os espanhóis tinham as suas próprias maneiras de manter os fogos contínuos nas batalhas, entre eles há a batalha de Bicoca (1522), na invasão turca na Áustria em 1532 e autores da época mencionam também o uso em 1586.³⁵ Portanto, Cuesta conclui que “Nassau tuvo el mérito de sistematizar el procedimiento, más que el de descubrirlo”.³⁶

Outro ponto é que mencionam os Tercios sempre pesados e carregados de armaduras o que faziam eles lentos e difíceis de serem manobráveis e desajeitados (só em grande campos abertos tinha sua maior facilidade)³⁷. Porém a rigidez, que é tanto mencionado pelos autores anteriores, veio do escuadrón e não do Tercio. Formar os escuadrones compactos exigia campo aberto e plano, mas eram raramente usados. Sejam nos desembarques anfíbios e nas guerras de cercos (principalmente no front dos Países Baixos) a formação do escuadrón não existia. Os Tercios usavam outros modos de combates e que pouco exigia formações rigorosas, tiveram que lidar com inúmeras situações de combates e portanto eram mais flexíveis.³⁸

E os Tercios evoluíram sim no decorrer do tempo. Há exemplos de menos exigências de armaduras tão pesadas, houve reforma em 1611 para poderem se adaptarem e enfrentarem o exército de Nassau e mais tarde a do rei da Suécia, e seus efetivos e formações também se adaptaram com a dos estrangeiros. Os Tercios não eram de maioria de piqueiros e menos de atiradores, os números vacilavam. Os escuadrones e Companhias eram flexíveis e até podiam lutar independentes do resto do exército e fazerem escaramuças, com as muitas nacionalidades e como lutavam conforme as suas especialidades podiam serem usadas e mescladas no grupo e usadas nos momentos mais ideais. A exemplos da batalha de Mook e Jemmingen foi de um certo conjunto de atiradores (e poucos piqueiros no caso de Mook) e conseguiu infligir terríveis baixas aos mais numerosos exércitos holandeses.³⁹ Portanto os Tercios não eram meros rolos compressores que Lacey enfatiza.⁴⁰

³³ GUTHRIE, 2017, pp. 240-242; GUTHRIE, 2016, p. 33; CUESTA, 2018, pp. 208-212.

³⁴ CAÑETE, 2016, p. 274.

³⁵ ALBI DE LA CUESTA, 2018, pp. 81-82.

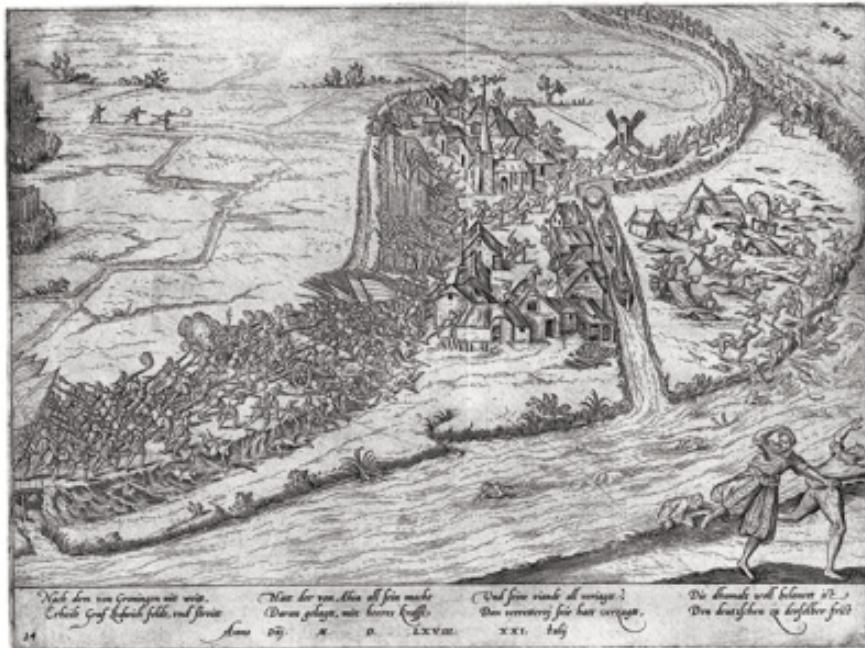
³⁶ ALBI DE LA CUESTA, 2018, p. 82.

³⁷ LACEY, 2017, pp. 180-181; DARÓZ, 2014, p. 63.

³⁸ ALBI DE LA CUESTA, 2018, pp. 185-186

³⁹ ALBI DE LA CUESTA, 2018. pp. 91-92, 186-188, 192-194, 205-208, 219-220

⁴⁰ LACEY, 2017, p. 181.



Batalha de Jemmingen 1568 (ALBI DE LA CUESTA, 2018, p. 191).

As vitórias do Rei Gustavo Adolfo, segundo o historiador Cuesta, foram só momentâneas. Seu triunfo durou apenas 3 anos e 11 dias (desde de Breitenfeld à Nordlingen). Mas foi na batalha de Nordlingen (1634) que os Tercios conseguiram infligir grandes baixas aos suecos e a reconquistar o que perderam nas duas batalhas vitoriosas de Gustavo, daí os suecos só eram forças adicionais ou seja perderam a sua principal força durante o resto da Guerra dos Trinta Anos. Já os Tercios dominaram os campos de batalhas por 1 século e quarto! Contando desde de a batalha de Ceriñola em 1503 na qual iniciam as suas conquistas, e ainda conseguiam infligir derrotas aos inimigos até a década de 1640.⁴¹

Se teve batalhas decisivas, provavelmente foram: a Batalha de Nordlingen que definiu, segundo Guthrie, a vitória dos Habsburgos contra as forças protestante e fim da guerra religiosa no centro europeu, na qual mais tarde a guerra migrou para a França, a grande força oponente que permitiu a continuidade da guerra.⁴² Guthrie também aponta a Segunda Batalha de Breitenfeld (1642, Gustavo Adolfo já estava morto há muito tempo) pois foi a batalha vitoriosa das forças aliadas, como franceses e forças protestantes, que conseguiram anular as vantagens dos imperiais Habsburgos na vitória de Nordlingen e desequilibrar o seu poder e a partir daí daria uma outra faceta do modo de combater.⁴³

Novamente o historiador Cuesta explica que com as inúmeras batalhas que exigiam a maior presença de soldados, os soldados alemães e italianos eram cada vez mais esgotados nas batalhas, os espanhóis tiveram que participar ainda mais e também substituí-los. Com maior exigência de forças espanholas, lançados em contínuas guerras quase sem fim e difícil financiá-las, parecia que a Espanha estava lutando contra o mundo inteiro. E Rocroi (1643) foi o seu canto de cisne. Porém os Tercios só iriam desaparecer de fato no começo do século XVIII.⁴⁴

⁴¹ ALBI DE LA CUESTA, 2018, pp. 213-219.

⁴² GUTHRIE, 2016, pp. 387-388.

⁴³ GUTHRIE, 2017, pp. 188-190.

⁴⁴ ALBI DE LA CUESTA, 2018, pp. 219, 335.

De acordo com a historiadora Beltrán, ela corrobora com esse argumento citado. Pois em 1635 a Guerra estaria na fase de grande expansão com a participação da França, daria a origem à Guerra Total nos países europeus e seria sentido até no Brasil com a expansão do domínio holandês no Nordeste Brasileiro.⁴⁵

Portanto, Cuesta aponta que nas primeiras décadas de XVII os Tercios passam por um esgotamento e a Espanha se deixa de ser um país de potência hegemônica. E não foi necessariamente os exércitos inimigos que os deixara obsoletos, lembrando que um exército imita o outro (e aperfeiçoa-o) para conseguir derrotá-lo. Como por exemplo a Guerra Relâmpago dos alemães na Segunda Guerra Mundial na qual foi imitada e melhorada pelos aliados, o mesmo que se deu com os *Tercios*.

Com o avanço da tecnologia das armas de fogo, os Tercios eram desnecessários. As vitórias das reformas de Maurício de Nassau e Gustavo Adolfo foram curtas, já os *Tercios* duraram por muito mais tempo e lutando contra diversos inimigos em um espaço geograficamente muito maior (contando os vastos continentes do globo terrestre). Aponta também da escassez de generais importantes para a Espanha e o aumento da deficiência da cavalaria (na qual foi primordial para a derrota de Rocroi)⁴⁶.

Para finalizar, com inimigos cada vez aumentando o seu número e até dentro da Espanha (como por exemplo a Revolta da Catalunha, e a Restauração Portuguesa), o recurso humano e o econômico sendo esgotado, a Espanha já não era mais a mesma.⁴⁷

Guerras marítimas e anfíbias

No mar, os navios espanhóis eram usados especificamente para tomar os navios inimigos (as abordagens) e não destruir com o uso de constantes tiros de canhões, o que deu a vantagem dos ingleses em 1588 além das constantes ameaças de tempestade. O grande exemplo de sua enorme capacidade de lutar e abordar navios foi o caso da batalha de Lepanto (1571).



Batalha de Lepanto

(<https://www.todahistoria.com/la-batalla-de-lepanto/>)

⁴⁵ BELTRÁN, 2018, pp. 34-39.

⁴⁶ ALBI DE LA CUESTA, 2018, pp. 357-359.

⁴⁷ ALBI DE LA CUESTA, 2018, pp. 349-350.

Os *Tercios* também mostraram grande capacidade nos desembarques e tomar posições e fortalezas chaves da guerra anfíbia, os exemplos são inúmeros: Corón e Modón (1532), Malta (1565), anexação de Portugal em (1580) e Açores (1582), e a própria Salvador em 1625.

Com essas capacidades de operações anfíbias e no mar, mostra claramente que os *Tercios* tinham capacidade e facilitação de se adaptarem e serem usados de diversas situações, seja em terra e mar.

No caso específico no que aconteceu na tentativa da invasão contra a Inglaterra (e Irlanda), é um caso mais complexo do que é mostrado no livro de Beevor. Houve mais que um ataque contra a Inglaterra, mas que não se solidificou ao ponto de levar a diante a invasão, portanto houve escaramuças. Os espanhóis atacaram a Irlanda católica em 1601 com a espera de aliança com os nativos na luta contra os anglicanos, mas a ajuda se dissolveu rápido ou foi muito pouco na hora da ação. O “grande fracasso” de 1588 não foi tão decisiva pois como foi mostrado, as campanhas bélicas na Europa continuaram e os espanhóis conseguiram se recompor as suas perdas. Um detalhe curioso foi que um ano depois, Drake o corsário da rainha da Inglaterra tentou atacar duas vezes a península ibérica, que foi chamada de Contra Armada, e nas duas vezes foi um grande fracasso muito semelhante com o que acontecera em 1588. Portanto a tentativa de invasão de 1588 é mais mito do que realidade.

A Inglaterra se mostrou pouco ativa nos ataques nas Américas, embora houve alguns ataques e escaramuças de corsários, o país anglicano não tomara ou conquistara para si nenhuma região estrategicamente e economicamente importante para si, com exceção da Jamaica, enquanto as vastas terras dos espanhóis eram terrenos fáceis de serem atacados. Os espanhóis mantinham na defensiva e os ingleses podiam terem tomado algumas dessas terras se tivessem planejados melhor nas conquistas nesse front.⁴⁸

Poucos sabem da Contra Armada, a derrota dos ingleses na tentativa de invasão contra Espanha e Portugal em 1589. O motivo foi que a propaganda bélica inglesa teve uma grande vitória, o que impulsionou a Leyenda Negra que foi marcante nesse evento e foi apagado na história. Na qual Barea chama desse movimento de a Lei do Silêncio. E houve outros casos como esse, como o ataque de Veracruz no México em 1568, em Catagena nas índias (1740), Rio de la Plata (1763) e outros esquecidos na história.⁴⁹

Os Tercios nas Ações Indiretas (de Liddell Hart)

A Campanha do Palatinado (1620-1623) foi um exemplo clássico no que Liddell Hart chamaria de Ações Indiretas. O exército era de Flandres que foi comandado pelo brilhante e estrategista Ambrósio de Spínola. Seu objetivo era tomar as vastas terras da região do Palatinado (sudoeste da Alemanha) sob o controle dos protestantes durante os primeiros anos da Guerra dos Trinta Anos. Spínola tinha a intenção de conhecer os locais que suas tropas iriam percorrer, tomar sucessivas plazas do Palatinado

⁴⁸ ALBI DE LA CUESTA, 2018, pp. 285-334; CAÑETE, 2016, p. 115; VIDIGAL & ALMEIDA, 2009, pp. 135-137; ROCA BAREA, 2022, pp. 257-258.

⁴⁹ ROCA BAREA, 2022, pp. 255-269.

e mantê-las, para isso ele pretendia fazer uma campanha rápida, sem precisar assediar as fortalezas por longo tempo, fazer o inimigo entrar em um dilema ao dividir suas forças entre o Palatinado e a Boêmia ou perder essas terras estratégicas.

Logo no início já começava os primeiros problemas, Spínola teve falta de soldados e chegavam famintos e maltrapilhos. Ao todo menos de 15 mil soldados participaram na campanha e com a clara inferioridade numérica em comparação aos seus inimigos e a campanha começa mais tarde do que previsto.

Spinola e seu exército conseguiram tomar muitas cidades e fortificações, fez manobras para ludibriar seus antagonistas, e posições chaves foram conquistadas. Ao longo da campanha a força de Spínola sofrera poucas baixas, não houve nenhuma ação de cercos longos e desgastantes, nem sequer houve uma batalha campal com exceção da emboscada de Alsheim (1620), e a campanha (agora comandada por outros comandantes) foi finalizada no ano de 1623 com a tomada de Frankenthal.⁵⁰

A Guerra de Westfalia de 1632, cujo o exército Católico-Imperial sob o comando de Gottfried Heinrich Pappenheim foi outro exemplo dos Tercios em incrível mobilidade e capacidade de fazer Ações Indiretas. Com a força em torno de 5 a 10 mil soldados, claramente em inferioridade numérica em comparação aos seus antagonistas (50 mil), Pappenheim mostrou nessa nova campanha um comandante agressivo e ousado.

Com incríveis manobras, conquistado e reconquistado terras e plazas, a força protestante não conseguia freia-lo e não sabiam qual eram seus próximos objetivos. Segundo Guthrie, as manobras de Pappenheim foi comparado com as de Stonewall Jackson no vale de Shenandoah na Guerra Civil Norte-Americana (1861-1865). Pappenheim tinha grande capacidade de mudar a situação ao longo de suas conquistas, mesmo quando foi mandado para lutar em outro front (em Flandres) e seus inimigos conseguiram ganhar vantagens, mas ao voltar para Westfalia, Pappenheim virara o jogo novamente.⁵¹

Como conclusão da capacidade e vitória de Pappenheim, Guthrie escreve o seguinte trecho:

Wallestei se habia quejado de que nunca sabía donde estaba Pappenheim o lo que estaba haciendo. La intención de Pappenheim era que la gente pensara que estaba em todos los sitios donde no estaba, haciendo cosas que em realidade no hacía com tropas que no tenía. La esencia de Pappenheim era la movilidad, la diversión, la sorpresa y la explotación (GUTHRIE, 2016, p. 339).

Portanto, os Tercios tinham sim grandes habilidades de manobrar e fazer Ações Indiretas para iludir e enfraquecer os seus adversários, e no caso de muitos de seus comandantes não só tinham competência em liderar como também tinham grande capacidade de lidar com diversas situações e revolucionar os modos de combates.

⁵⁰ BELTRÁN, 2018, pp. 344-351.

⁵¹ GUTHRIE, 2016, pp. 330-339.

Os Tercios no Brasil

Pereira menciona que durante as invasões holandesas no nordeste brasileiro, a maneira de combater dos Tercios não foi utilizada pelos luso-brasileiros. Destaca a guerrilha e os modos de cercos indígena além das armas de influência portuguesa como: a espada (na qual os resistentes eram mestres nesse modo de combate), espingardas, mosquetes e arcabuzes.⁵²

Porém, há sim presença de modos de combates dos Tercios no Brasil, seja diretamente ou indiretamente (estão nos detalhes sutis), mas que se encontram detalhes semelhantes aos métodos de combates que já vimos anteriormente. Eis os principais detalhes.

Na luta pelo Salvador em 1624-1625, há a presença direta dos Tercios, eram reforços para estrangular os holandeses cercados em suas fortalezas na qual a guerrilha não bastava. Os desembarques foram de grande sucesso e os holandeses se rendem devido ao longo esgotamento.⁵³

E há uma presença indireta e sutil do modo de lutar dos Tercios, na qual Evaldo Cabral de Mello tanto enfatiza. Segundo Mello, tratava-se nos meados das décadas de 1630-1640 uma cooperação entre as forças regulares (os Tercios) com as forças irregulares (a Guerra Brasílica). Enquanto as forças regulares mantinham suas resistências nos fortes que interligando uma com a outra faziam um formato de meia lua para conter os avanços dos neerlandeses (A Guerra de Resistência), enquanto isso as forças guerrilheiras faziam suas entradas, saqueavam, destruíam e faziam emboscadas contra as tropas inimigas em marcha. Até na época da Restauração Pernambucana (1645-1654), a forma de lutar quase manteve a mesma, mas as forças regulares (de espanhóis e italianos) foram sendo dissolvidas até só terem combatentes de gentes da terra o que deu o uso total das guerrilhas e pôr fim a vitória dos luso-brasileiros. Em relação aos cercos, segundo Mello eram muito similares com a Guerra de Flandres, e causava terríveis baixas e moral para as tropas batavas, entre eles o próprio Richshoffer sentiu na pele a capacidade do cerco e da escassez de alimento.⁵⁴

Como já foi dito, havia presença de napolitanos e espanhóis em seus *Tercios* durante a guerra em Pernambuco, e embora dispendo da presença de soldados que não eram experientes (recrutados), dispostos a desertar e não acostumados com a temperatura do Nordeste, havia também a presença de veteranos experientes. Devemos lembrar também que as forças napolitanas e espanholas eram a nata dos *Tercios* na Europa, na qual no Brasil também foram úteis nos combates (e eram hábeis no arcabuz e na espada, o que poderia ter influenciado os luso-brasileiros), e também eram úteis nos cercos.⁵⁵

Nos cercos deve-se ser lembrado especialmente o de Salvador em 1638, onde o próprio João Maurício de Nassau-Siegen presenciou o combate, sendo o melhor exemplo da presença indireta dos Tercios em nossas terras.

⁵² PEREIRA, 2004, pp. 102-103.

⁵³ DARÓZ, 2014, pp. 150-161.

⁵⁴ MELLO, 2010, pp. 72-73, 82, 102-105, 390-392; MELLO, 2007, pp. 189, 257, 264, 275, 287, 296; RICHSHOFFER, 1977, p. 82

⁵⁵ MELLO, 2007, pp. 185, 188, 204, 206, 298; ALBI DE LA CUESTA, 2018, pp. 61, 77-78, 80, 204.

Comandados pelo italiano conde Bagnuolo, e com a presença de forças nativas e dos *Tercios* portugueses, espanhóis e napolitanos, tentam frear o avanço implacável do numeroso exército holandês. Às portas de Salvador, os resistentes preparam trincheiras e fortes, há ataques e a resistência recua, mas preparando novas defesas. Em meio a esse período, fazem as trincheiras de Santo Antônio onde se mostrou uma resistência implacável. Há bombardeio e há trincheiras inimigas serpenteando nas proximidades para causar grande baixas, começa ataques e contra-ataques nos pontos defensivos. Houve ataques de guerrilhas e contra as baterias inimigas. Enfim se dá o grande ataque dos neerlandeses, cujo o número era em torno de três mil soldados, cujo objetivo era fazer uma grande brecha às defesas dos resistentes. Enquanto os combates se estalam, forças guerrilheiras fazem manobras e atacam o inimigo pela retaguarda, os holandeses são atacados de duas direções, o ataque esmorece e os inimigos recuam esgotados. Por fim, após inúmeras tentativas de ataques e fracassos, os holandeses recuam e deixam Salvador. Ao todo o cerco contra a cidade, por terra e mar, foi de quarenta dias.⁵⁶

Ao longo da narrativa do Duarte de Albuquerque Coelho em sua crônica, se encontra muitas similaridades aos cercos na Europa e no que já foi dito aqui. Mas deve se destacar as muitas similaridades com o cerco de Malta (1565) feita pelo Império Turco Otomano. Embora Malta foi de uma escala muito maior, há muitas semelhanças dela com o segundo ataque holandês contra Salvador em 1638. Entre elas são: ataques em fortalezas, intensidades de bombardeios nas trincheiras e nas fortalezas, trincheiras ziguezagueando ou serpenteando até estalarem disputas por elas, cercos por terra e mar, ataques de guerrilheiros (no caso de Malta foram os malteses contra os turcos), baluartes sendo improvisados e etc.⁵⁷

Portanto há presenças dos *Tercios* de uma maneira direta e também na forma bem sutil e que se deve ser mais levada em conta.

CONCLUSÃO

Os *Tercios* mostraram mais ativos e capazes em mudar e serem reformados ao longo do tempo, muito bem confirmado pelos historiadores espanhóis do que as afirmações de grande maioria dos autores anglo-saxões (com exceção de Guthrie). Os soldados dos *Tercios* tinham grande capacidade de lutar e de se adaptarem nas diversas frentes de batalhas e de diversos fronts de guerra. Eram manobráveis, ágeis e resistentes ao mesmo tempo e perduraram mais tempo do que seus inúmeros inimigos podiam prever. Tiveram até participações no Brasil na forma direta ou indiretamente e tiveram generais brilhantes ao longo de sua existência até à sua decadência. Portanto, eram um dos exércitos mais poderosos da história. É essencial buscarmos mais fontes espanholas sobre os , onde foi o lugar de sua origem, para se ter novos olhares e dar mais chance aos estudos dessas guerras que são pouco estudadas muitas vezes no Brasil, as quais estão marcadas por mitos feitos pelos panfletistas bélicos da época, e que resultou na *Leyenda Negra*.

⁵⁶ COELHO, 1981, pp. 331-355; DARÓZ, 2014, pp. 296-298.

⁵⁷ COELHO, 1981, pp. 331-355; CROWLEY, 2014, pp. 161-254.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBI DE LA CUESTA, Julio. **De Pavía a Rocroi**. 5.ed. Madrid: Desperta Ferro, 2018.
- ROCA BAERA, Maria Elvira. **Imperiofobia e lenda negra: Roma, Rússia, Estados Unidos e o Império Espanhol**. Tradução de Ricardo Harada. Campinas: Vide Editorial, 2022.
- BELTRÁN, Cristina Borreguero. **La Guerra de los Trienta Años 1618- 1648: Europa ante el abismo**. Madrid: La Esfera de Los Libros, 2018.
- CAÑETE, Hugo A. **Los Tercios de Flandes em Alemania: La guerra del Palatinado 1620-1623**. Málaga: Salamina, 2014.
- CAÑETE, Hugo A. **La Guerra de Frísia: Las campañas del coronel Verdugo em el norte de Flandes (1579-1594)**. 2.ed. Málaga: Platea, 2016.
- COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias Diárias da Guerra do Brasil**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.
- CROWLEY, Roger. **Impérios do Mar: A Batalha Final entre cristãos e muçulmanos pelo controle do Mediterrâneo**. Tradução de Fátima Marques. São Paulo: Três Estrelas, 2014
- DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. **A Guerra do Açúcar. As Invasões Holandesas no Brasil**. Recife: UFPE. 2014.
- GUTHRIE, William P. **Batallas de la Guerra de los Trienta Años: De la Montaña Blanca a Nordlingen 1618–1635**. Traducción Hugo A Cañete Carrasco. Málaga: Salamina, 2016.
- GUTHRIE, William P. **Batallas de la Guerra de los Trienta Años: De Wittstock a la Paz de Westfalia 1635-1648**. Traducción Hugo A Cañete Carrasco. Málaga: Salamina, 2017.
- HART, B.H. Liddell. **As Grandes Guerras da História**. 2.ed. Tradução de Aydano Arruda, São Paulo: IBRASA,1967.
- LACEY, James. **As batalhas mais decisivas da história**. Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum, Ana Lúcia da Rocha Franco. São Paulo: Cultrix, 2017.
- MAGNOLI, Demétrio (Org). **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MELLO, Evaldo Cabral. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654**. São Paulo: 34, 2007.
- MELLO, Evaldo Cabral (Org). **O Brasil Holandês**. São Paulo: Penguin Classics, 2010.
- PEREIRA, José G Barbosa. **A Restauração de Portugal**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 2004.
- RICHSHOFFER, Ambrósio. **Diário de um soldado**. Recife: Typografia a vapor de Lammert & Comp. 1977.

VIDIGAL, Armando; ALMEIDA, Francisco Eduardo A. **Guerra no Mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a história.** Rio de Janeiro: Record, 2009.

ARTIGOS EM PDF

CARBIA, Rómulo D. **História de la Leyenda Negra Hispano-Americana.** Madrid: Ediciones de Historia, 2004. Cap. 3-4.

<https://lapaginadeisrael.files.wordpress.com/2018/02/leyenda-negra-r-carbia.pdf>. Acesso em 10 nov. 2022

BALTÉS, Carlos. **Efectos de la Leyenda Negra em la Intrahistoria de los españoles.** 2011

<https://institutodemocracia.ceu.es/wp-content/uploads/2021/03/Efectos-de-la-Leyenda-Negra-en-la-intrahistoria-particular-de-los-esp%C3%B1oles.180111.pdf>. Acesso em 11 nov, 2022.

Razón y pasión el la España de los albores del Siglo XXI. 2018

<https://www.exteriores.gob.es/Embajadas/varsovia/es/Comunicacion/Noticias/Documents/Raz%C3%B3n%20y%20pasi%C3%B3n%20en%20la%20Espa%C3%B1a%20de%20los%20albores%20del%20Siglo%20XXI.pdf>. Acesso em 11 nov. 2022.

SITES

<https://guerrayhistoria.wordpress.com/2014/12/22/la-batalla-de-rocroi-1643/>. Acesso em 22 dez. 2022.

<https://www.todahistoria.com/la-batalla-de-lepanto/>

A contribuição da Batalha do Jenipapo para a manutenção territorial brasileira

Carlos Henrique Arantes de Moraes¹

RESUMO: O presente trabalho pontua sobre a Batalha de Jenipapo, ocorrida em 1823 no interior do Piauí. O confronto caracterizou-se como um conflito armado, no qual contribuiu para a manutenção de uma unidade territorial pós independência do Brasil. Nesse bojo, utilizando-se de um método histórico, o objetivo é apresentar uma destacável participação dos populares locais, especialmente os mestiços, os índios e os negros, todos oriundos da população trabalhadora das Fazendas de gado do Piauí. Além disso, pode-se perceber o surgimento de um sentimento espontâneo de lutar pela independência. O estudo assume relevância por haver uma lacuna no universo da historiografia piauiense e, conseqüentemente, na História Militar do Brasil.

Palavras-chave: Batalha do Jenipapo, Independência do Brasil, Guerras da independência, História Militar.

ABSTRACT: The present work points out the Battle of Jenipapo, which took place in 1823 in the countryside of Piauí. The confrontation was characterized as an armed conflict, in which it contributed to the maintenance of a post-independence territorial unit of Brazil. In this context, using a historical method, the objective is to present a remarkable participation of the local people, especially the mestizos, the Indians and the blacks, all from the working population of the cattle ranches of Piauí. In addition, one can see the emergence of a spontaneous feeling of fighting for independence. The study is relevant because there is a gap in the universe of Piauí historiography and, consequently, in the Military History of Brazil.

Keywords: Battle of Jenipapo, Independence of Brazil, Independence Wars, Military History.

INTRODUÇÃO

A independência do Brasil, ocorrida em 1822, não foi um evento pacífico como assinalado numa retórica geral dos bancos escolares (SILVA, 2017; PIMENTA, 2022). Na verdade, essa pacificidade que é pregada pode ser compreendida pelo fato de não ter ocorrido uma revolta popular unificada ou, ainda, uma Batalha campal de Independência, como a ocorrida nos Estados Unidos da América.

¹ Graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (2003). Pós-graduação em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (2012) e Ciências Políticas pela UNILEYA (2018). Mestre em Ciências Militares pelo Instituto Meira Matos/ECEME. chdemoraes@gmail.com.

No entanto, muitas foram as revoltas, os conflitos ou disputas pelo poder após a independência que, ainda que esparsos, exigiram um grande esforço do poder central para manter o território do mesmo tamanho da então colônia portuguesa. Em distintos locais do território nacional surgiram manifestações contrárias à Independência, particularmente nas regiões mais à Norte, por uma manutenção com os vínculos lusitanos.

Não faltam objeções à tese segundo a qual a consolidação da Independência foi fácil. Seus críticos salientam que a Independência sob a forma de união em torno do Rio de Janeiro resultou de uma luta e não de um consenso geral. Nessa luta foram vencidos nas províncias os movimentos autonomistas e os que sustentavam a permanência da união com Portugal, como aconteceu no Pará. As objeções têm o mérito de chamar a atenção para o fato de que a Independência não correspondeu a uma passagem pacífica. Mas elas não invalidam a constatação de que, admitido o uso da força e as mortes daí resultantes, a consolidação da Independência se fez em poucos anos, sem grandes desgastes. Mais do que isso, a emancipação do Brasil não resultou em maiores alterações da ordem social e econômica, ou da forma de governo. Exemplo único na história da América Latina, o Brasil ficou sendo uma monarquia entre repúblicas (FAUSTO, 2013, p. 126).

Além disso, o Império brasileiro ainda incipiente possuía um braço militar com limitada capacidade de conter todas essas revoltas. Dessa forma, surge a participação local como uma alternativa, mesmo que não planejada, a ser usada na manutenção do nosso atual patrimônio territorial. Como exemplo, em 13 de março de 1823 ocorreu a Batalha do Jenipapo, na vila de Campo Maior-PI, às margens do Rio Jenipapo. Evento capaz de apresentar elementos fornecedores de uma compreensão da historiografia brasileira.

O objetivo do presente trabalho é identificar a Batalha do Jenipapo como colaborador da manutenção de um território extenso, sem desmembramentos e centralização política. A forma como repeliu os portugueses do Piauí influenciou no processo da independência nacional. Para isso, na próxima seção, serão discutidas, de forma breve, as Guerras de Independência. Em seguida, será entendido o contexto histórico anterior ao da Batalha do Jenipapo, para na sequência desenvolver a histórica Batalha e, por fim, a inferência do trabalho.

GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA

Alguns eventos foram fundamentais para o fortalecimento a ideia de um País independente de Portugal, tema esse de inúmeras possibilidades de interpretações e ensinamentos (PIMENTA, 2022). Por exemplo, a chegada da corte portuguesa no continente americano resultou na criação dos Ministérios da Guerra e da Marinha, de Universidade, de estabelecimentos financeiros, além de outras instituições que claramente fortaleciam a colônia perante a metrópole. Cabe a indagação se houve displicência por parte da Coroa portuguesa, ou simplesmente se era inevitável esse caminho.

No entanto, a intenção do presente estudo volta-se ao pós-evento de 07 de setembro de 1822. Os conflitos armados consequentes da independência ocorreram num momento de fragilidade de um braço armado estatal, exigindo a participação popular, seja a favor, seja contrário à separação.

O historiador Sérgio Buarque de Holanda (1962) afirma que a independência e a unidade territorial não nasceram juntas. Isso se traduz que mesmo independente, o Império brasileiro ainda teve alguns percalços para consolidar a unidade política territorial em toda a colônia portuguesa na América.

A afirmação de Holanda (1962) se revela ao identificarmos as guerras de independência. Essas ocorridas não como uma independência única, “mas várias, a depender do lugar, província e grupo que pôde vislumbrar, durante o processo, boas oportunidades para a realização de seus interesses específico” (PIMENTA, 2022, p. 102).

Segundo Anjos (2007), as guerras de independência podem ser consideradas o primeiro grande teste internacional do Brasil. É fato que “as dificuldades e os desafios impostos pela situação aos ‘patriotas’ diante do cenário de afirmação ao território exigiria o esforço de um povo que se traduziria em vontade nacional” (SILVA, 2017).

Essas batalhas, ocorridas, no Pará, na Bahia, na Cisplatina e no Piauí, este último foco deste estudo, fortaleceram as características da miscigenação brasileira, uma vez que contaram com a participação das raças formadoras da população brasileira – o negro, o índio e o europeu.

O CONTEXTO HISTÓRICO ANTERIOR A BATALHA DO JENIPAPO

Para arrazoar o contexto histórico, deve-se compreender que antes da Proclamação da Independência do Brasil, a colônia portuguesa no Novo Mundo estava administrativamente dividida em duas – o Estado do Brasil e o Estado do Grão Pará e Maranhão, conforme a figura 01.



Figura 01 – Subdivisões dos territórios portugueses na América
Fonte: ENCICLOPÉDIA BARSA, 1995, p. 359

Desde 1751, durante o período pombalino², o Estado do Grão Pará e Maranhão, cuja extensão territorial abrangia os atuais estados do Maranhão, Piauí, Pará, Amapá e Roraima, possuía uma ligação direta com Lisboa, representando na prática duas colônias distintas na América. O Marquês de Pombal percebeu a grande capacidade geopolítica no Norte do Brasil, provavelmente devido a importância da Foz do Rio Amazonas, daí a centralização da política local, tanto que nomeou seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado como Governador do Estado.

² Durante o reinado de D. José I (1750-1777), seu Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal – teve participação bastante atuante nas reformas políticas portuguesas, principalmente aquelas voltadas para a colônia brasileira. As reformas pombalinas aumentaram a dominação da metrópole sobre a colônia.

A influência lusitana no Estado do Grão-Pará e Maranhão era muito forte. Os portugueses possuíam o controle econômico da região, pois eram proprietários das terras, donos do comércio de produtos regionais e da exploração e coleta pela prática do extrativismo.

A chegada da família imperial no Brasil, somada à abertura dos portos, permitiu gerar um ambiente favorável a manifestações sobre a separação política entre metrópole e colônia. A partir dessa evolução, os deputados da corte se dividiam entre as ideias de o Brasil voltar à sua antiga condição de colônia, assim como a possibilidade de se manter como um governo autônomo aliado ao governo português, tendo em vista a disputa que se dava em família (MALERBA, 2000, p. 225).

Outrossim, ocorria em Portugal a Revolução do Porto, motivada por um contexto específico de valorização da nação portuguesa que havia mergulhado em uma crise econômica sem precedentes, especialmente depois do dismantelamento da exclusividade comercial com a abertura dos portos em 1808, ferindo o nacionalismo português e pressionando o retorno da Coroa para Lisboa.

A chegada da coroa lusitana no continente americano permitiu avanços no Brasil. A criação de imprensa, biblioteca nacional, universidades, entre outras instituições, ainda que possuíssem estruturas precárias, modificaram a colônia. Isso pode ser percebido do retorno de D. João VI à Lisboa e suas palavras de despedida ao filho que permanecia como Regente em terras brasileiras.

“Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros” (FROTA, 2000, p. 244).

Com essa citação, D. João VI já pressentia a Independência e visualizava como se articular para o que aproximava. No entanto, em 1821, nomeou o Major João José da Cunha Fidié – seu afilhado – para a função de Governador das Armas no Piauí. Esse personagem assumiria um papel protagonista durante a Batalha de Jenipapo.

Em 1811, por meio de decreto régio em 10 de outubro de 1811, as capitânicas do Maranhão e do Piauí separaram-se (NEVES, 2006, p. 46). Contudo, a influência lusitana local permanecia bastante atuante. Ainda assim, a região do Piauí permaneceu entregue à “ocupação e exploração dos desbravadores maranhenses e baianos, na região compreendida entre o Canindé e o Parnaíba” (BRANDÃO, 2006, p.36-8).

A nomeação do Major Fidié pode ser entendida como um passo para a manutenção do Norte brasileiro como colônia portuguesa. Assim, seriam mantidas as capitânicas do Pará, Maranhão e Piauí, aliada ao governo de Lisboa, visto que a consolidação da independência parecia inevitável no restante do Brasil.

Para Portugal, manter o Piauí sob dominação política era fundamental. Primeiro porque a criação de gado na província havia prosperado, tornando-se um dos maiores fornecedores de carne para o restante do Brasil, o que se tornaria um trunfo. Segundo que a posição geográfica piauiense era estratégica para a resistência de frear os movimentos independentistas vindo do Sul, assegurando que as províncias mais fiéis à Lisboa – o Pará e o Maranhão – não fossem influenciados por esses ideais. Além disso, os sistemas de comunicação já funcionavam com bastante êxito, especialmente na cidade

de Oeiras – então capital piauiense – onde se configurava um lugar nevrálgico na manutenção das comunicações entre o governo central e as províncias do Norte. Justamente por essa razão, não seria difícil se imaginar que o Piauí também funcionaria como fronteira no período separatista, de onde se impediria a entrada tanto das tropas independentistas quanto de gêneros alimentícios, como o gado, uma vez que os rebanhos do Piauí abasteciam o mercado das capitanias vizinhas como Ceará, Bahia, Pernambuco, Maranhão (CHAVES, 2005, p. 27).

Esse era o ambiente vivido no Brasil Colônia nos momentos anteriores à Independência. A notícia sobre o ocorrido em 7 de setembro de 1822 já havia chegado a Oeiras no dia 30 daquele mesmo mês, por meio de folhetins e panfletos e foi se espalhando por outras vilas, iniciando uma divisão entre os adeptos da Independência e os que nutriam apreço por Portugal.

Portanto, no período da Proclamação da Independência, o Piauí ainda era governado por elites simpatizantes ao governo luso, porém encontrava-se no limiar com territórios com ideais separatistas, como o Ceará, por exemplo. Essas variáveis foram suficientes para o surgimento de um choque de interesses em terras piauienses. Uma vez que os focos de resistência contrários ao decreto de D. Pedro I seriam incidentes nas cidades em que a liderança local se aproximava das relações com a metrópole portuguesa e se beneficiava com essa proximidade, particularmente no caso piauiense, sua posição geográfica seria o ponto fulcral para que ocorresse um embate mais acalorado na província.

O ESTOPIM PARA A BATALHA DO JENIPAPO

As manifestações públicas de adesão ao Imperador D. Pedro I tiveram início no norte da Capitania do Piauí pela Vila de São João da Parnaíba em 19 de outubro de 1822 (MARQUES, 1999, p. 27; CHAVES, 2005, p. 35). O movimento foi liderado por Simplício Dias, um magnata com fama de ser o homem mais rico do Piauí e Leonardo Castelo Branco, um militar regional.

No momento que essas manifestações foram noticiadas em Oeiras – ainda capital da província, o Major Fidié escreveu uma carta aos revoltosos, numa tentativa de persuadir seus líderes a não praticarem esse “crime”, permanecendo fiéis aos “sagrados vínculos que vos ligam a vossos irmãos portugueses” (NEVES, 2006).

Ato contínuo à remessa da carta, Fidié iniciou uma marcha com 1.100 homens armados com o objetivo de chegar na vila litorânea de São João da Parnaíba. As características fisiográficas da região castigaram o grupamento militar e os 660 Km que separam Oeiras de Parnaíba foram atravessados em meses.

Devido a essa severidade do clima regional, a tropa de Fidié realizava seus altos de descanso em pequenas fazendas isoladas, no meio das carnaubeiras esparsas. Ali, os homens de Fidié consumiam o pouco que os moradores possuíam. Por vezes, os pequenos agricultores fugiam e abandonavam seus lares devido o receio da tropa.

Nessas condições a tropa portuguesa chega em Campo Maior, no centro do caminho para Parnaíba. A parte portuguesa da população campo-maiorense recepcionou Fidié e seus homens de

forma calorosa, permitindo um descanso mais confortável. Fidié, bastante seguro e confiável do seu cumprimento da missão em Parnaíba, discursou na Praça da Matriz para os habitantes locais. No entanto, a referida recepção havia sido preparada pela elite portuguesa que residia em Campo Maior, a população menos abastada, que era a maioria, consideravam-se brasileiros e se incomodavam com as submissões impostas por aquelas elites lusitanas. Vale ressaltar que as ações imorais da tropa de Fidié sobre a população contribuíram para aumentar o distanciamento para a elite portuguesa e potencializavam um sentimento de diferenciação, fortalecendo a separação e o patriotismo.

Ao chegar em Parnaíba, Fidié e seus homens encontraram uma cidade vazia. A carta remetida antes de sua partida surtira efeitos morais nas lideranças separatistas e todos afugentaram-se. Esse abandono contribuiu para que Fidié tivesse a certeza de que sua missão havia sido muito bem cumprida, reforçando seu sentimento anterior.

Com efeito, a tropa lusitana realizou prisões de parentes dos manifestantes que se encontravam na cidade, ainda usurparam as rendas públicas, o cofre e as esmolas da Igreja Nossa Senhora do Rosário e os animais de fazendeiros locais (NETO, 1995), mais uma vez criando um ambiente desfavorável perante a população local.

O feito serviu de inspiração para Fidié que já planejava tomar o Ceará, província que se demonstrava a favor da separação da Coroa portuguesa. Todavia, revolucionários em Oeiras perceberam o quão vulnerável estava a capital piauiense e tramaram a destituição da junta do governo e adesão a Independência brasileira.

Em 13 de Dezembro de 1822, os manifestantes de Oeiras tomaram a Casa de Pólvoras na capital. Os revolucionários estavam, a partir desse momento, de posse de armas e munições da própria força armada portuguesa. O Brigadeiro Manuel de Souza Martins foi o líder dessa ação. Dessa forma, conduziu a adesão de Oeiras ao movimento independentista e tornou-se o presidente da junta, eleito pelo Senado da câmara da capital.

Não satisfeito, Manuel Martins remeteu ofícios a todas as cidades piauienses incentivando-os a tomarem a causa brasileira. Um desses ofícios era endereçado a Fidié, ainda em Parnaíba, para que passasse o governo da província ao Cap Manoel Pimenta de Sampaio.

Manuel Martins esperava que Fidié marchasse para o Maranhão com a finalidade de obter apoio e retornar ao governo do Piauí, tanto que enviou cem homens para patrulhar o Rio Parnaíba, na região de São Gonçalo – atual Amarante – local onde esperava passar a tropa de Fidié.

Nesse interim, Leonardo Castelo Branco – o que se afugentou antes da chegada de Fidié em Parnaíba – assumiu a cidade de Piracuruca e com um punhado de homens seguiu para Campo Maior. Lá conseguiu fazer com que os soldados de Fidié que guarneciam a cidade mudassem de causa e aderissem ao movimento independentista. Ainda empolgado, Castelo Branco tenta convencer, por meio de carta, a adesão da cidade de Caxias, no Maranhão, contra Fidié.

O Cap. José Antonio Correia convida o jovem Castelo Branco para uma visita em Caxias, transmitindo uma percepção de aderência ao movimento de separação. Castelo Branco ao atravessar

o Rio Parnaíba, indo ao encontro de José Correia é traído. Na margem maranhense, é rendido pelo próprio capitão e conduzido para São Luís, onde foi julgado e punido.

Somente em 1823, Fidié resolve agir, suas opções eram partir para São Luís, seja por meio marítimo, seja por meio terrestre. Este último, era o que o Brigadeiro Manuel de Souza Martins esperava. Ainda assim, existia a opção de enfrentar a revolta surgida na capital e foi essa a decisão de Fidié.

A crença das tropas portuguesas é que sua chegada em Oeiras seria igual a Parnaíba, os líderes se afugentariam e Fidié lograria êxito. A calorosa recepção das tropas em Campo Maior reforçava essa confiança.

Fidié não imaginava o quanto Campo Maior havia mudado, a chegada de Castelo Branco somada a traição sofrida por ele estimulou aqueles brasileiros abastados a se expressarem, agitando os ânimos a favor da causa brasileira. Os homens armados de Fidié não teriam a mesma recepção, dessa vez, em Campo Maior.

A favor de Fidié, os dois meses que estacionou em Parnaíba, foram suficientes para adestrar melhor sua tropa e até mesmo incrementar seus equipamentos com materiais recebidos do Maranhão. Por outro lado, chegara em Campo maior um efetivo de aproximadamente 500 homens vindos do Ceará para lutarem a favor da Independência, sob o comando do Cap Luiz Rodrigues Chaves que assumira o comando da cidade desde a partida de Castelo Branco para a traição em Caxias.

A BATALHA DO JENIPAPO

A marcha de Fidié para Oeiras teve um primeiro contato, no dia 10 de março de 1823, com 60 combatentes cearenses e independentistas na vila de Piracuruca. Frente aos 1.100 homens milicianos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia com 11 canhões, os poucos patriotas não puderam fazer muito.

Os informes que chegavam à Fidié era que uma força voluntária reduzida, mobilizada às pressas por gente do povo sem nenhuma experiência militar, armados com seus instrumentos de trabalho no campo, facas, facões, foices e com as armas de caça de carregar encontravam-se em Campo Maior.

De fato, a realidade não se afastava muito desses informes. O Cap Luiz Rodrigues Chaves reunia aproximadamente 2.000 homens para a campanha, porém apenas os 500 militares vindos do Ceará possuíam instrução mínima de combate. Os demais milicianos eram exatamente o descrito nos informes.

Agricultores, vaqueiros e homens do campo sem disciplina e instrução militar, mas dispostos a morrer pela causa patriótica, marcharam para as margens do Rio Jenipapo, vazio em razão da seca, onde bem disfarçados guardavam as duas saídas abertas no meio de carnaubais que ali desembocavam na margem oposta. Sob orientação do Cap Chaves, a intenção era surpreender Fidié, evitando um desvantajoso combate de encontro

Fidié era um homem experimentado em combate, e abordou Campo Maior de maneira tática. Os patriotas que se postavam no Rio Jenipapo denunciaram suas posições com o que Fidié montou de “isca”

A figura 02 demonstra como um destacamento travou contato com as tropas patriotas e retraíram, atraindo os inexperientes combatentes independentistas, certos de que estavam superando o oponente. Enquanto isso, a maior parte das tropas lusas desbordavam e assumiam os mesmos locais antes ocupados pelos patriotas.

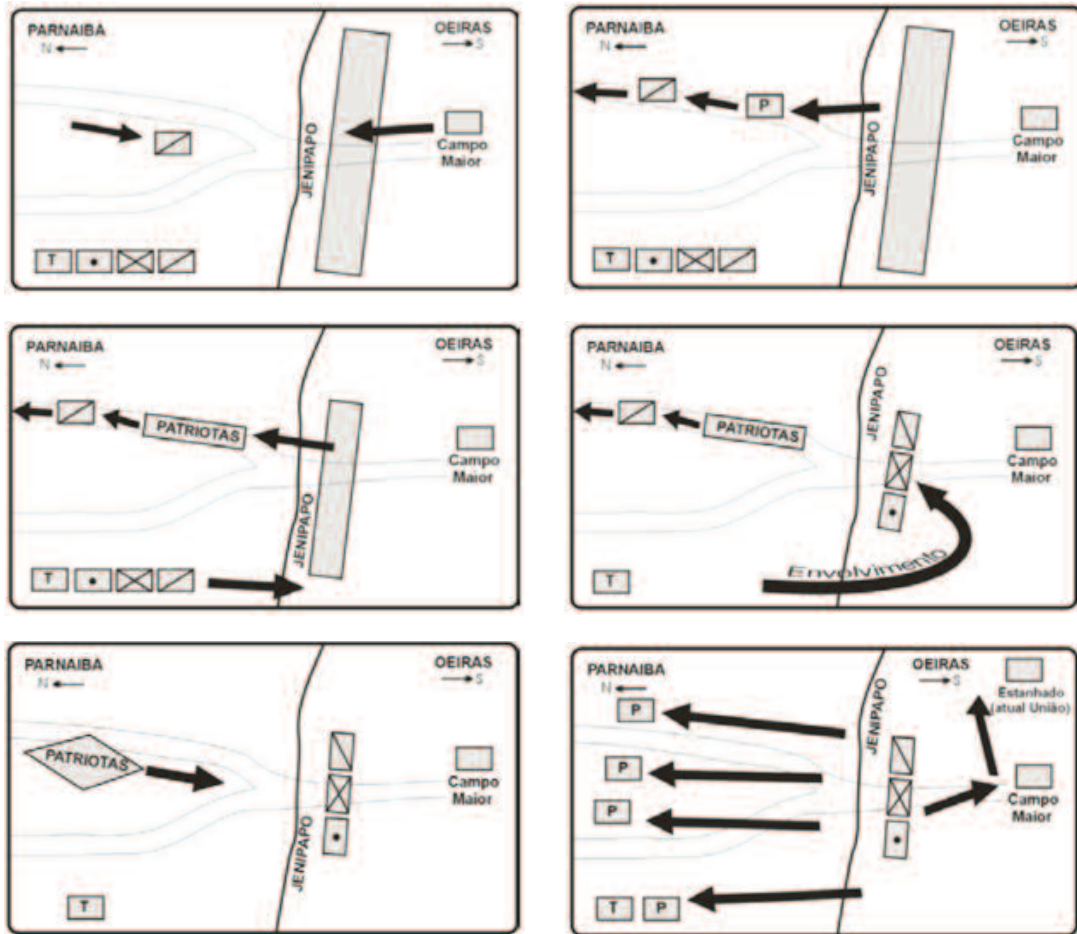







Figura 02 – Desdobramento tático no Rio Jenipapo

Legenda:

-  Tropas Patriotas
-  Tropa de Infantaria de Fidié
-  Tropa de Cavalaria de Fidié
-  Tropa de Artilharia de Fidié
-  Trens de Combate de Fidié

Fonte: BENTO, 2008.

Os improvisados soldados patriotas ao retornarem para a sua posição inicial, surpresos, constatarem que sua posição inicial estava ocupada por Fidié. Se reagrupam e partem para o ataque feroz que se estende por longas horas, com desgastes para os dois lados. Nesse momento, os patriotas tombam em combate desigual contra uma posição fortificada e guarnecida por 11 canhões.

Ambos os contendores se retiraram do local do combate. Fidié avançou para próximo de Campo Maior onde desistiu de prosseguir na reconquista de Oeiras, preferiu marchar para a localidade de Estanhado - atual União - onde tentou receber reforços da Junta de Maranhão, favorável a Portugal. Os patriotas na retirada encontraram algumas das Bagagens dos Trens de Combate da tropa de Fidié, impedindo o seu fluxo logístico de itens essenciais (armas, munições, dinheiro etc).

O saldo final dessa batalha aponta para números próximos a dezesseis mortos e sessenta feridos pelo lado português, contra 542 brasileiros mortos e 200 feridos. Os números são bastante imprecisos, principalmente pelo lado português, já que Fidié enterrou seus cadáveres em cova coletiva e sem nomes (SILVA, 1972).

Apesar dos números favoráveis à Fidié, a Batalha do Jenipapo forneceu a ideia de patriotismo e adesão a causa brasileira. Sua fuga para Estanhado foi um reconhecimento da inevitável escolha de uma população que decidiu enfrentar o domínio português.

Após Estanhado, Fidié se dirige para terras maranhenses com seus soldados, onde tenta ainda algumas investidas em cidades piauienses. A partir daí, os esparsos combates ocorridos já não teriam mais os mesmos vultos da Batalha do Jenipapo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Piauí possui a harmonia das raças como um fator diferenciador no seu estado. Não se pode dizer que isso é fruto da Batalha do Jenipapo, porém isso foi um diferenciador. Essa característica da colonização até os dias atuais foi observada em Campo Maior, quando a população local totalmente miscigenada lançou-se ao encontro do inimigo, de maneira unida.

Além disso, há de se exaltar a figura de Simplício Dias, considerado o precursor da Independência do Piauí. Muito provavelmente motivado por ideais liberais, demonstrava grande simpatia à D. Pedro I, em menosprezo à Coroa portuguesa. Ainda que sem participação na Batalha do Jenipapo, foi responsável pelo estopim que a gerou.

Outro personagem que deve ser destacado é Leonardo Castelo Branco. Ainda que não combatesse diretamente no dia 13 de março, seu legado merece ser referenciado. Deixou sua fazenda e família e foi para Parnaíba com disposição para lutar pela ideia da Independência, mesmo sem experiência e meios militares para sustentar o movimento. Antes de ser enganado, conseguiu grandes feitos como a conquista da vila de Piracuruca e a organização de uma sinergia de forças com a população de Campo Maior que originou a Batalha do Jenipapo. Vale ressaltar, ainda, na sua linhagem genealógica o Marechal Humberto Castelo Branco, diferenciado militar brasileiro, que mais de um século depois da

Batalha do Jenipapo, foi oficial de operações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) nos campos italianos, combatendo a tirania nazista.

Como último destaque, e talvez o mais importante, foi a população campo-maiorense que enfrentou as tropas adestradas de Fidié. Esses últimos não só melhor adestrados, mas também com equipamentos e armamentos drasticamente superiores aos dos patriotas brasileiros. A grande maioria desses campo-maiorenses nada possuíam, a não ser um simples facão de mato e muita crença na causa brasileira. A desistência de Fidié em prosseguir no combate foi fruto de possivelmente uma das mais emocionantes páginas das guerras da Independência, escrita com sangue e bravura por patriotas do Nordeste brasileiro.

Não à toa, a Batalha do Jenipapo é um exemplo de patriotismo. Os ideais daqueles que tombaram ultrapassaram a capacidade bélica de imposição por meio de armas. Também é verdade que esse ato heroico não possui a difusão merecida, principalmente fora das terras piauienses.

Por fim, a exaltação e rememoração dessa Batalha caracterizam uma cultura popular local, que deve ser mantida e, se possível, ampliada para um nível nacional, enaltecendo o que um povo, muitas vezes esquecido, pode representar para sua Nação. A população foi o braço armado de um país incipiente. Suas instituições ainda não gozavam de uma organização capaz de enfrentar obstáculos aos seus objetivos, principalmente em terras distantes da capital Rio de Janeiro. Desse modo, piauienses, maranhenses e cearenses protagonizaram a ultrapassagem de um sentimento estritamente regional, para um sentimento nacional. Campo Maior pode se orgulhar de ter sido o palco de um memorável evento da historiografia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Cláudio Moreira. **O Combate de Jenipapo: descrição e análise militar e a sua projeção estratégica na Independência no Ceará, Piauí e Maranhão**. Resende: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2008.

BOSCHI, Caio C. **Por que estudar História?** Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência no Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. **O Piauí nas lutas pela Independência do Brasil**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005.

ENCICLOPÉDIA BARSA. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações Ltda, Vol 10, 1995.

FROTA, Guilherme de Andrea. **500 anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. **História geral da civilização brasileira**. T. II – O Brasil monárquico. São Paulo: Difel, 1962.

MALERBA, Jurandir. **A corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARQUES, Renato Neves. As Charqueadas na Parnaíba. **Cadernos de Teresina**, ano 12, n. 31, pp. 22-29, 1999.

NETO, Adrião. **Dicionário Biográfico – Escritores Piauienses de Todos os Tempos**. Teresina: Halley, 1995.

NEVES, Abdias. **A Guerra de Fidié**. Teresina: Fundapi, 2006.

PIMENTA, João Paulo. **Independência do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022.

SILVA, Luís Antonio Vieira. **História da Independência da Província do Maranhão 1822-1828**. São Luís: C. E. Americana, 1972.

SILVA, Rayanne Gabrielle da. O processo de independência do Brasil na Bahia e no Piauí: guerra, resistência e vitória (1822-1823). **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Vol. 6, n. 2, pp 61 – 77, 2017.

Recrutamento em Tempos de Paz (1870-1874)

Shirley Maria Silva Nogueira¹
Matheus Seixa Souza²
Valdiron Bastos da Silva³

RESUMO: Uma historiografia afirma que em tempo de Paz o recrutamento não trazia grandes transtornos a sociedade. Mas não é isso que se vê nas páginas dos jornais Liberal do Pará, Jornal do Pará e os códices do Arquivo Público do Estado do Pará. Os jornais trazem um constante [recrutamento e queixas contra este, principalmente no jornal O Liberal do Pará. No período pós-guerra, via-se um contínuo protesto dos guardas nacionais que continuavam a ser recrutados para o Exército. Certamente a insatisfação desses guardas aumentaria devido a lei 2.261 que fixava os corpos terrestre para ano 1873-1874, permitindo que os guardas fossem recrutados para o Exército mesmo em tempo de paz. As estratégias de resistência eram variadas: iam desde a deserção a habeas corpus. Entre os anos de 1870 a 1874, liberais discutiam contra os recrutamentos forçados denunciando seus abusos. Os conservadores tentam com a lei do sorteio militar acalmar os ânimos ao criar um alistamento que supostamente seria mais justo. A lei de sorteio militar no Grão-Pará, criada em 26 de setembro de 1874, foi letra morta na maioria das províncias brasileiras, uma vez que o sorteio desrespeitava as tradições seculares do recrutamento, além de, na prática, não ter o caráter democrático que se esperava, uma vez que eram levados os desafetos políticos do governo instituído. No Pará, essa lei teve maior aplicabilidade, uma vez que foram feitos vários sorteios ao longo dos anos estudados. Por isso, estudaremos de que maneira essa lei se aplicou no Pará e quais os conflitos gerados na sociedade paraense oitocentista. As fontes dessa pesquisa são os jornais conservadores e liberais: Liberal do Pará e Jornal do Pará. Trabalhamos com a teoria de E.P. Thompson onde afirma que a lei é o espaço do conflito. A metodologia utilizada diz respeito à forma como o historiador trabalha com os periódicos. Com este tipo de fonte, deve-se ter sempre em mente que apresenta a opinião de grupos políticos em disputa pelo poder, tentando fazer com que suas ideias sejam hegemônicas.

Palavras-chaves: Lei; Conflito; Recrutamento; Conservadores; Liberais; Resistência.

¹ Doutora em História Social do Brasil pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora da SEDUC-AM. Este artigo é fruto da pesquisa Recrutamento em Tempo de Paz no Grão-Pará (1870-1889) iniciada em 2016. O projeto foi aprovado na Escola Superior Madre Celeste (ESMAC), onde trabalhei até 2018. Contou com auxílio de Matheus Seixas, Márcio Ataíde e Teresa Rafaela, que foram bolsistas nessa pesquisa. O texto aqui presente contou com a contribuição na elaboração de Matheus Seixas.

² Mestrando do curso de pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará (UFPA)

³ Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Professor de SEDUC-AM.

ABSTRACT: One historiography states that in times of peace, recruitment did not bring great inconvenience to society. But this is not what you see on the pages of the newspapers Liberal do Pará, Jornal do Pará and the codices of the Public Archive of the State of Pará. The newspapers bring constant recruitment and complaints against recruitment, mainly in the newspaper O Liberal do Pará. post-war period, there was a continuing protest from national guards who continued to be recruited into the army. Certainly, the dissatisfaction of these guards would increase due to law 2.261 that fixed the terrestrial corps for the year 1873-1874 allowing that the National Guard could be recruited into the Army even in peacetime. Resistance strategies were varied: ranging from desertion to habeas corpus. Between 1870 and 1874, liberals argued against forced recruitment by denouncing their abuses. Conservatives are trying with the law of the military draw to calm tempers by creating an enlistment that is supposed to be more just. The law of military draw in Grão-Pará created on September 26, 1874 was a dead letter in most of the Brazilian provinces, since the draw disrespected the secular traditions of recruitment, besides in practice not having the democratic character that was expected, once the political opponents of the instituted government were recruited. In Pará, this law was more applicable, since several draws were made over the years studied. Therefore, we will study how this law was applied in Pará and what conflicts were generated in the 19th century society of Pará. The sources of this research are the conservative and liberal newspapers: Liberal do Pará and Jornal do Pará. We work with the theory of E.P. Thompsom that states that the law is the space of conflict. The methodology used concerns the way the historian works with journals and codices. With this type of source, it should always be kept in mind that it presents the opinion of political groups in dispute for power, trying to make their ideas hegemonic.

Keywords: Law; Conflict; Recruitment; Conservatives; Liberals; Resistance.

INTRODUÇÃO

Um dos trabalhos mais proeminentes sobre o recrutamento é o trabalho de Hendrik Kraay⁴. Em seu artigo, Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial, ele afirma que os recrutamentos para o Exército não causaram grandes transtornos, como uma historiografia anterior apontava, pois as listas de isenções do recrutamento e privilégios eram imensas, contribuindo para o Estado, senhores de terras, escravos e pobres livres. Essas listas eram formadas por trabalhadores das áreas produtivas protegidos por potentados locais que os livravam do recrutamento para o Exército (KRAAY, 1999, p. 115).

Fábio Faria Mendes (2004) também discutiu o assunto. De acordo com Mendes, de fato, os recrutados para a leva forçada podiam contar com o apoio dos *potentados locais* que além dos critérios econômicos estabeleciam princípios morais para o alistamento, principalmente ao longo de todo o século XIX. Além disso, os legisladores procuraram tanto no período colonial quanto no imperial evitar o alistamento de homens dos setores produtivos da sociedade, preferindo para as fileiras do Exército

⁴KRAAY, Hendrik. Política racial, Estado e Forças Armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850, HUCITEC, 2011. 417 p.

elementos considerados desocupados. Todavia destaca que nem sempre os senhores locais foram capazes de impedi-los, principalmente no período colonial, causando grandes incômodos a população. (MENDES, 2004, 111-138).

Considera-se que não foram só em períodos de guerra externa que os recrutamentos incomodavam, principalmente no que tange as áreas de fronteira. Nessas os recrutamentos permaneceram constantes para proteger os limites da província, evitando não somente a invasão de estrangeiros como também as relações entre as populações do Pará (principalmente a indígena) com os moradores do outro lado da fronteira. Para tanto procuramos estudar os recrutamentos em tempo de paz a fim de investigar se nesse período os recrutamentos continuaram constantes e importunando a população da província.

Este artigo é fruto da pesquisa sobre o recrutamento em tempo de Paz (1870-1889), período pós-guerra do Paraguai na Província do Pará. Nele se analisou o período de 1870 a 1876. Marcado pela **vigência** da lei de recrutamento de 10 de junho de 1822 e da lei de recrutamento de 26 de setembro de 1874.

RECRUTAMENTO PÓS-GUERRA DO PARAGUAI

O recrutamento sempre foi mal visto pela população colonial. Principalmente às tropas de 1ª linha. Mas ninguém escapava ao serviço nas tropas. Homens de 18 a 60 anos eram recrutados. Ser soldado era um martírio para muitos, pois os soldos demoravam a ser pagos, a comida era escassa e os uniformes raros, além, é claro, dos castigos corporais. Por este e outros motivos, as deserções eram constantes.

No Império os conservadores⁵ defenderam como alternativa ao recrutamento forçado o sorteio apresentado já como saída desde 1827, que traria um recrutamento universal acabando com os privilégios de alguns. Um projeto foi apresentado por Raimundo José da Cunha Matos, o maior especialista de questões militares da época. A grande discussão era quem seriam sorteados. Já se tinha uma longa lista de isentos e permitia a comutação do serviço a dinheiro. No entanto, em 1834, acabou-se por determinar a manutenção do recrutamento forçado aos moldes da lei de 1822, que teve os conservadores como seus defensores por longo tempo. Mas o projeto do sorteio acabou encampado pelo Ministério da Guerra em 1860, mas aprovado somente em 26 de setembro de 1874 pela lei 2556 (KRAAY: 1999, 135-136).

Outro fator que dificultava esse recrutamento era as ausências de um sentimento de nação. A consolidação do Império em 1850 não trouxe este sentimento. Este começou a ser construído pelo Estado imperial e republicano em um processo longo. Durante a guerra do Paraguai, procurou-se construir esse sentimento. O inimigo Paraguai deveria ser a massa que daria forma à nação. Assim, os primeiros batalhões foram de voluntários, mas estes começaram a diminuir conforme a guerra prolongava deixando claro que a nação estava longe de ser efetivada (DORATIOTO, 2002, 116).

⁵ Segundo José Murilo de Carvalho até 1837 não podia se falar de partidos políticos no Brasil. "O partido conservador surgiu de uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores supunha a reforma de leis de descentralização. Os defensores das leis descentralizadoras se organizaram então no que passou a ser chamado de partido Liberal. Ver: CARVALHO, José Murilo. A construção da Ordem: A elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2 ed ver. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996. p.184.

Estudando o recrutamento feito no Rio de Janeiro para a Guerra do Paraguai, Vitor Izecksohn (2004) inferiu que a extrema dificuldade de se fazer o recrutamento no Rio de Janeiro revela a incapacidade do governo central de exercer o controle sobre os meios de violência. O problema agravava-se em tempo de guerra quando o embate entre poder central e regional se agudizava, principalmente, quando o recrutamento atingia pessoas isentas do serviço no Exército em tempo de paz, como a Guarda Nacional (IZECKSOHN, 2004, 204).

O autor argumenta que a Guerra do Paraguai não foi capaz de criar uma burocracia especializada no Estado brasileiro que fosse eficiente para construir mecanismos a fim de fazer um recrutamento de forma mais racional e universal, como nos países europeus. As guerras na Europa teriam permitido a criação de uma cidadania ampliada. No entanto, os países na Europa seriam uma exceção e não a regra, pois a sociedade teria de ter a capacidade de receber bem a instrução do Estado e colaborar com ele, uma vez que o Estado mostrasse que parte considerável dela se beneficiaria da lealdade mais ampla. Mas no caso brasileiro, o Estado era visto como invasor (IZECKSOHN, 2004, 205).

RECRUTAMENTO NO PARÁ, PÓS GUERRA DO PARAGUAI

Entre os anos de 1870-1874, havia nos jornais da província do Pará uma batalha entre liberais e conservadores se posicionando contra e a favor do recrutamento respectivamente. Os conservadores atuavam no *Jornal do Pará* e *Diário de Belém*, e os liberais no *Liberal do Pará*. Nem sempre encontramos um debate explícito sobre suas posições. Elas se manifestavam pelas notícias publicadas diariamente sobre o recrutamento. Enquanto o *Jornal do Pará* dava informações sobre o Exército, como forma de esclarecimento ou de utilidade pública, o jornal *Liberal* publicava denúncias contra as arbitrariedades do recrutamento forçado nas suas mais diversas formas.

Como Luca (2011) argumenta, não há imparcialidade na imprensa periódica. Citando a escritora francesa Marguerite Duras, Luca destaca que o jornalista é alguém que observa o mundo e o seu funcionamento, mas não consegue fazer este trabalho sem o julgar. Assim, a objetividade do jornalista é uma impostura. Provavelmente, por isso vê-se nas notícias dos jornais *Jornal do Pará* e *Liberal do Pará* uma clara defesa dos interesses conservadores e liberais respectivamente. Mas isso não inviabiliza as fontes jornalísticas como fontes históricas, uma vez que a concepção e a crítica ao documento mudam com a História Nova. O historiador, Jacques Le Goff expressa bem essas mudanças quando afirma que “documento é uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (LE GOFF: 2003, p. 537-8). O documento deve ser desmontado, pois ele não é mais que uma montagem. Para analisá-lo, deve-se estabelecer primeiro as condições em que ele foi produzido.

Até 1874 os recrutamentos ainda eram regidos pela lei de 1822. Essa lei durou por 52 anos, com poucas modificações das isenções após esses anos. Assim, o recrutamento forçado ainda vigorava com intensidade na província. A necessidade de manter o contingente do Exército e os poucos voluntários levava as autoridades militares a desrespeitarem essa lei de várias maneiras. No jornal conservador,

Jornal do Pará de 18 de janeiro de 1871, vê-se, por exemplo, a manutenção de soldados no Exército mesmo depois de cumprirem seu tempo de serviço. Ao invés de cumprirem 16 anos, como de costume, o comandante do 11o batalhão de infantaria de Belém aprovou o engajamento por mais 6 anos dos Cabos de esquadra João de Lima, Theodoro Ribeiro, Vicente Ribeiro e o anspeçada Custodio de Lima, dando a eles um tempo de serviço de 22 anos (JORNAL DO PARÁ, 18/01/1871). Essa notícia é dada como algo benéfico aos voluntários, mas como relata Peter Beattie homens que já serviam o exército viam no reengajamento uma forma de ganhar um bônus, uma vez que, dificilmente, conseguiriam suas baixas (BEATTIE, 2009, 71). Fábio Faria Mendes (2004) nos relata o fato de não ser raro encontrar soldados que viriam a ficar até 10 anos a mais após o fim do seu tempo de serviço. Afirma que em 1858 cerca de 13% do contingente de praças que teriam seu direito de baixa não foram liberados.

No mesmo jornal encontram-se várias informações como essas. Em 4 de fevereiro de 1871, o tambor Gregório Nazareno tem seu tempo de serviço aumentado em mais seis anos e como prêmio recebe 300 réis (JORNAL DO PARÁ, 04/02/1871). O reengajamento também revela a dificuldade de se conseguir homens para o serviço no Exército que continua sendo mal visto.

A Lei de 1822 (BRASIL,10/6/1822) era ruim, pois mantinha o recrutamento forçado. Mas ela trazia diversas exceções⁶, que permitiam que muitos ficassem fora do serviço e possibilitava recursos quando ela era desrespeitada. Geralmente, essas exceções eram garantidas aqueles que tivessem protetores como senhores de terra e proprietários influentes, que entendiam o desrespeito às exceções como intromissão do Estado provincial e central na esfera local.

O descumprimento da lei e a ausência de um padrinho deixava muitos à mercê do serviço no Exército. Uma outra forma de garantir que as exceções fossem cumpridas era entrar com recurso contra essas medidas. Entrar com recursos era comum desde a colônia, mas, nesse momento, havia um diferencial. A população via-se como cidadã munida de direitos e ter seus recursos atendidos era uma forma de ter sua cidadania garantida.⁷

As ideias de direitos dos cidadãos circulavam nos jornais da época, O Liberal e Jornal do Pará. Luca (2011) comenta que o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa em quase todo o século XIX. Os aspectos comerciais eram secundários em relação à missão de se interpor nos debates e dar publicidade às propostas.

Assim vê-se com constância moradores usando medidas próprias da sociedade liberal impossíveis de serem usadas em outros períodos em que os moradores eram súditos e não cidadãos. Em 20 de novembro de 1874, o delegado manda capturar quatro recrutas que haviam sido soltos por habeas corpus, pois foram julgados sujeitos de recrutamento. Este documento revela duas faces do

⁶ A lei do recrutamento de 10 de julho de 1822, também conhecida como lei do recrutamento forçado, determinava em seu artigo III que os primeiros a serem atingidos eram os homens brancos solteiros e pardos libertos com idade entre 18 e 35 anos, que não tiveram a seu favor as exceções. Segundo a lei, no artigo VI, são isentos homens casados: irmão de órfãos que tiver a seu cargo a subsistência e a educação deles, o filho único de lavrador, ou um a sua escolha, quando houver mais de um, cultivando terras próprias, ou aforadas, ou arrendadas. A isenção também é válida para filho de viúvas, feitores, administradores de fazendas com mais de seis escravos, ou plantação, ou de criação, ou de olaria, tropeiros, boiadeiros, os mestres de ofício com lojas abertas, pedreiros, carpinteiros, canteiros, pescadores, desde que tenham bom comportamento, ficam isentos também comerciantes de grosso trato, comerciantes de casas estrangeiras e a todos os estudantes que apresentarem atestados dos professores, que certifiquem a aplicação e aproveitamento. Percebe-se que, em suma, a lei no que diz respeito à isenção protegia a família, o comércio e o trabalho, fazendo com que quem tivesse alguma utilidade para a sociedade fosse liberado da obrigatoriedade de servir.

⁷ Adilson Brito escreveu sobre a participação dos soldados e oficiais inferiores durante o processo de Independência no Pará (1822-1824). Em seu texto argumenta sobre como esses militares entenderam que também eram cidadãos tanto quanto as elites. Passaram agir como portadores de direitos e atuar para conseguir serem tratados de uma forma melhor. Terem mais liberdades. Os índios não desejavam mais cumprir serviço arsenal e na fábrica em Belém. Alegavam que não eram índios, mas cidadãos. Soldados agiam com altivez diante de seus superiores e administradores das vilas. Ver: BRITO, Adilson J.I. Brito. A "Ignorante Inteligência": horizontes de expectativas dos soldados-cidadãos sobre o Império Brasileiro no Grão-Pará. In: CARDOS, Alírio; BASTOS, Carlos Augustos; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. História Militar na Amazônia: Guerra e Sociedade (sec. XVII-XIX Curitiba: CRV, 2015. P. 129-154.

recrutamento nesse período. A primeira diz respeito à manutenção da violência nos recrutamentos. A segunda está relacionada com a resistência ao serviço no Exército, visto que os quatro soldados conseguiram um habeas corpus para serem soltos. O habeas corpus⁸ é uma medida legal, reflexo das ideias liberais amplamente difundidas no Brasil desde o início do século XIX, utilizada pelos recrutados para se livrarem do Exército como tantos outros subterfúgios utilizados século no XVIII e na primeira metade do XIX.

Fica providenciado para serem capturados os 4 recrutas de que trata o seu officio no 45, de hoje, e que, tendo sido postos em liberdade em virtude de ordem de habeas corpus expedida pelo Juiz de Direito da 1a vara crime da capital, forão julgados sujeitos do recrutamento que acórdão da relação do distrito (APEP, Códice 1405, 20/11/1874)

O recurso do habeas corpus foi possibilitado aos recrutados depois de uma reforma legislativa em 1871. De acordo com Kraay (1999, p. 128), os pobres apelavam para os tribunais aproveitando-se das instituições rivais do aparato estadual, dos conflitos que dividiam os homens abastados e da obrigação do Estado de legitimar e a abrandar o recrutamento na busca de justiça. Justiça que a sociedade liberal prometia promover. Nessa tentativa, eles procuravam libertar os recrutas considerados não aptos ao serviço. Esse foi o caso do recruta Manuel Lourenço do Espírito Santo por ser julgado incapaz do serviço, em 15 de outubro de 1870 (APEP, 1430, 15/10/1870).

Existiam outras formas de resistência ao recrutamento como: casamentos - o recrutamento incidia somente sobre os solteiros - alegação de doenças, declaração de serem filhos únicos, de sustentarem senhoras idosas, além da deserção. Em 31 de dezembro de 1870, um oficial do exército mandava ao chefe de polícia um requerimento comunicando os sinais característicos dos soldados desertores do 3o batalhão de artilharia a pé Luís Antônio de Souza, João Manuel e Belarmino de Souza e Lima (APEP, 1430, 31/12/1870). Em 30 de dezembro de 1870, um oficial anunciava a prisão do desertor do 3o batalhão de artilharia a pé Mariano Ferreira de Souza (APEP, 1430, 30/12/1870). Nesses anos a situação dos soldados era de permanência por longos períodos, ocasionando até a deserção de oficiais. Em 21 de agosto de 1872, era comunicado ao comandante das armas a deserção do capitão do 11o batalhão de infantaria Manoel Joaquim Bello:

Fico inteirado pelo officio de vossa senhoria, n. 75, de hontem, de que, em consequência de sentença de competente conselho de investigação foi excluído por desertor o capitão do 11 batalhão de infantaria Manuel Joaquim Bello que, licenciado na província de Pernambuco, terminou a do corrente o prazo de espera marcado no art. 1 da lei de 26 de maio de 1835 (JORNAL DO PARÁ, 03/07/1872)

A deserção era crônica nos exércitos. Durante o século XVIII, no Grão-Pará, ela foi constante principalmente em períodos de intensos recrutamentos (NOGUEIRA, 2000). Em 1857 o índice nacional de deserção era 9,7%. As deserções ocorriam nesse período muito motivadas pelo excessivo tempo que os soldados ficavam nas tropas além do tempo de serviço (NOGUEIRA, 2009, p. 314-315).

⁸ Segundo Beattie esses habeas corpus eram geralmente desrespeitados pelas autoridades que não os cumpriam ver BEATTIE, Peter. Tributo de Sangue: Exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, 488 p.

Mas os casos de deserção entre os oficiais eram raros. A situação de Manoel Bello é a única, que encontrei, tanto para o século XVIII e XIX. Talvez isso reflita a extrapolação de tempo de serviço.⁹ Os oficiais geralmente vinham de famílias abastadas e entravam no Exército como cadetes e pelo fato dos postos de oficial lhes darem prestígio como, por exemplo, a equivalência desses cargos a título de nobreza. Todavia Manoel Bello poderia estar cansado de anos de serviço, provavelmente fora para o Paraguai, uma vez que todo o seu batalhão serviu lá¹⁰ ou insatisfeito com a falta de aumento de salário dos oficiais que não recebiam um aumento desde 1852. Uma outra possibilidade seria a falta de uma modernização do exército que não tinha armas modernas e soldados bem treinados (SCHULZ, 1994, 73,83)

Para fugir do Exército era comum preferir o serviço na Guarda Nacional¹¹ e na polícia, onde o serviço era mais leve, o tempo menor e o soldo maior. No entanto, durante a guerra muitos guardas foram recrutados e ficaram nas fileiras do exército por tempo a mais que o exigido: “[...] Consta-nos que o Senhor doutor João Alfredo pretende dispensar do serviço aqueles guardas, que já completaram o tempo. Em uma medida justa, e que nunca foi posta em prática pelo Siqueira, Miguel Pinto, etc. Há, segundo informam, mais de 50 guardas que tem completado o tempo!” (JORNAL DO PARÁ, 22/01/1870).

Observa-se que na notícia o dr. João Alfredo dispensa do serviço da guarda cerca de 50 guardas que já haviam completado o tempo de serviço diferentemente dos soldados do Exército que sempre ficavam um tempo a mais no serviço. Neste mês, conforme o mesmo jornal, essa não seria a única dispensa de guardas. Haveria mais 35 dispensas de guardas nacionais.

No entanto, é importante afirmar que mesmo os guardas nacionais reclamavam de ficar um tempo a mais no serviço.¹² Um articulista do jornal do Pará dava os parabéns ao presidente da província por ter desligado em dois dias 53 guardas nacionais que haviam excedido seu tempo de serviço. Mas reclamava da existência de guardas apadrinhados que ficavam apenas 8 e 10 dias no serviço. Queixava-se também que as autoridades retinham no exército guardas com isenção (JORNAL DO PARÁ, 03/02/1870).

Um outro articulista denuncia o caso do guarda Antônio Joaquim do 12o Batalhão de Irituia, que sofria de um deslocamento no quadril, era viúvo e tinha quatro filhos menores para sustentar. Consegue-se analisar que alguns desses guardas com padrinhos tinham um tempo de serviço menor, uma vez que são privilegiados com a regalia de cumprir somente o tempo de seu serviço. Enquanto outros, como Antônio Joaquim, foi recrutado sem ter condições físicas, além de ter como dependentes quatro filhos (LIBERAL DO PARÁ, 25/01/1870). Esta atitude contrariava o que determinava a lei da guarda nacional. Isso mostra as relações de privilégio. Essa relação é muito parecida com a descrita

⁹ Ver: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Razões para desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII. Belém: UFPA 2000. 224 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará/UFPA/Núcleo de Altos Estudos da Amazônia /NAEA, Belém, 2000.

¹⁰ Sobre a 11ª Batalhão para Guerra do Paraguai Ver: SILVA, Valdiron Bastos da. A Guerra do Paraguai: engajamento e recrutamento na província do Pará (1864-1870). Ananindeua: ESMAC, 2010, 98 p. Monografia (História). Escola Superior Madre Celeste, Ananindeua, 2010.

¹¹ A guarda Nacional foi criada em 1835. Era a milícia cidadã, inspirada na força armada criada na França revolucionária. Não seria mais o Exército, geralmente ligado ao poder do rei, que faria a proteção e a segurança do Estado, mas os cidadãos em arma. Ela foi reformada em 1850, diante do regresso conservador, acabando com a eleição para oficiais e determinado que deveriam servir no Exército somente em caso de Guerra. O que aconteceu de 1865-1870. Em 1873 seria reformada novamente determinando que os guardas nacionais deviam servir em tempo de paz no Exército. Com a lei de 26 de setembro de 1874, os guardas foram definitivamente levados ao Exército em tempo de paz.

¹² Sobre o recrutamento de guardas nacionais Ver: IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik. Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 185-196. Sobre o recrutamento da Guarda Nacional ver: SILVA, Valdiron Bastos. A Guerra do Paraguai: engajamento e recrutamento na província do Pará (1864-1870). Ananindeua: ESMAC, 2010, 98p. Monografia (História). Escola Superior Madre Celeste, Ananindeua, 2010. 98 p.

por Hendrik Kraay e Fábio Farias Mendes que afirmam que os privilegiados, ou seja, aqueles ligados a proprietários locais, acabavam isentos do serviço do exército.

Outro caso era o do Guarda Maciel Nunes do Nascimento que foi recrutado para o serviço do Exército. Sua nomeação veio por meio do ofício de 24 de outubro de 1870 enviado ao vice-presidente da província com o seguinte teor: “Pelos seus ofícios de 20 e 22 do corrente de haver o guarda Manuel Nunes do Rosário assentado praça do 3o de artilharia a pé e sem assim de haver o forçado no Batalhão 11o de infantaria de se ter alojado no quartel de Nazaré” (APEP, 1430, 24/10/1870). O documento não é muito claro, mas trata do assentamento de um guarda nacional no 11o batalhão de infantaria do Exército mesmo depois do fim da guerra do Paraguai em março daquele ano. A legislação da Guarda Nacional de 1850 permitia esse recrutamento apenas em tempo de Guerra. Mas esse recrutamento não seria o único. No dia 15 de outubro de 1870 fora mandado *assentar praça* no Exército o guarda Manuel Maria (APEP, 1430, 15/10/1870). No mês anterior, em 27 de setembro do referido ano, os guardas Francisco Liberato dos Santos e Appolinario Porcino dos Santos já haviam sido enviados para *assentar praça* no Exército (APEP, 1430, 27/09/1870). Talvez esses homens não tivessem padrinhos ou seus protetores não tivessem condições de impedir seus recrutamentos, mesmo em tempo de paz. Isso pode ter ocorrido muitas vezes ao longo desses últimos 30 anos do Império. Principalmente, numa região de fronteira que deveria concorrer para o recrutamento de homens considerados isentos, como os guardas.

O poder de recrutar era também uma das divergências entre o governo central e as províncias. Os provinciais desejavam ter direito a fazer o recrutamento, mas este cabia ao poder central (DOLHNIKOFF, 2005, 254-262). A grande divergência era com o recrutamento para o Exército, que sempre atingia clientes dos senhores locais, principalmente homens que deveriam ir para a Guarda Nacional. Mas efetivamente isso muda com a Guerra do Paraguai, o momento em que elas foram convocadas para compor os efetivos que iriam à guerra.

O Pará foi uma das províncias que mais contribuiu com o esforço de guerra. A província recrutou 3.827 homens entre voluntários, guardas nacionais, recrutas e libertos. Em termos quantitativos esses números representavam 4,5% da população em idade militar da província (SILVA, 2009, 86).

Após a guerra do Paraguai, se supunha que esses recrutamentos diminuíssem. Todavia, como observamos, eles continuaram a ocorrer depois do conflito, uma vez que a guerra rompeu fortemente as relações tradicionais do recrutamento e estendeu-se para período posterior à guerra. Somam-se a isso as necessidades de manutenção de uma tropa completa em uma região de fronteira como parte do elemento de expansão da estrutura de dominação da Corte no Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, assegurar a ordem em uma unidade territorial do império localizada em uma região marcada por disputas e interesses geopolíticos e econômicos entre o Brasil e potências como Inglaterra, França, EUA, além das desavenças comerciais e de navegabilidade da Bacia Amazônica em relação ao Império e as Repúblicas do Pacífico (NUNES, 2012, 56-62)

As divergências quanto à esses recrutamentos aumentaram, provavelmente, quando a lei 2.261 de 24 de maio de 1873 determinou que os guardas poderiam ser recrutados em tempo de paz (BRASIL, Lei 2261,24/05/1873). Essa medida talvez tenha sido uma forma dos conservadores de restringir o

poder dos grandes proprietários, os quais tinham um número elevado de subordinados, pois dava um golpe na capacidade desses homens de impedir o recrutamento de seus clientes para o Exército. No entanto, mais uma vez os opositores do recrutamento forçado conseguiram promover uma reforma da lei da Guarda Nacional de 1850, que restituiu o direito dos guardas serem convocados somente em casos de guerra externa, rebelião, sedição e insurreição (BRASIL, Lei 2.395, 10/09/1973).

As divergências quanto à forma de recrutamento continuavam na província entre conservadores e liberais. Em 1873 há uma denúncia dos conservadores, no *Jornal do Pará*, acusando os liberais de fingirem-se de Conservadores em Bragança para fazer o recrutamento com a intenção de colocar a culpa nesses últimos. No artigo, o articulista narra que o delegado agiu com força para obter recrutas. Invadiu casas à noite, prendeu e amarrou um guarda nacional para o recrutar (*JORNAL DO PARÁ*, 2/02/1873)

Verdade ou não, talvez os conservadores, além de colocar a culpa do recrutamento forçado sobre os liberais com essa matéria, estivessem tentando se redimir do seu apoio dado ao recrutamento forçado. Segundo Beattie (2009), até mesmo os conservadores viam a necessidade de se acabar com os recrutamentos e aprovar uma nova lei.

Devido ao vergonhoso tratamento dado aos cidadãos pela gangue do recrutamento, como eram conhecidas as tropas de recrutamento durante anos e, devido aos constantes protestos, os conservadores finalmente colocaram para discussão a lei que instituiu os sorteios como forma de preencher as fileiras do Exército, sendo promulgada em 26 de setembro de 1874.

A Lei de 1874 instituiu o serviço militar obrigatório por meio de sorteio. Os seus defensores diziam que, na época, os soldados do Exército Brasileiro eram, em sua maioria, ex-trabalhadores braçais de baixas condições. Com a adoção do sorteio militar, todas as classes sociais passariam a ser recrutadas. (BEATTIE, 2009, 123)

A lei do Sorteio se tornava uma clara tentativa dos conservadores para acalmar os ânimos após os anos de guerra, onde o recrutamento foi mais intensificado e violento. A principal mudança que ocorre entre as leis de 1822 e 1874 é o sistema de sorteio, onde os cidadãos, jovens aptos com idade entre 19 e 30 incompletos, seriam sorteados, passariam por uma avaliação física e poderiam servir até 6 anos, mas que segundo Mendes poderia ser prorrogado por até 8 anos. Mendes também relata que a nova lei abolia os castigos físicos realizados pelo Exército (MENDES, 1999, 268). Esses indivíduos seriam sorteados na proporção que chegaria ao triplo do contingente estabelecido, já que as várias formas de isenção causavam um certo impacto nos números de recrutas para o Exército. Essa tentativa de implementação da lei de 1874 seria uma forma do Estado Imperial sanar as dificuldades encontradas no recrutamento, já que a oferta de soldados e as grandes interferências políticas atrapalhavam a formação de tropas do império.

O fim da violência no recrutamento ocorre justamente para que a população consiga aceitar de forma pacífica a nova lei do sorteio. Todavia, segundo Beattie (2009), havia uma grande dificuldade para que a lei fosse aceita pela população, já que mais de 85% era analfabeta e via na palavra recrutamento um significado violento e agressivo por conta da extrema ferocidade que era usada nos recrutamentos durante a guerra (MENDES, 1999, 268-69). Para que a lei fosse aceita pela população

o governo necessitava da ajuda da mídia conservadora, ou seja, dos jornais e de boca a boca, sendo essa a única forma para afugentar a sombra da violência da palavra recrutamento.

Segundo Fábio Farias Mendes, esta lei foi rejeitada pela população, pois trazia modificações nas isenções. Isenções tradicionais, como a dos casados, foram extintas. Os guardas nacionais perderiam sua isenção para o Exército e seu poder de polícia. O fim de tais isenções seriam um dos motivos para a rejeição à lei (MENDES, 1999, 269 e 277). Essa lei também sofreu resistência de setores do poder econômico, preocupados com a perda, embora temporária, da força de trabalho. Inexistência de instrumentos apropriados para a burocracia estatal implementar a lei e aversão manifestada pela maioria da população civil em relação à vida no Exército foram outros motivos que levaram a vários protestos contra a lei.

No dia 1o de agosto de 1875, dia, mês e ano que deveria ocorrer o sorteio, populares invadiram as paróquias em vários lugares do Brasil e destruíram as listas com os nomes dos que seriam sorteados. As províncias onde ocorreram essas revoltas foram Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

No Norte, os rasgas listas, como ficaram conhecidos os participantes dos protestos contra a lei do sorteio, seguiram os passos dos revoltosos do quebra-quilos. Esses manifestantes haviam dirigido sua ira contra o novo sistema de pesos e medidas, as coletorias e os registros notariais, mas não haviam esquecido de protestar contra a nova lei do recrutamento. Foi nesse enalço que os rasga listas seguiram e protestaram rasgando as listas do recrutamento em Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Bahia e Ceará (MENDES, 1999, 277).

No Sul (São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo), as revoltas seguiriam o exemplo das revoltas de Minas Gerais, onde se concentravam as revoltas. Durante o mês de agosto, 78 localidades da província mineira se revoltariam. Era uma multidão composta por 30 a 500 pessoas, que rasgaram e queimaram as listas, além de muitas vezes agredirem os componentes das juntas - párocos, subdelegados, juiz de paz e secretários e inspetores de quarteirão. Entre outubro de 1875 e abril de 1876, mais 19 paróquias seriam atingidas por tumultos. Todos esses levantes revelavam o caráter de forte resistência ao serviço militar dessas províncias (MENDES, 1999, 278).

A APLICAÇÃO DA LEI DE 1874 NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ

Em 11 de agosto de 1875, o Jornal do Pará publicava a determinação do governo provincial para começar o recrutamento com base na lei de 1874, regulamentada pelo regulamento de 27 de fevereiro de 1875, no dia 01 de agosto (JORNAL DO PARÁ, 11/08/1875). A data de 1o de agosto de 1875 servia para todo o país, mas ainda no dia 11 do referido mês ela não fora cumprida. Provavelmente, isso reflete a resistência das autoridades locais de pôr em prática a lei. No entanto, o Jornal do Pará anunciava, no dia 20 de agosto de 1875, que as listas com os recrutados já estavam prontas na Freguesia da Sé, na cidade de Belém: (JORNAL DO PARÁ, 20/08/1875).

A paróquia da campina, na cidade de Belém, também concluiu o alistamento, mas em alguns

lugares houve atraso, como no caso de Óbidos. Em 22 de agosto de 1875, o *Jornal do Pará* noticiava que as autoridades provinciais determinavam que o alistamento de Óbidos fosse transferido para 2 de setembro, uma vez que os inspetores de quarteirão - voluntários civis não remunerados que ajudavam a vigilância local em regime de meio expediente - não haviam entregue as listas com os nomes a serem sorteados (*JORNAL DO PARÁ*, 22/08/1875). O mesmo aconteceu em Cururú, paróquia de Chaves, no Marajó, com a recusa dos inspetores de quarteirão recusando-se a entregar as listas com os nomes dos moradores (*JORNAL DO PARÁ*, 24/11/1875). Talvez essa fosse mais uma forma de resistir ao alistamento. Casos como esses se repetiram pelo interior. Em 22 de setembro de 1875, O *Jornal do Pará* anunciava que o presidente da província punia o subdelegado de Cachoeira, Antônio José Cardoso, por se recusar a fazer parte da junta de alistamento (*JORNAL DO PARÁ*, 22/09/1875). Ainda nesse mesmo ano, seria punido o padre José Henrique Felix da Cruz Dacia com uma multa de 50 mil réis por faltar os trabalhos da junta de alistamento de Anajás (*JORNAL DO PARÁ*, 12/11/1875). No ano seguinte, o referido periódico comunicava que o presidente da província punia também, com uma multa de 50 mil réis, o padre Thiago Serrão de Castro por não comparecer às reuniões da junta de Oeiras (*JORNAL DO PARÁ*, 31/03/1876). A vila de Santarém-novo aparentemente recusava-se a fazer o alistamento. Novamente, em abril de 1876, as autoridades da província insistiam para que fizessem o alistamento, pois estava atrasada (*LIBERAL DO PARÁ*, 25/04/1876). Em setembro de 1876, ela ainda não havia se reunido (*LIBERAL DO PARÁ*, 13/09/1876). Somente em agosto de 1876, depois de um ano de iniciado o recrutamento no Pará, a junta se reuniu, uma vez que o juiz de paz se recusava a fazer o sorteio (*LIBERAL DO PARÁ* 05/08/1876).

Não era incomum a ajuda da população a recrutados. Mesmo autoridades como vereadores, padres e outras estavam por trás da proteção dos recrutados. Isso reflete o horror que havia quanto ao recrutamento forçado. Mesmo com a mudança na lei para o sorteio, as autoridades, quando possível, tentavam impedir o sorteio. Um personagem comum a dar proteção aos recrutados desde a colônia eram os párocos que, aparentemente, continuavam a manter essa prática recusando-se a participar das juntas, como vimos acima. No século XVIII, eram acusados de fazer casamentos dos recrutados, já que a lei de recrutamento de 1764 estabelecia que os casados não podiam ser recrutados para a tropa de 1ª linha. Mas era uma fraude, pois o casamento, para dar isenção do Exército, precisava ter ocorrido antes do recrutamento (*APEP, COLEÇÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA*, 1764). Mendes informa que os padres participaram tentando impedir o sorteio em outras unidades do império. Esse foi o caso. Segundo Beattie (2009,133-154), os vigários foram grandes influenciadores de populares contra os sorteios.

Os inspetores de quarteirão foram os mais constantes na proteção dos recrutados. Talvez o motivo seja por conhecerem bem os moradores do quarteirão que eram responsáveis. Podiam dar informações pessoais sobre seus moradores. João José Reis, escrevendo sobre a Greve Negra de 1857, nos conta como estes deram declarações de idoneidade para os pretos africanos, quando a lei sobre o trabalho de ganho passou a exigir, no ano da greve, que tivessem os negros direito ao ganho caso tivessem quem os afiançassem. Em suas declarações informavam que os pretos eram bons moradores, não faziam arruaças, eram trabalhadores e outros (*REIS*, 2019,201-208). Um outro exemplo, no caso do Pará, o inspetor Virgulino da Silva foi denunciado pelo promotor da comarca de Belém por não incluir na lista de moradores quatro moradores da paróquia da Sé por serem seus empregados na sua oficina de

sapataria (LIBERAL DO PARÁ, 08/01/1876). Assim, com a proximidade dos moradores, mantendo com alguns até relações de dependência, os inspetores foram os mais frequentes em se recorrer a cooperar com o novo recrutamento, que era capaz de incluir um número maior de homens válidos ao Exército do que a Lei de recrutamento de 1822.

No Grão-Pará, essas autoridades, provavelmente, influenciadas pelas ideias liberais e pelo horror que havia ao recrutamento, podem ter se oposto a lei do sorteio. Os liberais, que se posicionaram no império contra o recrutamento forçado, também não viram com bons olhos a lei do sorteio. Souza Franco, senador do império e um dos líderes dos liberais no Pará, se opôs desde o início ao projeto do sorteio, que, segundo ele, iria recrutar todos indiscriminadamente, levando indivíduos valorosos para a nação. Em janeiro de 1874, o Liberal do Pará começou a publicar um longo discurso de senador contra a lei. Ele, como todo bom liberal, defendia o engajamento voluntário para evitar que a população ficasse refém do Estado, já que teria de se subordinar as autoridades, para evitar o recrutamento. Esclarecendo esse fato, Souza Franco diria em seu discurso ao senado, quando da discussão da lei: “Os que tem filho, amigos e protegidos, em que a sorte pode recair pela exclusão dos dispensados, ver-se-ão forçados a dobrar a cerviz e sujeitar-se as autoridades seus votos e sua opinião política” (LIBERAL DO PARÁ 23/09/1874).

Segundo Mendes (1999), o debate no Parlamento e na imprensa sobre a lei do sorteio tinha influenciado muitas pessoas até mesmo nos lugares mais distantes. Era inegável que as ideias de liberais radicais e ultramontanos tenham alimentado o descontentamento popular. Em muitas localidades, os revoltosos, depois de rasgarem as listas, dariam vivas ao partido liberal ou ao parlamentar mais combativo contra a lei (MENDES, 1999, 269). Em nosso caso, tentava-se pela imprensa defender o engajamento voluntário em contraposição ao sorteio. E temia-se, segundo a fala do senador, a subjugação das elites estaduais ao Estado.

Souza Franco era natural do Pará. Havia governado a província do Pará em 1840, logo depois da saída de Soares de Andreia, tralhou com a elite regional para conter os potentados locais na sua luta contra o poder central, recrutando e enviando muitos homens para a Guerra da Farroupilha.¹³ Mas passados esses anos, a posição dele era contra o recrutamento para o Exército principalmente quando esse atingiria diversos protegidos da elite local. Durante a Guerra do Paraguai, Sousa Franco foi presidente da província do Rio de Janeiro. E lá se opôs ou dificultou o recrutamento dos Guardas Nacionais, onde serviam a maioria dos clientes dos senhores locais. A atitude contra o recrutamento para o Exército fora uma marca dos liberais que ganhou força com o fim do primeiro reinado e se materializou com a própria Guarda Nacional.

O senador temia também a utilização do recrutamento por sorteio como uma arma dos conservadores para se manter no poder, uma vez que podiam usar o recrutamento para forçar os votantes a elegerem eleitores que votariam em seus candidatos diante do temor do recrutamento. Tirando dos potentados locais esse controle, visto que eram eles que impediam que muitos homens fossem para o Exército, incorporando-os nas Guarda Nacional, mas a lei do sorteio permitia que Guardas Nacionais fossem sorteados. Assim os clientes dos senhores locais votariam em quem lhes

13

protegessem. Era o Estado Central que passava a ter esse controle, uma vez que podia isentar quem fosse sorteado.

Apesar de toda oposição liberal, os alistamentos ocorreram no Pará. Provavelmente, as autoridades foram influenciadas pelo poder da presidência da província, que eram quase todos conservadores. Talvez a tradição de se cumprir as metas do recrutamento na província, a necessidade de homens para guarnecer a fronteira tenha contribuído para a aplicação da lei na província, além da necessidade de não se ter soldados criminosos, desordeiros e somente trabalhadores braçais no Exército fosse o motivo da aplicação da lei na província. Além disso, essas autoridades foram coagidas a cumprirem as determinações sob ameaça de punições. O presidente da província pediu aos membros da junta de Óbidos o nome de todos os inspetores de quartelão que se recusaram a entregar as listas (JORNAL DO PARÁ, 04/07/1876). Os inspetores de quartelão foram os mais punidos. Em Anajas, as autoridades pediam o nome de um inspetor de quartelão que se recusou a entregar a lista, para puni-lo (JORNAL DO PARÁ, 07/10/1875). Em São Miguel do Guamá, o inspetor de quartelão Cipriano Assunção Pantoja foi recebido uma multa de 50 mil réis pelo mesmo motivo do crime cometido pelo inspetor de Anajás (JORNAL DO PARÁ, 20/11/1875). O secretário da Junta do Capim foi castigado com uma multa de 50 mil réis (JORNAL DO PARÁ, 22/09/1875). A mesma pena foi imposta ao eleitor Roque Lopes de Oliveira da vila de Bujaru por ser recusar a servir a junta sem motivo (JORNAL DO PARÁ, 07/08/1875). O juiz de paz de Santarém Novo, João Florêncio da Silva, foi também penalizado com uma multa de 50 mil réis por não ter reunido a junta sem motivo justificado (JORNAL DO PARÁ, 30/09/1875). Todas essas medidas devem ter levado os membros das juntas a promoverem os alistamentos.

Em resposta a esse alistamento, os recrutados perpetraram vários recursos à própria Junta, no prazo de 20 dias, como mencionado no documento acima, e ao ministério da Guerra. Em 28 de agosto de 1875, instalou-se as Juntas Revisoras para analisar os recursos contra os alistamentos das paróquias da Sé, Trindade Santa Anna, Nazaré, Barcarena, Igarapé Miri, Abaeté, Cairari, Mosqueiro, Moju, São Domingos da Boa Vista, São Miguel do Guamá, Bujaru, Irituia e Ourem (JORNAL DO PARÁ, 28/08/1875).

A junta revisora também se reuniu em 1876. Em janeiro de 1876, a Junta indeferiu os pedidos de isenção do serviço militar de Gil Braz de Andrade e Franco, João Arnaldo Souza Tavares e João Estevão da Cunha e Oliveira, José Joaquim Piato, Manoel José de Carvalho, Manoel Rodrigues Coimbra Junior, Theophilo da Silva Dias (LIBERAL DO PARÁ, 15/01/1876). Esses são apenas alguns exemplos de indeferimento, a junta revisora e os recursos ao imperador negaram vários pedidos, sendo o número de súplicas não atendidas maior que as deferidas.

Até mesmo os arrimos de família nem sempre tinham seus recursos deferidos. Esse foi o caso de João Felipe de Oliveira Bahia, que vivia na paróquia de Santana da Campina, em Belém, que provou estar isento do serviço conforme os artigos 4o e 5o da lei de 26 de setembro de 1874, que determinava a exclusão de irmão que sustentasse a irmã solteira honesta ou viúva e o filho único de mães viúvas decrépitas ou pai decrépito (LIBERAL DO PARÁ, 22/11/1875). Talisman José Alves também teve seu recurso negado pelo governo imperial. Ele alegava ser o único provedor de mãe, duas irmãs e um irmão menor, mas teve seu recurso negado pelo governo imperial que o considerou apto ao serviço do

Exército (LIBERAL DO PARÁ, 17/09/1876). Mas como era importante manter uma ideia de justiça, aprovavam os recursos de alguns arrimos de família. Em Anajás, Antônio Lopes Amorim teve seu recurso deferido, depois de quase um ano de recursos (JORNAL DO PARÁ, 19/11/1876) por provar ser o único sustento de seus “velhos pais” (LIBERAL DO PARÁ, 15/03/1876). Em janeiro de 1876, Odorico de Souza Azevedo e Filho conseguiu provar que era caixeiro viajante da casa comercial que tem capital presumível superior a 10.000\$000 réis, conforme os documentos que exhibia (LIBERAL DO PARÁ, 15/01/1876). Nesses casos, geralmente, a junta dava isenção, pois havia uma preocupação com os setores econômicos presentes tanto na lei de 10 de junho de 1822 quanto na lei vigente de 26 de setembro de 1874. Todavia, essa não era uma constante. Havia queixas de senhores locais que temiam ver sua mão de obra levada ao Exército.

Uma outra prática era isentar os homens casados. No século XVIII, estavam isentos das tropas de primeira linha e ocupavam as tropas auxiliares e ordenanças. Essa prática perdurou pelo século XIX. Quando a lei do sorteio saiu, ela aboliu esse costume, provocando vários protestos ao longo do Império. E, em junho de 1876, a presidência da província dava o seguinte parecer sobre os pedidos de isenção dos homens casados que fossem alistados:

Em resposta ao officio datado de 26 do mês ultimo no qual vossa mercer consulta se deve essa junta excluir do próximo sorteio os cidadãos alistados, que a mesma apresentarem provas de ser casado, declaro-lhe que a junta deve aceitar as reclamações de taes cidadãos, bem como dos que tratam os §§ 2 e 3 do artigo 73 do regulamento de 27 de fevereiro de 1875, e, deferindo ou rejeitando a pretensão dos mesmos, trará tudo ao conhecimento dessa presidência, para decidir a final, mas o nome desses cidadãos entrarão nas urnas e ficarão sujeitos ao sorteio, dependendo apenas do seu chamamento à serviço da decisão da presidência, segundo acha-se disposto nos §§ 4 e seguinte do referido artigo (LIBERAL DO PARÁ, 10/06/1876)

Assim, pretendiam agir de maneira mais cautelosa com quem alegasse ser casado. Podendo ser excluído quem comprovasse o matrimônio. Como afirma Mendes, a lei do sorteio interferia nos acordos entre populares e senhores locais para deixar fora do Exército homens considerados úteis e decentes, de acordo com o critério da época. A lei veio interferir nessas relações, criando a possibilidade de uma maior interferência do Estado provincial e central nos poderes locais. No caso do Pará, não houve rasga listas, mas criou-se alternativas para burlar esse alistamento. A impetração de recursos foi uma delas. Pedidos de isenção eram comuns, mas a prática de entrar com recursos aparentemente tornou-se corriqueira na sociedade naqueles anos. Talvez em vista da maior secularização da sociedade paraense frente à divulgação das ideias liberais. As noções de direitos que o indivíduo tinha frente ao Estado estavam dentre essas ideias.

Assim, como afirma E. P. Thompson, a lei é o espaço do conflito. Ela é publicada, mas sua aplicabilidade depende da relação com sujeitos históricos que as avaliam como justa ou injusta conforme suas tradições culturais (THOMPSON, 1997, 351). Na Inglaterra do século XVIII, foi decretada uma lei, conhecida como a Lei Negra devido aos rostos pintados de negro dos infratores da lei, que proibia a caça de cervos na floresta real, mas essa lei feria os direitos consuetudinários dos

moradores e a lei foi sistematicamente burlada, apesar da execução de algumas pessoas por descumprimento da lei.¹⁴

Segundo Fabio Faria Mendes, a lei do sorteio de 26 de setembro de 1874 foi considerada injusta, pois reduzia as isenções, como a dos Guardas Nacionais que passaram a estar à disposição do serviço militar. Por isso, ocorreram diversos protestos e o movimento rasga lista em Pernambuco, Bahia, Alagoas, Ceará, Minas Gerais, São Paulo. Como vimos, no Grão Pará não houve rasga lista. Provavelmente por ser um lugar com tradição militar. Mendes afirma ser este o caso também do Rio Grande do Sul, que possuía tradição militar (MENDES, 1999, 281). No Pará a resistência também se deu e ela ocorreu por meio de diversos recursos contra o sorteio. Muitos eram negados, mas isso não diminuiu a luta dos sorteados contra a lei, pois esta feria costumes de recrutamentos conforme acordos entre eles e senhores locais, evitando recrutar casados, arrimos de família e guardas nacionais.

A lei de 26 de setembro de 1874 vigorou até 1889, mas não sem resistência ao longo das duas últimas décadas do império. Segundo Beattie (2009, 150), virou costume tumultos anuais contra as juntas do sorteio em muitos lugares, apesar de haver localidades em que o sorteio foi mais tranquilo como é o caso do Pará e Rio Grande do Sul, como afirmamos. Não obstante, no Rio Grande do Sul, muitas paróquias relutavam em mandar as listas (BEATTIE, 2009, 154). Porto Alegre contribuiu apenas com 280 homens em 1880. Por isso, os recrutamentos forçados mantiveram-se juntamente com os sorteios até o fim do império. No entanto, em 1877, o recrutador da província, Joaquim Torquato Mendes da Silva, foi dispensado de suas funções por não haver mais necessidade de recrutamento forçado (LIBERAL DO PARÁ, 01/02/1877). Mendes (1999) e Beattie (2009), não obstante, consideram que ela foi letra morta no império devido aos constantes protestos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aparentemente, o Grão-Pará foi um dos lugares identificados por Peter Beattie em que a lei foi posta em prática sem grandes atropelos. Certamente, motivada pelo fato de a província ser marcada por uma tradição militar devido a presença da fronteira como foi o caso do Rio Grande do Sul. No entanto, houve protestos. Muitas autoridades recusaram-se a fazer parte das juntas. Vilas, como Santarém Novo, relutavam a fazer o sorteio, inspetores de quartelão não forneciam as listas com os nomes dos moradores ou forneciam faltando nomes e os padres, continuando sua tradição de oposição ao recrutamento, boicotavam as juntas de que tinham de fazer parte.

Por sua vez, os recrutados impetraram diversos recursos contra sua convocação. Iam das instâncias mais baixas às últimas instâncias do poder. Recorriam ao Imperador. Apesar de a maioria receber um parecer negativo, os recursos mostram como a população sabia usar a lei para obter

¹⁴ Outro caso onde conseguimos perceber que a lei é o espaço do conflito foi descrito por Anthony Appiah (1997), em *A Casa de meu Pai*. Ele faz um comentário sobre como os nativos entendiam as leis do sistema estatal de Gana, que era o reflexo das leis impostas pelos ingleses durante o período da colonização. Appiah (1997) conta uma breve história que ocorreu com ele e um amigo inglês na década de 1970: ele andava de carro com esse amigo na cidade ganesa de Takoradi quando parou em um cruzamento atrás de um caminhão que deu a ré sem vê-los, apesar do inglês ter buzinado. O carro teve seu parabrisa quebrado. O evento aconteceu em um lugar movimentado com muitas testemunhas, mas ninguém quis testemunhar a favor dos dois. Na interpretação do autor, esse evento prova que o sistema de leis estava longe de refletir as normas populares. Para a população que assistiu o episódio, o motorista do caminhão perderia seu emprego, ou seja, seu ganha pão caso fosse condenado, enquanto o inglês, estrangeiro endinheirado, apenas teria de comprar um parabrisa novo (APPIAH, 1997, 24). Durante os dez anos seguintes, a população tentaria destruir esse sistema de leis considerado por eles injustos (APPIAH, 1997, 24 e 25). Assim as leis nem sempre refletem interesses populares. Por isso, há tentativas constante de burlá-las.

benefícios e revela seu conhecimento das isenções legais para quais apelavam. Assim, apesar de verem seus recursos negados, deram trabalho às autoridades da província e do império.

REFERÊNCIAS

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, 304 p.

BEATTIE, Peter. Tributo de Sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1964-1945. São Paulo: UNESP, 2009, 488 p.

BRITO, Adilson. “A “Ignorante Inteligência”: horizontes de experiências dos Soldados-cidadãos sobre a formação do Império Brasileiro no Grão-Pará”. In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva Nogueira. **História Militar da Amazônia (séculos XVII-XIX): Guerra e Sociedade**. Curitiba: CRV, 2015.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da Ordem: A elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial**. 2 ed. ver. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p.184

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: Origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005, 330 p.

DORATIOTO, Francisco. **A maldita Guerra: A nova História da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 656 p.

IZECKSOHN, Vitor. “Recrutamento Militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In: CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor; RRAAY, Hendrik (org.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 459 p.

KRAAY, Hendrik. **Política racial, Estado e Forças Armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850**, HUCITEC, 2011, 417 p.

KRAAY, Hendrik. Repensado o recrutamento militar no Brasil Imperial. **Diálogos**, v 3, n.1, p.113-151, 9 jun. 1999. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37540/pdf>. Acesso em: 28.08.2008

LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. In: _____ **História e Memória**. 5o edição. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, 537 p.

LUCA, Tania Regina de. “**História dos, nos e por meio dos periódicos**”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

MENDES, Fábio Farias. “Encargos, Privilégios e Direito: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. pp. 111-138.

MENDES. Fábio Faria. A “Lei da Cumbuca”: a Revolta contra o Sorteio Militar. **Revista**

Estudos Históricos. v. 13, n 24, 1999, p. 267-293. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2098/1237>. Acesso em: 9 de janeiro de 2017.

NOGUEIRA, Shirley M. S. **Razões para desertar:** institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII. Belém: UFPA 2000. 224 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará/UFPA/Núcleo de Altos Estudos da Amazônia /NAEA, Belém, 2000.

_____ **“A soldadesca desenfreada”:** politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2009, 341f.

NUNES, Francivaldo Alves. A Amazônia e a formação do Estado Imperial no Brasil: unidade do território e expansão de domínio. **Almanack.** Guarulhos, n.03, p.54-65, 1º semestre de 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/YzdLmZcy49LYXYDbbnqSjDj/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 25.10. 2013.

REIS, João José. **Ganhadores:** A Greve Negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das letras, 2019, 451 p.

SCHULZ, John. **O Exército na Política:** origens da intervenção militar (1850-1994). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SALLES, Vicente. **O negro na formação da Sociedade Paraense:** textos reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004, 250 p.

SILVA, Valdiron Bastos da. **A Guerra do Paraguai:** engajamento e recrutamento na província do Pará (1864-1870). Ananindeua: ESMAC, 2010, 98p. Monografia (História). Escola Superior Madre Celeste, Ananindeua, 2010.

THOMPSON, Eduard Palmer. **Senhores e Caçadores:** a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 432p.

APEP, Códice 1405, 20/11/1874.

APEP, **Coleção Leis Portuguesas, Alvará Régio com força de Lei 24.12.1764. In: Coleção das leis, Alvarás, e Decretos que desde o reinado do senhor Rei D. José o 1 se tem promulgado até presente ano de 1794**, Lisboa: Tipografia Antônio Rodrigues Galhardo, Impressor Conselheiro de Guerra, 1794. p 84-90.

APEP, 1430, 27/09/1870.

APEP, 1430, 15/10/1870.

APEP, 1430, 24/10/1870.

APEP, 1430, 31/12/1870.

BRASIL. Decisões do Governo nº 67 em 10 de julho de 1822. Instruções. Marca o modo por que se deve fazer o Recrutamento. **Lex:** Colleição de Leis do Império, 1822/1830. Parte III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 18-19. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 15 jan. 2019.

BRASIL. Decreto lei 2.261, de 24 de maio de 1873. Fixa as forças de terra para o anno financeiro de 1873-1874. de 1873. **Lex:** Colleição de Leis do Império, 1874. Parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1874. p. 175. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 22 jan. 2018.

BRASIL. Decreto Lei 2.395, 10 de setembro de 1873. Altera a lei 602 de 19 setembro de 1850 sobre a Guarda Nacional do Império. **Lex:** Colleição de Leis do Império, 1873. Parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1873. p. 329. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 22 jan. 2018.

BRASIL. Decreto lei 2.556 de 26 de setembro de 1874. Estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada. **Lex:** Colleição de Leis do Império, 1874. Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1874. p. 64. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 22 jan. 2018.

CENTUR. Alistamento para o Serviço Militar. **Jornal do Pará**, Belém, 02/08/1876.

CENTUR. Assembleia Geral Legislativa: Senado. Sessão de 17 de agosto de 1874, **LIBERAL DO PARÁ**, 23/09/1874.

CENTUR. Atos da Assembleia Geral Legislativa: Lei sobre o recrutamento. **Jornal do Pará, Belém**, 29/09/1874.

CENTUR. Comando da Armas. **Jornal do Pará**, Belém, 18/01/1871.

CENTUR. Comando das Armas. **Jornal do Pará**, Belém, 04/02/1871.

CENTUR. Comando das Armas. **Jornal do Pará**, Belém, 03/07/1872.

CENTUR. Expediente do Governo: Portarias. **Jornal do Pará**, Belém, 07/08/1875.

CENTUR. Expediente do Governo: Portarias. **Jornal do Pará**, Belém, 22/09/1875.

CENTUR. Expediente do Governo: Portarias. **Jornal do Pará**, Belém, 30/09/1875.

CENTUR. Expediente do Governo: Portarias. **Jornal do Pará**, Belém, 12/11/1875.

CENTUR. Expediente do Governo: Portarias. **Jornal do Pará**, Belém, 24/11/1875.

CENTUR. Expediente do Governo: Portarias. **Jornal do Pará**, Belém, 31/03/1876.

- CENTUR. Expediente do Governo: Portarias. **Jornal do Pará**, Belém, 02/04/1876.
- CENTUR. Fatos Diversos. **Jornal do Pará**, Belém, 25/01/1870.
- CENTUR. Juiz de Paz. **Jornal do Pará**, Belém, 20/08/1875.
- CENTUR. Junta de alistamento. **Jornal do Pará**, Belém, 25/04/1876.
- CENTUR. Juntas de Sorteio. **Jornal do Pará**, Belém, 10/06/1876.
- CENTUR. Medida acertada. **Jornal do Pará**, Belém, 22/01/1870.
- CENTUR. O escrivão interino. **Jornal do Pará**, Belém, 28/08/1875.
- CENTUR. Ofícios. Belém, **Jornal do Pará**, 22/08/1875.
- CENTUR. Ofícios. **Jornal do Pará**, Belém, 07/10/1875.
- CENTUR. Ofícios. **Jornal do Pará**, Belém, 20/11/1875.
- CENTUR. Ofícios. **Jornal do Pará**, Belém, 04/07/1876.
- CENTUR. Recrutador. **Jornal do Pará**, Belém, 01/02/1877.
- CENTUR. Recursos sobre o alistamento. Belém, **Jornal do Pará**, 22/11/1875.
- CENTUR. Recursos sobre o alistamento. Belém, **Jornal do Pará**, 15/01/1876.
- CENTUR. Recursos sobre o alistamento. Belém, **Jornal do Pará**, 15/03/1876.
- CENTUR. Recursos sobre o alistamento. Belém, **Jornal do Pará**, 17/09/1876.
- CENTUR. Recursos sobre o alistamento. Belém, **Liberal do Pará** 15/01/1876.
- CENTUR. Representação. **Jornal do Pará**, Belém, 08/01/1876.
- CENTUR. Título da Matéria. **Jornal do Pará**, Belém, 03/02/1870.
- CENTUR. Título da Matéria. **Jornal do Pará**, Belém, 2/02/1873

Movimento Iconoclasta: A Guerra Simbólica antes do Conflito Armado entre Rússia e Ucrânia

Claudio da Silva Costa¹



Estátua de Vladimir Lênin em Kharkin, Ucrania

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que se segue desde 24 de fevereiro de 2022, é um tema muito complexo em que há a possibilidade de análise por vários ângulos. O objetivo deste artigo é explorar as questões simbólicas que antecederam o conflito partindo dos ataques aos monumentos dedicados aos heróis soviéticos na Ucrânia, como a estátua de Vladimir Lênin (Foto abaixo), principal nome da Revolução Russa de 1917 e ícone da União Soviética, que foi derrubada na cidade de Kharkiv, ainda em 2014. Ou seja, havia já uma guerra simbólica em andamento antes mesmo do conflito armado propriamente dito.

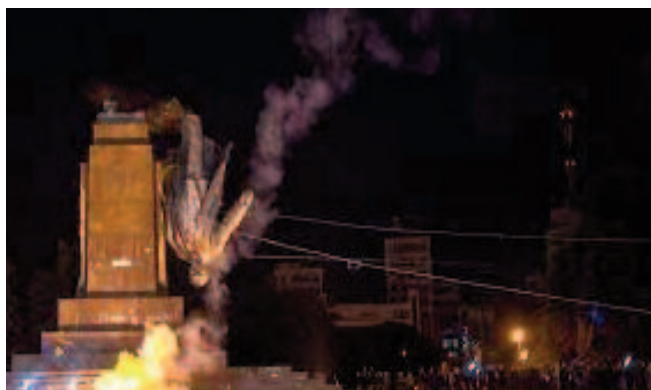


Foto Igor Chekachkov

¹ Claudio Costa, mestre, amigo, pai, esposo, nos deixou de forma repentina no início deste ano, privando a todos do seu brilhantismo e intelecto incomparável. Com sua maestria única de transformar simples palavras em reflexões e ensinamentos grandiosos, fica seu último, mas não menos importante, artigo acadêmico. De sua perda ainda sentida, fica o legado e o privilégio dos que puderam compartilhar de sua breve e inesquecível jornada.

Antes de adentrar na esfera simbólica, faz-se mister uma breve explicação sobre as origens da guerra. O estudo realizado pela Escola Superior de Guerra e publicado no Caderno de Estudos Estratégicos (2022) aponta os antecedentes do conflito, demonstrando alguns aspectos que giram em torno de divergências nas narrativas identitárias, além de as relações tensionadas entre a União Europeia e a Rússia que implicam a questão de segurança energética, a intervenção militar russa na Síria e a crise na Ucrânia.

Em relação a tensão entre a União Europeia e a Rússia, a ESG destaca em seu estudo que a situação ganha maior aspereza após a anexação russa da Crimeia e o apoio a grupos separatistas em Donetsk e Lugansk (região a leste da Ucrânia conhecida como Donbass), o que vai agravar a xenofobia na Ucrânia. Neste sentido, Aparecido e Aguilar (2022) afirmam que, a partir de 2004, que foi período de eleições e da Revolução Laranja, ficou bem nítida a divisão da Ucrânia entre leste e oeste. A entender que, no leste, predominam os falantes de língua russa e uma aproximação com a Rússia. E, no oeste, os falantes de ucraniano, que no passado pertenceu a Polônia, tendem para uma aceitação do discurso pró-Occidente.

Nas eleições de 2004, confrontaram-se Viktor Andriyovych Yushchenko (pró-ocidente) e Viktor Fédorovytch Yanukóvytch (pró-Rússia), que mesmo com o apoio do leste ucraniano, não conseguiu derrotar Yushchenko, que se tornou presidente da Ucrânia. No pleito de 2010, Viktor Yanukóvytch consegue vencer a disputa presidencial, novamente contando com os votos do leste ucraniano. Neste ponto, Aparecido e Aguilar fazem uma ponderação: “A fidelidade cultural dos chamados ucranianos “pró-russos” parece estar mais nos valores do passado soviético do que na Rússia de hoje, mas esta usa o discurso antiocidental para absorver esses valores e transferi-los para si mesma”.

Entre o final de 2013 e início de 2014, ocorreram várias manifestações nas principais cidades da Ucrânia que reivindicavam, principalmente, a aproximação tanto no aspecto político como simbólico com a Europa em detrimento a posição do presidente Yanukóvytch que atendia aos interesses da Rússia de Vladimir Putin. Este movimento político ficou conhecido como Euromaidan inicialmente e, depois, como Revolução da Dignidade (GONTIJO, 2021). Além desta reivindicação fulcral, no Euromaidan havia também a rejeição ao autoritarismo do presidente Yanukóvytch e o uso exacerbado das forças policiais, inclusive com denúncias da violação dos direitos humanos. O movimento resultou na deposição do presidente que acabou por se exilar na Rússia.

A Rússia de Putin viu que a sua influência sobre a Ucrânia estava debilitada e fez um movimento que causou a condenação da ONU que foi a anexação da Crimeia (território soviético que havia sido cedido a Ucrânia, em 1954) e foi neste contexto que grupos armados pró-Rússia tomaram a região de Donbass (Donetsk e Lugansk), iniciando um conflito entre o Estado ucraniano e os separatistas pró-Rússia, que queriam o reconhecimento da independência das Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk.

Em 2019, o humorista Volodymyr Zelensky vence a eleição para presidente e, como analisou a ESG, tendo como propostas principais a retomada da Crimeia, avançar contra os separatistas de Donbass e viabilizar o ingresso da Ucrânia na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Estas propostas entraram em choque com os interesses estratégicos da Rússia. E, no mês de fevereiro

de 2022, Vladimir Putin enviou as suas tropas para o leste da Ucrânia que eram controlado em grande medida por grupos separatistas apoiados pelos russos. No dia 24 de fevereiro, os russos invadiram a Ucrânia dando início ao conflito armado.

Este breve relato sobre as origens da guerra Rússia-Ucrânia não contempla todas as variáveis que incidem sobre o conflito, no entanto, funciona como uma forma de apresentar sucintamente a dinâmica a ser desenvolvida neste artigo.

NOVO MOVIMENTO ICONOCLASTA

Na região ucraniana de Dnepropetrovsk, na cidade de Krivoi Rog, uma estátua de Vladimir Lenin foi derrubada no dia 01 de outubro de 2014 (foto). Na verdade, foram, no prazo de 4 dias, três estátuas do líder soviético derrubadas em várias regiões da Ucrânia. Neste caso específico, um grupo denominado "Krivoi Rog contra o regime da ditadura" já havia tentado derrubar a estátua, mas foram impedidos pela polícia (Exame, 2014).



Foto: Fabrizio Bensch/Reuters

Esta sequência de ataques aos monumentos em homenagem a Lenin está inserida em um contexto de manifestações que resultaram no EuroMaidan. Neste sentido, é preciso datar a primeira estátua (foto abaixo) a ser atacada, que foi em 08 de dezembro de 2013, na praça central de Kiev, os manifestantes responsáveis pela derrubada da estátua se colocavam favoráveis a aproximação da Ucrânia com a União Europeia e reivindicavam a renúncia do presidente Viktor Yanukovych. Essa estatua de Lênin era feita de quartzito vermelho e estava instalada na praça desde 1946 e é uma obra do escultor Sergei Merkurov, que frequentou o estúdio do grande mestre August Rodin. Neste ato, o grupo portava as bandeiras do Partido da Liberdade, mais conhecido como Svoboda, anteriormente era chamado de Partido Social-Nacional da Ucrânia, um partido ultranacionalista étnico que atuou de forma intensa e violenta na oposição ao governo de Yanukóvytch.



Foto Reuters

A maior estátua de Lenin erigida na Europa foi derrubada em 28 de setembro de 2014, em Kharkiv, leste da Ucrânia, e contou com cerca de 3000 mil manifestantes que se reuniram para destacar a posição pró-Ucrânia deste grupo. Este ataque aconteceu em meio ao conflito entre a Ucrânia e os separatistas pró-Rússia da região de Donbass. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), entre abril e setembro de 2014, cerca de 3200 pessoas foram mortas neste conflito (G1, 2014).

Os monumentos em homenagem à Vladimir Lenin foram os alvos centrais, no entanto, outras estátuas que remetiam ao passado da União Soviética foram atacadas como o monumento ao Marechal de Campo russo Mikhail Kutuzov que foi demolido no oeste da Ucrânia, na cidade de Brody. Kutuzov é considerado um herói por ter sido o comandante-em-chefe das tropas que venceram Napoleão Bonaparte; sua relevância o levou a figurar, como personagem, na obra Guerra e Paz, de um dos maiores escritores russos de todos os tempos, Leon Tolstói. Em 23 de fevereiro de 2014, a estátua denominada de o “Soldado Soviético” (foto) foi derrubada na cidade de Stryl. Este monumento foi erigido para perpetuar a memória das tropas da União Soviética que lutaram na Segunda Guerra Mundial. Durante o ato, os manifestantes cantaram que “nós não somos a Rússia, nem soviéticos” (Opera Mundi, 2014), marcando uma posição identitária diante da tensão entre a Rússia e a Ucrânia.



Stryl.com

O apagamento da memória soviética na Ucrânia não se restringiu aos ataques aos monumentos. O governo de Petro Poroshenko, que havia vencido a eleição de 2014, após a Revolução da Dignidade, promoveu, em 2017, medidas de cunho nacionalistas e encaminhou um movimento de “descomunização”, renomeando vários nomes de ruas, bairros e cidades que remetiam ao passado soviético. O governo ucraniano informou que foram mais de 52 mil ruas que tiveram os nomes trocados, além de 32 cidades e 25 regiões que homenageavam o legado da União Soviética. A alteração de toponímias é um recurso utilizado para ressignificar locais que são marcados por uma herança que já não é mais considerada adequada por um Estado ou uma sociedade. E, o processo de provocar um esquecimento, partindo de uma destruição da memória e do patrimônio, via ataques a monumentos, para pontuar uma identidade específica não é um fato isolado. Nos últimos anos e em vários países, os ataques a monumentos se tornaram uma prática recorrente, inclusive no Brasil. Talvez, estejamos diante de um novo Movimento Iconoclasta.

Entre os séculos VIII e IX, no Império Bizantino, houve um conflito que girou em torno de a veneração de ícones, imagens religiosas, que se denominou Movimento Iconoclasta. O Imperador Leão III foi quem dá início a política iconoclasta, ou seja, a destruição de imagens, que podiam ser pinturas, gravuras, esculturas religiosas, como as imagens de Cristo, da Virgem Maria, de santos, anjos, etc. Segundo Fernandes (2015), há alguns vieses a serem considerados para a motivação deste movimento; um deles é de fundo religioso, pois esse pólemos se enceta com o objetivo de purificar o cristianismo da idolatria dos que veneravam imagens sagradas (os iconólatras), aproximando-se dos preceitos seguidos pelas outras religiões do Livro (Judaísmo e Islamismo) que não cultuam imagens. Destarte, este movimento buscava uma “espiritualidade pura” para o cristianismo. Outro viés de explicação passa por uma abordagem política, pois os imperadores bizantinos estavam incomodados com a riqueza e a influência dos monges no império e, por isso, queriam limitar o poder da Igreja. Neste período, houve uma ampla perseguição aos monges com a destruição de mosteiros que armazenavam as imagens. A situação só se resolveu de forma peremptória, em 843, com o chamado Triunfo da Ortodoxia, onde foi restabelecido o culto das imagens. Este dia, 11 de março de 843, ficou conhecido como Domingo da Ortodoxia, o dia da condenação da iconoclastia, em que o documento que registrava o acontecimento foi depositado no altar da Igreja de Santa Sofia.

A destruição de monumentos no século XXI, ou seja, no novo movimento iconoclasta, assume um corte de variadas motivações, diferentemente, das motivações do iconoclasmo bizantino. Neste cenário, os protestos resultaram e resultam em derrubadas de estátuas que fazem referência a pessoas e símbolos ligados ao colonialismo, ao racismo e à escravidão como a estátua de Cristóvão Quilombo que foi decapitada, em 9 de junho de 2020, na cidade de Boston (EUA). Também, em 2020, na Inglaterra, houve a derrubada da estátua de Edward Colston, conhecido traficante de escravos, que foi jogada no rio da cidade de Bristol.



Estátua de Cristóvão Colombo decapitada
Foto AFP



Estátua de Edward Colston jogado no rio Foto Bem Birchall

Nos Estados Unidos, houve uma iniciativa das autoridades da Carolina do Sul de retirar as estátuas em homenagem aos personagens da Confederação, como o general Roberto Lee. Isto se deveu após o jovem supremacista Dylann Roof assassinar, em 2015, nove pessoas que frequentavam a Igreja Metodista-Episcopal Emanuel, um local tradicionalmente de encontro da comunidade negra, em Charleston. Vale lembrar que na Guerra de Secessão estadunidense, os estados confederados defendiam a escravidão. A situação se desdobrou em várias manifestações e, em 2017, na cidade Durham (Carolina do Norte), uma estátua dedicada aos soldados confederados foi derrubada. Além disso, as estátuas do Rei Leopoldo II da Bélgica foram vandalizadas nas cidades de Bruxelas e Antuérpia, em junho de 2020 e a estátua do bandeirante Borba Gato (foto abaixo) que foi incendiada, em 24 de julho de 2021, na zona sul de São Paulo (Brasil).



Foto Thais Haliski

Todos esses ataques aos monumentos revelam uma proposta de ressignificação da sociedade e realizam um posicionamento de qual nação é desejada para o Estado. Os ataques aos monumentos soviéticos por parte dos ucranianos estão inseridos em uma iconoclastia que formula uma identidade que se quer nacional.

IDENTIDADE UCRANIANA

Segundo Gontijo (2022), o espaço que atualmente a Ucrânia ocupa nunca foi um território marcado por uma nação unificada, pois já ficou sob a dominação polonesa-lituana, austríaca ou russo. Desta forma, a região mais a oeste, teve uma influência cultural mais próxima da Europa central, enquanto a região leste esteve ligado à Rússia. A Ucrânia fez parte do Império Russo e, depois, foi uma das 15 repúblicas que formaram a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) até o seu desmembramento em 1991. Aparecido e Aguilar (2022) consideram que o sentimento de nacionalismo se originou em oposição ao domínio polonês e russo; além de se acharem relegados a marginalidade do governo central, pois o próprio nome Ucrânia significa em russo periferia. Ou seja, os ucranianos não queriam ser “a periferia da periferia”, principalmente, na virada para o século XXI, destarte, o alinhamento com a Europa se tornou uma opção preferível, pois significaria um protagonismo cenário mundial.

Ainda no século XX, entre os anos de 1920 e 1930, essa tensão e percepção de exploração da Ucrânia por parte do governo central da URSS se aprofundou com o que foi conhecido como Holodomor, o genocídio ucraniano ou a Grande Fome. Neste episódio histórico, o líder soviético Josef Stalin implantou um processo malconduzido de coletivização da agricultura, no qual, as terras e a produção foram apropriadas pelo Estado, suscitando a pauperização da população e, em consequência, gerando a morte de milhões de pessoas. Este fato fortaleceu um sentimento nacionalista entre os ucranianos e uma rejeição ao universo soviético que vai crescendo ao longo das décadas, tendo como um ponto de contraste o universo europeu ocidental com os seus ideais libertários e democráticos. E, mesmo a Alemanha Nazista foi bem recebida por boa parte de ucranianos na ocasião da Segunda Guerra Mundial, pois representavam uma possibilidade de se libertarem da presença soviética (MIGOWSKI, 2022). Timothy Snyder (2008) afirma que a Segunda Guerra poderia fornecer essa libertação. Desta forma, uma aproximação com Hitler implicaria o distanciamento de Stalin, observando um viés patriótico para o povo ucraniano, e não um alinhamento ideológico com o nazismo.

Na década de 1990, houve a Revolução do Granito (foto abaixo) na Ucrânia, na qual, grupos de estudantes ucranianos organizaram barracas e se instalaram na Praça da Revolução de Outubro, que hoje é a famosa Praça da Independência (Maidan), iniciando uma greve de fome e reivindicando eleições parlamentares, a nacionalização das propriedades do Partido Comunista e a renúncia do primeiro-ministro Vitaly Masol. Esta revolução desafiou de forma bem nítida o governo central soviético, demonstrando a insatisfação de parcela da população com os rumos da Ucrânia sob a égide da URSS. No ano seguinte, em 1991, a Ucrânia se separa da União Soviética e declara a sua independência.



Jovens ucranianos na Praça da Independência, em Kiev, no início da Revolução do Granito em outubro de 1990 (Foto: CreativeCommons/RFE)

Jovens ucranianos na Praça da Independência, em Kiev, no início da Revolução do Granito em outubro de 1990 (Foto: CreativeCommons/RFE)

Após o fim da URSS, a Rússia assume o legado soviético e não consegue enxergar a Ucrânia como uma nação independente, e tenta fortalecer o histórico étnico-cultural e político envolvido. Evidentemente, que uma das partes fulcrais do apego da Rússia à Ucrânia coloca em jogo o interesse geopolítico. No entanto, há uma divisão na Ucrânia, no qual a parte oeste, como já foi citado, tendeu para a Europa Ocidental e o leste se manteve favorável a uma ligação estreita com a Rússia. Neste contexto, os ataques aos patrimônios históricos, ligados ao passado soviético, realizados entre o fim de 2013 e o ano de 2014, demonstram que as tensões estavam postas e que os conflitos armados também se dão por embates que envolvem a narrativa e construção ou a desconstrução de símbolos. E a gramática utilizada pelos ucranianos, neste período, para marcar a sua posição política e de modelo de nação foi adentrar neste novo movimento iconoclasta presente em vários países do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iconoclastia não é um apanágio do século XXI, em vários momentos de grande efervescência política e social, a destruição ou a remoção de monumentos históricos foi praticada, como no caso, do ataque à estátua do Rei George III em Manhattan, em 1776, durante o processo de Independência dos EUA (IZECKSON, 2017). A iconoclastia sempre atende a uma demanda específica, determinada espacial e temporalmente. Na maioria das vezes, ela está atrelada a uma proposta de identidade nacional, mas no sentido de negação. Ou seja, a nação que se criar ou ratificar não pode estar associada a uma imagem que não mais se identifica com o Estado desejado. A formação de uma identidade nacional que servisse como referência de progresso e civilização no país correspondia a desvinculação, imaginada por uma parcela da sociedade ucraniana, com a identidade soviética ou russa. Inclusive, para os nacionalistas ucranianos os separatistas de Donetsk e Lugansk não podem estar automaticamente ligados os russos, pois a sua colonização foi realizada por ucranianos e alguns estrangeiros como sérvios e búlgaros, ou seja, não são totalmente de origem russa (APARECIDO; AGUILAR, 2022).

Seguindo uma lógica hegeliana, essa negação consubstanciada pela iconoclastia ucraniana suscita uma afirmação, que é a própria localização identitária para um posicionamento de nação. A ideia de

nação é uma disputa que se passa pela esfera simbólica, por uma construção social, que se manifestou durante a Revolução da Dignidade e no conflito do governo ucraniano com os separatistas da região de Donbass.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

APARECIDO, Julia Mori; AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. A Guerra entre a Rússia e a Ucrânia. **Série Conflitos Internacionais**. V9 n1 Fev/2022.

ESG (Escola Superior de Guerra). A Crise Russo-Ucraniana: Percepções Brasileiras. **Cadernos de Estudos Estratégicos**. n1 2022.

FERNANDES, Caroline C. O Iconoclasmo Bizantino: problemas e perspectivas. **Revista Mundo Antigo**. Ano IV v4 n8 Dez/2015.

GONTIJO, Fabiano. Nação, simbolismo e revolução na Ucrânia: experiência etnográfica tensa na/da linearidade. **Revista Antropológica da USP, São Paulo**, v. 63, n. 3, 17 dez. 2020.

IZECKSOHN, Vitor. **Os monumentos confederados nos Estados Unidos: memória, e política**. 2017. Disponível em < Os monumentos confederados nos Estados Unidos (cafehistoria.com.br)> Acesso em 09 de Jan 2023.

MIGOWSKI, Eduardo. **Ucrânia, uma história inconveniente**. 2022. Disponível em < Ucrânia, uma história inconveniente - Outras Palavras> Acesso em 10 Jan 2023

SNYDER, Timothy. **O príncipe vermelho: as vidas secretas de Wilhelm von Habsburgo: de líder nacionalista ucraniano a espião na União Soviética**. 1º ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

Um ano de Guerra na Ucrânia

Ricardo Cabral¹
Rodolfo Laterza²

RESUMO: O artigo analisa as fases da operação especial russa na Ucrânia e destaca os principais eventos ocorridos neste primeiro ano. A análise leva em consideração a estratégia russa e ucraniana, a arte operacional, os movimentos táticos e o impacto dos incrementos tecnológicos nas principais batalhas.

Palavras chaves: Rússia; Ucrânia; Guerra da Ucrânia

ABSTRACT: The article analyzes the phases of the Russian special operation in Ukraine and highlights the main events that took place in this first year. The analysis takes into account Russian and Ukrainian strategy, operational art, tactical moves and the impact of technological increments in major battles.

Keywords: Russia; Ukraine; Ukraine War.

INTRODUÇÃO

No dia 24 de fevereiro de 2022, a Rússia invadiu a Ucrânia. Vladimir Putin, presidente da Federação Russa, nomeou a invasão ao território ucraniano como "Operação Militar Especial", cujo objetivo seria a "desnazificação e "desmilitarização" da Ucrânia, bem como não permitir que o país aderisse à União Europeia (UE) e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Em um primeiro momento, a Operação Militar Especial evidenciou ser mais uma demonstração de força visando derrubar o governo de Volodimir Zelensky com a capitulação política do regime ucraniano, estabelecendo um Governo transitório favorável a negociações ditadas pela Rússia. Um político de fortes conotações populistas, eleito com um discurso anti-corrupção e anti-sistema mais ligado a um grupo de oligarcas que financiaram sua eleição, Zelensky pretendia levar a Ucrânia a um processo irrevogável de adesão à União Europeia e à OTAN, o que em diversas oportunidades Moscou advertiu que era inaceitável.

¹ Mestre e Doutor em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ, professor-colaborador e do Programa de Pós-Graduação em História Militar Brasileira (PPGHMB – lato sensu), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO e Editor-chefe do site História Militar em Debate e da Revista Brasileira de História Militar. Website: <https://historiamilitaremd debate.com.br>

² Delegado de Polícia, historiador, pesquisador de temas ligados a conflitos armados e geopolítica, Mestre em Segurança Pública



<https://www.poder360.com.br/europa-em-guerra/como-os-mapas-mostram-e-ocultam-informacoes-sobre-a-guerra/>

Em nosso entendimento, trata-se de uma invasão com um objetivo político ainda não claramente definido. A fim de dar uma melhor compreensão dos eventos, dividimos a guerra nas seguintes fases:

- 1ª Fase: demonstração de força (fevereiro/março) → Invasão da Ucrânia em uma ação de demonstração de força com o objetivo de derrubar o governo Zelensky e impor um governo mais simpático as demandas de Moscou;
- 2ª Fase: avanço russo (março/agosto) → os russos avançaram pelas províncias de Kharkiv, Donetsk, Luhansk, Zaporizhzhia e Kherson, apesar da resistência das Forças Armadas da Ucrânia (FAU) ocupam vastas extensões do território ucraniano. Ao mesmo tempo, Kiev realizou uma grande mobilização geral da sociedade ucraniana e, com apoio da OTAN, formou um novo exército assistido com pacotes de bilhões de dólares em armas e munições. A OTAN disponibilizou suas capacidades C4ISR (Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance) por sistemas AWACS, AEW e de vigilância por satélite.
- 3ª Fase: contra-ataque ucraniano (setembro/novembro) → o novo exército ucraniano lança uma grande ofensiva e recupera territórios no eixo de Kharkiv a partir de Balakleya com reconquista de Iziurm, Kupyansk e Krasny Liman, espremendo as forças russas à margem direita do Rio Oskol. Na região de Kherson, após depreciação da logística russa e de centros de comando por ataques sucessivos de barragens de artilharia guiados por drones em funções ataque, vigilância e reconhecimento, as forças armadas russas recuam da margem direita do Rio Dnieper. O Kremlin, pressionado fortemente por setores nacionalistas, militares, políticos ligados ao regime e mídia local pró-guerra, reage decretando mobilização parcial em 24 de setembro, visando corrigir insuficiente efetivo militar empregado para sustentar um perímetro operacional de mais de 1300 km perante uma força militar adversária com efetivo superior em proporção de 6:1.

- 4ª Fase: os russos retomam a iniciativa (a partir de dezembro) → ofensivas limitadas em Donetsk, Zaporizhzhia e Kharkhiv que forçaram as FAU a ceder território com grande quantidade de perdas em sistemas de armas e de pessoal. Kiev decreta uma nova mobilização visando formar um novo exército. Zelensky prorrogou a lei marcial e mobilização geral, com criação de novas brigadas (em número de 22) a serem equipadas com material do Ocidente fornecido pela OTAN, com ênfase em blindados, devido as graves perdas sofridas.

Para uma melhor compreensão dos eventos, vamos detalhar as fases da Guerra da Ucrânia.

1ª FASE: DEMONSTRAÇÃO DE FORÇA (fevereiro/março)

Nesta fase, as Forças Armadas da Federação Russa avançam com rapidez em território ucraniano, nas oblasts de Kiev, Sumy, Kharkiv, Luhansk, Donetsk, Zaporizhzhia e Kherson, chegando a controlar quase 40% do território leste da Ucrânia. O avanço rápido, entretanto, complicou a operação logística, considerando que naquele momento se esperava uma rápida conclusão do planejamento estabelecido com a rendição do Governo ucraniano e um possível golpe militar ucraniano. A operação de demonstração de força visava provocar uma completa alteração no status quo político e institucional.

A “Operação Militar Especial” avançou pelos seguintes eixos de progressão:

- Eixo Norte → progressão partindo de Belarus em direção à Kiev;
- Eixo Noroeste → progressão em dois sentidos uma por Chernikov e outra a partir de Sumy tendo como direção geral Kiev;
- Eixo Leste → progressão em direção geral à Kiev, em um movimento de pinça, neste eixo está a cidade de Karkhiv que foi cercada;
- Eixo Sudeste → na direção da região de Donbass, completar a conquista da região e proporcionar segurança e independência das regiões separatistas russófonas de Donetsk e Luhansk, também em um movimento de pinça e formação de saliência com flancos se estreitando gradativamente;
- Eixo Sul → partindo da Crimeia em direção à Kherson, foram abertos dois eixos de progressão; em direção Norte, para Kryvyi Rih e Zaporizhzhia ao longo de duas linhas principais; de Beryslav, ao longo da margem do Rio Dnieper,¹ e de Snihurivka-Bereznehuvate para o Norte.
- Bloqueio naval → a Frota do Mar Negro do Mar Negro bloqueia Odessa, Berdyansk e Mariupol, essas duas cidades no Mar de Azov.

A “operação militar especial” era uma guerra limitada visando destruir e ocupar os centros de gravidade ucranianos: ocupar o centro político, derrotar rapidamente as FFAA Ucranianas e desmobilizar a população para uma guerra de resistência. No entanto, os meios militares disponibilizados estavam aquém das necessidades para se atingir os objetivos políticos e militares, além de falhas operacionais.

No entanto, os meios de combate e os efetivos militares disponibilizados, se mostraram aquém das necessidades para se atingir os referidos objetivos políticos e militares, além de falhas operacionais várias que minaram o êxito dessa primeira etapa do conflito. O efetivo militar, provavelmente, era em torno de 190 mil soldados, incluindo 45-50 mil das milícias separatistas de Donetsk e Luhansk e funcionários de empreiteiras militares privadas, notadamente a PMC (Private Military Company) Wagner

A frustração das expectativas com relação a rápida mudança de governo em Kiev fez o Kremlin reavaliar seu objetivos de guerra: concentrar seus esforços em ocupar completamente Donetsk e Luhansk, além de conquistar e manter Zaporizhia e Kerson. Kharkov passou a ser uma frente secundária, mantendo-se uma "buffer zone" ao norte da cidade e uma ocupação em zona tampão na fronteira russa, na região de Belgorod. Nessa altura da guerra, os russos evitaram o combate nas grandes cidades, buscando uma estratégia de cerco e ruptura das linhas de transporte rodoviárias e ferroviárias e de comunicação, buscando estrangular o sistema logístico ucraniano na região.

Os Estados Unidos e a União Europeia, no âmbito da OTAN, passam a fornecer material bélico inicialmente de origem soviética que estavam estocados na reserva estratégica dos países do Leste Europeu que foram integrantes do extinto bloco militar Pacto de Varsóvia, amplo treinamento militar e informações estratégicas e táticas à Ucrânia que elevaram seu nível de consciência situacional no Teatro de Operações, além da "assessoria" ao Estado-Maior ucraniano no planejamento e condução das operações.

Os Estados Unidos e seu aliados deram início a um processo de aplicação de seguidas séries de sanções unilaterais à Rússia visando debilitá-la economicamente e pressionar politicamente para que cessasse a invasão da Ucrânia.

2ª FASE: AVANÇO RUSSO (março/agosto)

A principal característica dessa fase é que, apesar do baixo efetivo, as forças russas avançaram sobre o território ucraniano em ritmo bem irregular, mas contínuo, em parte devido a "rasputisa" que ocorre tradicionalmente em março e abril com a chegada da primavera e a resistência muito maior do que a esperada por parte das FAU. Cumpre ressaltar que os ucranianos possuíam o terceiro maior exército da Europa, vinha sendo treinado pela OTAN e pelos Estados Unidos há anos, além disso diversas unidades militares e paramilitares tinha experiência de combate adquirida contra as milícias pró-Rússia no Donbass desde 2014.

Nesta fase, os EUA e a OTAN começam a fornecer às FAU uma grande quantidade de material bélico de maior potência (MRLS, baterias SAM, obuses, ATGMs etc), aumentaram o acesso às capacidades C4ISR (Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance) ampliando a consciência situacional dos ucranianos, além de "assessorar" as operações em todo o teatro de operações (TO).

Nessa fase verificamos que os ucranianos utilizaram largamente mísseis anticarro guiados (anti-tank guided missile, ATGM) como o Javelin e o TOW (EUA) NLAW (Reino Unido), mísseis portáteis antiaéreos (man-portable air defense system, MANPADS) como o Stinger (EUA), RBS 70 NG (Suécia)

e o Mistral (França) além de vários tipos de drones (unmanned combat aerial vehicle, UCAV) com destaque para Bayraktar TB3 (Turquia) e começaram a empregar em larga escala technicals (pick 4x4 com grande mobilidade off-road que recebe armamentos, como metralhados pesadas, canhões de 20 mm, mísseis anticarro ou antiaéreo).

A OTAN intensificou sua atuação no treinamento de novas formações militares ucranianas. Nesse estágio do conflito na Ucrânia, podemos afirmar que se trata de uma guerra por procuração entre aquele bloco militar e os russos.

O exército ucraniano, as formações paramilitares e de “voluntários” (na verdade mercenários) ofereceram poderosa resistência nos oblasts onde era grande a pressão russa. Lembramos que desde 2014 as Forças Armadas Ucranianas (FAU) estavam recebendo treinamento dos Estados Unidos e assessoria técnica da OTAN, além de estarem envolvidas em confrontos de variada intensidade em Donbass com forças separatistas apoiadas pela Rússia.

No entanto, essas unidades foram sendo sistematicamente destruídas pelo exército russo que usava ampla superioridade de fogo baseada em artilharia e bombardeios por mísseis de cruzeiro. Começam a surgir na mídia informações que unidades de forças especiais ocidentais e efetivos militares de países membros da OTAN participam da guerra como “voluntários”, agravando o cenário.

Enquanto sofria derrotas táticas no campo de batalha e resistia exitosamente em algumas áreas, Kiev promovia uma nova mobilização e, com o apoio da OTAN, preparava um novo exército mais bem treinado e equipado.

Esse período foi marcado por ações midiáticas ucraniana que elevaram a moral e justificavam os volumosos aportes de recursos feitos pelos países da OTAN, algo em torno de US\$ 84 bilhões de dólares.

As forças ucranianas infligiram significativas perdas às forças russas. Uma grande vitória tática ucraniana foi o afundamento do cruzador Moskva. Outro feito foi o ataque à base de Melitopol, na Ucrânia, além de ataques a bases aéreas russas inclusive na Crimeia e no próprio território russo. Nesses dois eventos, observamos que os ucranianos revelaram capacidades técnicas até então desconhecidas, aproveitando-se por exemplo de uma falha incrível da Marinha russa em subestimar os sistemas de armas fornecidos pela OTAN e em proteger seus meios capitais e instalações.

Devido ao ritmo irregular do avanço e do volume de perdas, Moscou substituiu o comandante das tropas russas o general de exército Alexander Dvornikov pelo coronel-general Gennady Zhidko, vice-ministro da defesa.

Cumpramos ressaltar que as forças russas eram uma combinação das milícias de Luhansk e Donetsk, unidades compostas por mercenários cujo maior efetivo pertencem ao Grupo Wagner, unidades da Rosguardia (Guarda Nacional) russa integradas majoritariamente por formações chechenas, batalhões de voluntários e unidades do exército regular. Este conjunto de forças gerou problemas de coordenação, comando e controle das unidades que refletiram em um baixo nível de interoperabilidade, pois os diversos tipos de unidades operavam muitas vezes de forma autônoma e com baixo nível de integração ou coordenação. Ademais, cumpre ressaltar que tais forças enfrentaram um exército ucraniano bem treinado, equipado e comandando, empregando efetivos e meios bem aquém das necessidades de um TO amplo e complexo. O mais interessante é que mesmo assim as forças russas estavam avançando.

Nesse momento da guerra, o comando, controle e coordenação das forças russas no campo de batalha era um desafio devido a autonomia/liberdade de ação das várias formações acima mencionadas. Outro grande desafio para as forças da Federação Russa era lidar com as capacidades bastante superiores em C4ISR que a OTAN estava disponibilizando para as FAU mostrando as fragilidades e deficiências do dispositivo russo. Chamo atenção para esse ponto: conhecer o dispositivo do inimigo, identificar suas fragilidades e atacar com os meios adequados proporcionou uma grande vantagem tática ao ucranianos que iria refletir na estratégia e no planejamento das operações como veremos na próxima fase.

Esta fase finaliza com os russos controlando grandes extensões do Donbass e do sul ucraniano, estendendo além do defensável suas linhas de comunicação e a linha de contato com as forças ucranianas. O resultado desse erro estratégico é que várias extensões da linha de frente eram defendidas de maneira sumária, com forças de defesa ou com reservas estratégicas insuficientes. Existiam grandes quantidade de "zonas cinzentas" que não eram controladas, nem fortificadas. Este fato não passou despercebido dos ucranianos e da OTAN, que planejaram uma contraofensiva a fim retomar o território mal defendido.

3ª FASE: CONTRA-ATAQUE UCRANIANO (setembro/novembro)

Nesta fase, um novo exército ucraniano reequipado com bastante material de origem soviética legado por países do Leste Europeu, dispendo de uma grande quantidade de sistemas de artilharia ocidentais de obuses autopropulsados e rebocados (destacando-se o M-777 americano) e sistemas múltiplos de lançamento como o M270A1 Multiple Launch Rocket System (MLRS) e o M142 High Mobility Artillery Rocket System (HIMARS) e treinado pela OTAN é lançado contra os russos.

Na ofensiva, os ucranianos recuperam milhares de quilômetros quadrados de território em Kharkiv e lançam ataques ousados à Criméia e ao próprio território russo. Um dado interessante, as FAU foram treinadas pela OTAN para a guerra de armas combinadas, mas continuavam usando táticas e formações russas típicas como BTGs (Battalion Tactical Group), conjugando táticas ocidentais com as táticas tradicionais do Exército soviético, dentre as quais destacamos:

- guerra de armas combinadas são uma abordagem de guerra que busca integrar diferentes sistemas armas de combate (infantaria, blindados, artilharia, drones, helicópteros e aviação por exemplo) de um exército em manobra de fogo e movimento para alcançar efeitos mutuamente complementares;
- a ordem de batalha de uma divisão blindada por exemplo, o paradigma moderno da doutrina de armas combinadas, consiste em uma mistura de unidades de infantaria, blindados, artilharia, reconhecimento/vigilância e helicópteros, todas coordenadas e dirigidas por uma estrutura de comando unificada;
- a divisão pode ser constituída de vários tipos de brigadas em que vários sistemas estão atuando de forma coordenada na conquista de um objetivo;

- incursões com grupos de reconhecimento, sabotagem e assalto (conhecidos pela sigla DSRG ou seja Sabotage Assault Reconnaissance Group) nas linhas de contato e na retaguarda das forças russas. As forças paramilitares e PMC como o Grupo Wagner utilizam muito essa tática que atualmente está disseminada no TO Ucrânia;
- concentrações de artilharia, principalmente com o emprego de obuses e MLRS, inovando no uso intensivo de drones nas função de vigilância, reconhecimento e ataque;
- o ataque padrão liderado por unidade blindadas e mecanizadas apoiadas pela artilharia guiada por drones.

Uma das coisas mais impressionantes nesta guerra é a curva de aprendizagem russa e a rapidez com que adaptam suas táticas no campo de batalha, apresentando soluções originais aos desafios das FAU/OTAN.

Cumpra ressaltar, que apesar das FAU se aproveitarem da fragilidade do dispositivo defensivo russo, pagaram um preço muito alto com perdas elevadas de material e pessoal devido à superioridade aérea e da artilharia russa.

Além das perdas territoriais, os russos também tiveram que lidar com perdas elevadas de material e pessoal.

Diante desse novo contexto, em outubro de 2022, o Kremlin trocou o comando da Operação Especial do coronel-general Gennady Zhidko para o general Sergei Surovikin. Este perante a nova situação, mudou a estratégia de guerra russa, cedendo terreno em Kharkov (nordeste) e em Kherson (sul) a fim de encurtar suas linhas de defesa e melhorar sua logística. Ao mesmo tempo preparou uma nova linha defensiva com campos minados, obstáculos anti-blindados (fossos e "dentes de dragão"), principalmente ao longo do eixo de Svatovo – Kreminna e em Zaporizhzhia, reposicionando as reservas móveis e reforçando, na medida do possível, as formações na linha de frente.

Apesar do recuo e reajustamento do dispositivo, os russos não deixaram de ser agressivos, seja pelo emprego de contra-ataques, seja emprego de drones kamikaze, sistemas de artilharia dotados de munições guiadas, larga utilização de mísseis e da aviação tática. O objetivo era degradar ao máximo os ativos militares ucranianos.

Em setembro de 2022, diante do novo contexto estratégico que exigia um maior empenho dos recursos russos, o Kremlin decretou uma mobilização parcial com o objetivo de recrutar cerca de 300 mil combatentes para propósitos de repletamento, reforço das unidades em combate e fortalecimento das capacidades logísticas. A Base Industrial de Defesa (BID) russa começou a ter suas capacidades ampliadas a fim de sustentar as forças russas em combate, operando muitas vezes em regime de três turnos. Isso é um dado interessante, pois enquanto o Ocidente estava empregando cada vez mais os seus estoques de munições e armas ao ponto de faltar alguns itens no arsenal de vários países integrantes da OTAN, os russos estavam usando seus enormes estoques da Era Soviética, sem mobilizar sua BID.

Em resposta ao avanço ucraniano, as Forças Armadas da Federação Russa começaram a atacar de forma sistemática a infraestrutura energética e de transportes da Ucrânia, além das instalações que davam suporte às FAU, ocasionando a perda de 40% de energia para o país.

Em outubro de 2022, Vladimir Putin oficializou a anexação das regiões de Donetsk e Luhansk, Zaporizhzhia e Kherson ao território russo através de referendos condenados pela maioria da comunidade internacional, caracterizando uma mudança de fronteiras do espaço pós soviético.

A Ucrânia em outra ação midiática destruiu parte da ponte que liga o território russo à Criméia, resultando em ataques retaliatórios e punitivos russos à infraestrutura do país, mediante emprego de drones kamikaze Geranium-2 (originalmente uma versão do Shaheed -136 iraniano) e mísseis de cruzeiro.

Em novembro, as forças russas começaram a receber os primeiros reforços, permitindo estabilizar vários pontos da linha de frente (principalmente repelindo tentativas das FAU de cercar Kreminna e avançar para Svatovo). Devido as perdas de pessoal e material as FAU/OTAN aos poucos foram perdendo a iniciativa.

A FAU/OTAN não levaram em consideração a resiliência e a capacidade defensiva das forças russas. Então lançaram uma grande ofensiva em várias frentes, o avanço acontecia, mas há um alto preço. O lançamento de uma ofensiva, sem levar em consideração o volume de baixas e perdas de equipamentos militares e as capacidades defensivas do inimigo tende a não conseguir atingir seus objetivos militares. Esse erro custou muito caro aos ucranianos.

4ª FASE: OS RUSSOS RETOMAM A INICIATIVA (dezembro - dias atuais)

Em 11 de janeiro de 2023, ocorreu nova troca do comando russo do Teatro de Operações na Ucrânia, assumiu o atual Chefe do Estado-Maior do Exército, o general de exército Valeri Guerasimov, que nomeou como adjuntos os generais Sergei Surovikin, Oleg Salioukov e Alexei Kim. Troca de comando durante uma operação militar não é algo novo, mas os russos inovaram com tantas trocas do comandante do TO.

Durante janeiro, as forças russas retomaram a iniciativa com ações ofensivas na região de Donbass, mais precisamente em Donetsk (atacando as cidades de Bakhmut, Vuhledar, Marinka e Soledar, com destaque para a atuação do Grupo Wagner), Luhansk e em Kharkiv. A conquista de Bakhmut permitirá às forças russas avançarem em direção à Kramatorsk e Slavyansk, últimas fortificações ucranianas em Donetsk.

No entanto, atualmente, o ritmo do avanço russo é lento, provavelmente devido ao fato de não estarem empenhando todo o seu potencial ofensivo e evitarem assaltos frontais a forças ucranianas ainda superiores em efetivo e capacidade C4ISR. A maior parte dos analistas, entretanto, espera um ataque russo ainda no inverno, antes da fase da rasputisa (degelo, ainda mais problemático na primavera) o que poderia novamente prejudicar a mobilidade de suas unidades blindadas.

Importante ressaltar que a esperada grande ofensiva russa, segundo grande parte dos analistas, teria como objetivo para recuperar o terreno perdido para as FAU nas áreas em Kharkiv e Kherson, além conquistar o máximo de novos territórios a fim de consolidar o seu domínio sobre as regiões de Kharkiv, Luhansk, Donetsk, Zaporizhzhia e Kherson (justamente as regiões anexadas pelo Kremlin).

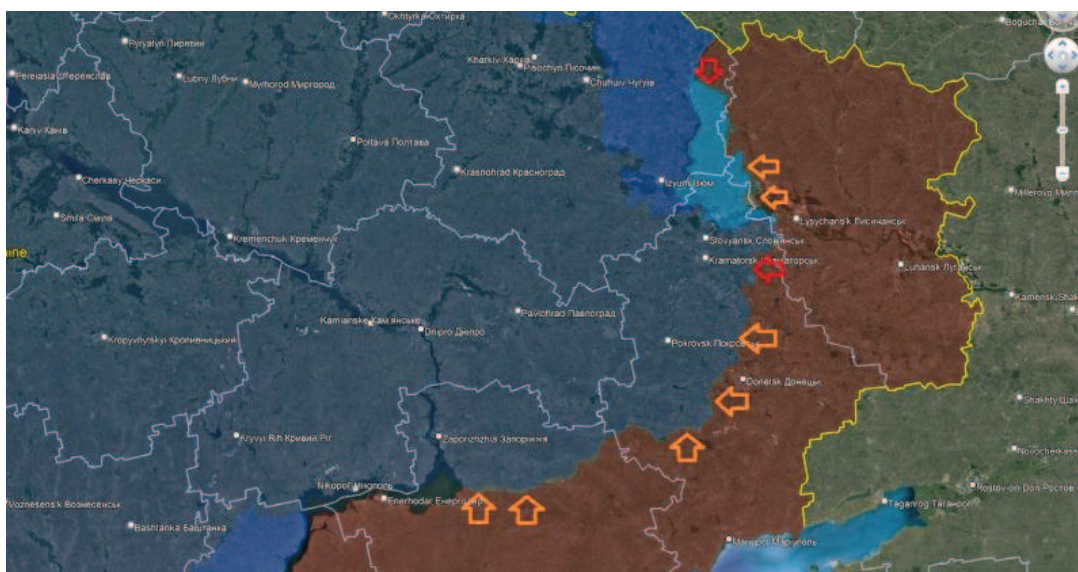
Nesta fase da guerra, unidades ucranianas estão sendo muito desgastadas pelos ataques russos e na insistência de defenderem posições mesmo diante da superioridade de fogos russa e da iminência de serem cercadas, um bom exemplo foi a batalha de Soledar e agora ocorre em Bakhmut.

Muitas das “inovações” ucranianas no campo de batalha como o emprego de UCAVs e os technicals passaram a ser neutralizados quando os russos desdobraram seus meios móveis de guerra eletrônica e cibernética, UCAVs (reconhecimento, vigilância e ataque), drones kamikazes entre outros meios que permitiram uma aquisição de alvos mais rápida, dando vantagens para o emprego de mísseis guiados.

No final de dezembro, os ucranianos iniciaram uma nova mobilização (supostamente a 9ª), enquanto aguardam a chegada de mais uma grande leva de equipamentos militares do Ocidente. Dessa vez, tendo em vista o esgotamento dos estoques de material da era Soviética nas antigas repúblicas populares do Leste Europeu, a OTAN começou a oferecer uma quantidade maior do seu próprio inventário das unidades ativa: blindados, obuses rebocados e autopropulsados, sistemas MRLS, drones, ATGMs, bem como uma grande quantidade de munição, dentre outros tantos itens. Por sua vez, Kiev insiste que a OTAN lhes forneça caças, tanques, blindados de combate a infantaria, de mais munição e apoio financeiro.

O problema é que a guerra está esgotando rapidamente os estoques de sistemas militares e munições da aliança militar atlântica, comprometendo sua estratégia de defesa inclusive. Os custos desse apoio perdem cada vez mais sustentação nos parlamentos e na população dos países ocidentais.

Mesmo em desvantagem, os ucranianos resistem lançando ataques contra instalações militares russas, que se não provocam grandes perdas entre os russos, pelo menos elevam o moral da população e tem grande repercussão na mídia ocidental (que os governos ocidentais usam para justificar os elevados gastos militares na Ucrânia, mesmo diante da perspectiva de uma recessão econômica). Aqui percebe-se a interferência da OTAN na realização desses ataques e na condução das operações da FAU.



<https://www.euractiv.com/section/global-europe/news/new-russian-offensive-underway-in-ukraine-says-nato/>

CONCLUSÃO

Em nosso entendimento, consideramos que não se deve esperar avanços muito grandes por parte dos russos na provável ofensiva de inverno. O general de exército Valeri Guerasimov, a princípio, provavelmente não irá fragilizar sua linha de frente e/ou estender suas linhas de comunicação como ocorreu na ofensiva de março-junho, ainda mais sabendo que as FAU/OTAN estão preparando uma ofensiva na primavera com um novo exército mais bem equipado e treinado do que os anteriores, com no mínimo mais 22 brigadas e cerca de 100 mil novos combatentes.

Os russos estão mostrando que sua curva de aprendizagem é rápida, são ousados nas decisões táticas, demonstram grande capacidade de adaptação, apresentam soluções inovadoras e tem se mostrado extremamente corajosos em buscar soluções estruturais para os problemas de desempenho no campo de batalha.

Ressalto versatilidade tática, a capacidade bélica e a resiliência da Rússia na Ucrânia. Os russos estão lutando uma guerra por procuração contra uma aliança internacional (A OTAN e seus aliados) que dispõe de maiores capacidades militares e econômicas do que as suas. Ainda não está claro quando os russos ou a Aliança Atlântica vão atingir o seu ponto culminante, mas que nesse nível de atrição esse ponto vai chegar em breve vai, só não sabemos quando e quem desiste primeiro.

Por sua vez as FAU tem demonstrado uma imensa capacidade de adaptação e resiliência diante de um dos mais competentes exércitos contemporâneos. Não é fácil lutar utilizando táticas que não foram praticadas em exercícios ou em jogos de guerra. O combatente ucraniano é desafiado a empregar sistemas de armas que até então lhe eram desconhecidos.

Nesse ponto existe uma dúvida real de quem opera realmente os sofisticados sistemas de armas que a OTAN fornece, ainda mais no nível de eficácia apresentado.

Essa guerra está oferecendo inúmeras lições e um campo de prova para novos sistemas de armas e táticas de guerra.

É preciso ficar atento ao resultado da ofensiva de primavera ucraniana e se em caso de um resultado desfavorável, a Aliança Atlântica manterá o seu apoio. A mesma pergunta pode ser feita aos russo, quais serão as consequências de um derrota russa na Ucrânia?

Diante da possibilidade de uma derrota militar ou da perspectiva de uma invasão da Crimeia, os russos já deixaram claro que irão usar armas nucleares. Ante essa possibilidade, quais serão as consequências do emprego de armas nucleares táticas pelos russos na Ucrânia?

Na atual conjuntura falar do fim do conflito é especulação, pois ambas forças beligerantes acreditam na solução por meios militares para angariarem maior poder de barganha e influência em uma eventual negociação diplomática a médio prazo.

BIBLIOGRAFIA

Entenda a guerra na Ucrânia em infográficos. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.poder360.com.br/brasil/entenda-a-guerra-na-ucrania-em-infograficos/>. Acessado em 12/2/23

Suposta troca no comando militar russo sugere frustração com avanço lento na Ucrânia. A Referência. 29/6/2022. Disponível no endereço eletrônico: <https://areferencia.com/europa/suposta-troca-de-comando-no-exercito-russo-sugere-frustracao-com-lento-avanco-na-ucrania/>. Acessado em 13/2/23.

KIRBY, Paul. Guerra na Ucrânia: o que a anexação russa de regiões ucranianas significa para as áreas ocupadas. BBC News. 20/9/2022. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63094013>. Acessado em 13/2/23.

Afundamento do Moskva: mais perguntas do que respostas. Poder Naval. 17/4/2022. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.naval.com.br/blog/2022/04/17/afundamento-do-moskva-mais-perguntas-do-que-respostas/>. Acesso em 13/2/2023.

Exército ucraniano ataca base militar russa na cidade de Melitopol. Diário de Notícias. 3/7/2022. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.dn.pt/internacional/exercito-ucraniano-ataca-base-militar-russa-na-cidade-de-melitopol-14989139.html>. Acessado em 13/2/23.

Explosões destroem parte da única ponte entre Rússia e Criméia; russos falam em três mortos. G1. 8/10/2022. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.naval.com.br/blog/2022/04/17/afundamento-do-moskva-mais-perguntas-do-que-respostas/>. Acessado em 13/2/2022.

Ataque com drone mata três militares em base aérea russa. Deutsche Welle. 26/12/2022. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.dw.com/pt-br/ataque-com-drone-mata-tr%C3%AAs-militares-em-base-a%C3%A9rea-russa/a-64214499>. Acessado em 13/2/2023.

POGGIO, Guilherme. Quatro pontos que você deve saber sobre o ataque de drones à frota russa do Mar Negro. Poder Naval. 1/11/2022. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.naval.com.br/blog/2022/11/01/quatro-pontos-que-voce-deve-saber-sobre-o-ataque-com-drones-a-frota-russa-do-mar-negro/>. Acessado em 13/2/23.

Gould, Joe; HARRYS, Bryant; SPRENGER, Sebastian; KINGTON, Tom. When will the war in the Ukraine end? Experts offer their predictions. Defense News. 13/2/2023. Disponível no endereço eletrônico: https://www.defensenews.com/global/europe/2023/02/13/when-will-the-war-in-ukraine-end-experts-offer-their-predictions/?utm_source=linkedin&utm_medium=social&utm_campaign=dfn-rss-zap. Acessado em 14/2/2023.

FAULCONBRIDGE, Guy; DAVIS, Caleb. Medvedev raises spectre of Russian nuclear strike. Reuters. 27/9/2022. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.reuters.com/world/europe/russias-medvedev-warns-west-that-nuclear-threat-is-not-bluff-2022-09-27/>. Acessado em 14/2/2023.

Ukraine war: Ukraine has smaller stocks of ammunition compared to Russia's stockpile, says military analyst. Sky News. 14/2/2023. Disponível no endereço eletrônico:

<https://news.sky.com/video/ukraine-war-western-military-forces-are-beginning-to-run-low-on-ammunition-while-russia-has-years-of-shells-in-stockpile-12810973>. Acessado em 14/2/2023.

POLITYUK, Pavel. Russia reports battlefield advances as Ukraine urges faster military aid. Reuters. 13/2/2023. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.reuters.com/world/europe/zelenskiy-urges-speedy-help-allies-russia-pounds-ukraines-east-2023-02-14/> . Acessado em 14/2/2023.

BAEV, Pavel K. As war against Ukraine lengthens, Russia shifts top bras. EurasiaDaily Monitor. The Jamestown Foundation. 17/1/2023. Disponível no endereço eletrônico: <https://jamestown.org/program/as-war-against-ukraine-lengthens-russia-shifts-top-brass/> . Acessado em 15/2/2023.

LUZIN, Pavel. Russia's Strange Combination of Conscription and Mobilization. EurasiaDaily Monitor. The Jamestown Foundation. 5/12/2022. Disponível no endereço eletrônico: <https://jamestown.org/program/russias-strange-combination-of-conscription-and-mobilization/> . Acessado em 15/2/2023.

ZABRODSKYI, Mykhaylo; WATLING, Jack; DANYLYUK, Oleksandr V; REYNOLDS Nick. Preliminary Lessons in Conventional Warfighting from Russia's Invasion of Ukraine: February–July 2022. RUSI. 30/11/22. Disponível no endereço eletrônico: <https://rusi.org/explore-our-research/publications/special-resources/preliminary-lessons-conventional-warfighting-russias-invasion-ukraine-february-july-2022> . Acessado em 16/2/2023.

The War In Ukraine After One Year – Where Do We Stand? CDM.PRESS. 9/2/2023. Disponível no endereço eletrônico: <https://creativedestructionmedia.com/analysis/2023/02/09/the-war-in-ukraine-after-one-year-where-do-we-stand/> . Acessado em 16/2/2023.

MAYMIR-DUCHARME, Fred. ERNEST, Richard. Advanced C4ISR Platforms with Machine Learning Capabilities. Disponível no endereço eletrônico: https://cdn.asp.events/CLIENT_Clarion__96F66098_5056_B733_492B7F3A0E159DC7/sites/ITEC-2021/media/libraries/2018-presentations/Paper-Maymir-and-Ernst.pdf . Acessado em 16/2/2023.

DUGUÉ, Pierra The Multi-Domain Battle Doctrine, or the Art of Gambling on Future Warfare. Strife. 20/4/2018. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.strifeblog.org/2018/04/20/the-multi-domain-battle-doctrine-or-the-art-of-gambling-on-future-warfare/>. Acessado em 16/2/2023.

New Russian offensive underway in Ukraine, says NATO. EURACTIV. 14/2/2023. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.euractiv.com/section/global-europe/news/new-russian-offensive-underway-in-ukraine-says-nato/> . Acessado em 16/2/2023.

AXE, David. Russia's electronic-warfare troops knocked out 90 percent of Ukraine's Drones. Forbes. 24/12/2022. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.forbes.com/sites/davidaxe/2022/12/24/russia-electronic-warfare-troops-knocked-out-90-percent-of-ukraines-drones/?sh=20153b57575c>. Acesso em 19/2/2023.

A Combinação das Armas. A Guerra no Século XX



A Combinação das Armas. A Guerra no Século XX de Jonathan M House é uma das melhores investigações sobre o combate terrestre já publicada. O autor oferece importantes contribuições sobre a evolução histórica dos combates terrestres e a coordenação das armas na batalha. A partir dessa base, House faz uma projeção sobre o futuro da guerra terrestre.

House adverte contra o tipo de organizações simples e unidimensionais, que são demasiadamente elogiadas nesses adventos de uma nova forma de guerra.

A partir da Revolução Industrial os avanços tecnológicos ocorridos de forma acelerada e alteraram de forma significativa o armamento, o equipamento e as formas de combate. O surgimento da aviação tornou o combate terrestre bidimensional provocando profundas transformações na tática. O constante aperfeiçoamento do combatente, os grandes exércitos frutos da mobilização nacional e o fervor

nacionalista, a transição dos exército de conscritos para os profissionais, a maior interação entre os mundo civil e militar levaram a um ambiente de pouca tolerância com baixas muito elevadas.

As táticas de combate se transformaram profundamente e adquiriram um novo ritmo com a mecanização dos vários sistemas de armas, a introdução dos obuses, dos foguetes e das armas automáticas exigiram novas formas de combate com uma melhor combinação das armas.

O papel dos Estados-Maiores se tornou ainda mais relevante tendo em vista a complexidade do planejamento das operações, as ações de comando, controle e coordenação das operações e da logística, no apoio de fogo que nesse momento podem incluir a aviação e fogos vindo do litoral.

A eficácia dos novos meios de combate e a eficiência em combate se por um lado redundou em um alto grau de letalidade, por outro diminuiu o número de baixas entre os combatentes, além de exigir uma logística capaz de entregar imensos volumes de todas as classes de suprimento.

House optou por uma abordagem histórica, o livro é dividido em três partes.

A primeira parte: O Triunfo do Poder de Fogo, 1871-1939 com três capítulos, abordam a questão da mecanização crescente dos exército.

A segunda parte: A Guerra Total, 1939-1945, também com três capítulos, mostra a complexidade que o combate terrestre se tornou com a combinação do largo emprego de blindados, artilharia (obuses e foguetes), infantaria motorizada e o apoio da aviação.

A terceira parte: Guerras quentes e Frias, 1945-1990, o surgimento dos conceitos de guerra convencional, guerra limitada e guerra nuclear, a influência da Guerra do Yom Kippur (1973), as transformações organizacionais, o emprego de helicópteros, as operações de armas combinadas e o impacto da tecnologia na mitigação das operações com blindados e helicópteros.

House mostra as transformações no combate durante os principais conflitos militares do século XX, as unidades de manobra, o desenvolvimento de uma forma de guerra baseada em operações de armas combinadas altamente sofisticada, as estruturas organizacionais em constante adaptação a realidade dos combates.

“Só há uma tática e ela é a da combinação de armas”

Filme em Destaque



Capa do filme: <https://filmow.com/narvik-t293987/>

Narvik

O filme Narvik recém lançado no streaming, o mais novo dos filmes de guerra atualmente, Janeiro de 2023, foi produzido na Noruega, e tem como diretor Erik Skjoldbjærg e uma equipe de roteirista composta por, Christopher Grøndahl, Live Bonnevie, Erik Skjoldbjærg, e Sebastian Torngren Wartin. O longa é baseado na história real da invasão alemã na Noruega em 1940. A obra retrata a história de um casal separado após a invasão da Alemanha em Narvik, enquanto o marido faz parte do exército da Noruega, que resiste a invasão alemã, sua esposa trabalha no hotel que serve de moradia para os militares invasores.

O longa tem início através da história do casal Carl Martin Eggesbø (Gunnar Tofte) e Kristine Hartgen (Ingrid Tofte), que vivem vidas diferentes, Gunnar era um cabo do exército norueguês e Ingrid

trabalhava em um hotel. Quando aconteceu a invasão alemã, Gunnar participou da resistência norueguesa e ajudou na explosão da ferrovia que trazia o minério de ferro para os alemães, esse fato provocou a prisão do militar norueguês, que acabou se tornando um prisioneiro de guerra.

Na segunda parte o filme aborda a história dos alemães em Narvik, a vida de Ingrid trabalhando no hotel e como interprete dos alemães e a sua relação com os britânicos que estão escondidos na região.

Na parte final do longa, é apresentada a invasão dos militares noruegueses, que uniram-se as tropas Aliadas para reconquistar Narvik.

CONTEXTO HISTÓRICO

Desde o início da Segunda Guerra Mundial, a região da Escandinávia era muito importante para Alemanha. Os alemães importavam mais de 2/3 do minério de ferro utilizados na máquina de guerra da Suécia.

A região de Narvik era um local estratégico para Alemanha, porque o porto da cidade era utilizado para escoar o minério de ferro sueco que vinha de ferrovia da Nação vizinha. O objetivo dos alemães era controlar Narvik e não permitir que a marinha britânica bloqueasse os mares da região ou até mesmo intervisse militarmente na Noruega, com o pretexto de ajudar a Finlândia na Guerra de Inverno.

Nesse contexto Hitler assina a ordem de invasão da Noruega nos primeiros dias de Março, dando início à Operação Weserübung. “A invasão simultânea da Noruega (Weserübung norte), com seis divisões, e da Dinamarca (Weserübung sul), com duas divisões e uma brigada de infantaria motorizada, foi marcada para 9 de abril. Navios de transporte escoltados pela Kriegsmarine desembarcariam as suas tropas em diversos pontos, inclusive Narvik, Trondheim e Bergen.” (BEERVOR, 2015, p. 78-79).

No dia 9 de Abril de 1940, as tropas alemãs desembarcaram em Narvik e a partir desse dia teve início um conflito naval entre a Kriegsmarine e a Marinha Real Britânica. Somente no final de abril, as tropas dos Aliados chegaram a região, composta por britânicos, franceses e poloneses.

Após a chegada das tropas na região a Batalha de Narvik se intensifica, não sendo mais um conflito naval somente. Durante os próximos dias, as tropas Aliadas conseguiram obter diversos êxitos sobre os alemães e chegaram a reconquistar Narvik, o que é explorado no filme, como a primeira derrota de Hitler na Segunda Guerra Mundial.

A reconquista do território norueguês durou pouco tempo, após a expansão e conquista da Alemanha nos Países Baixos e França, as tropas aliadas que estavam posicionadas na região tiveram que sair da região, permitindo que novamente a Alemanha dominasse a região e permanecesse até o final da Guerra em 1945.

BIBLIOGRAFIA

- <https://www.jornadageek.com.br/narvik-conheca-o-filme-da-netflix/>
- <https://aodisseia.com/narvik-filme-noruegues-guerra-netflix/>
- BEEVOR. Antony. A Segunda Guerra Mundial. 1. ed. Rio de Janeiro :Record, 2015.



Revista Brasileira de
**História
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.